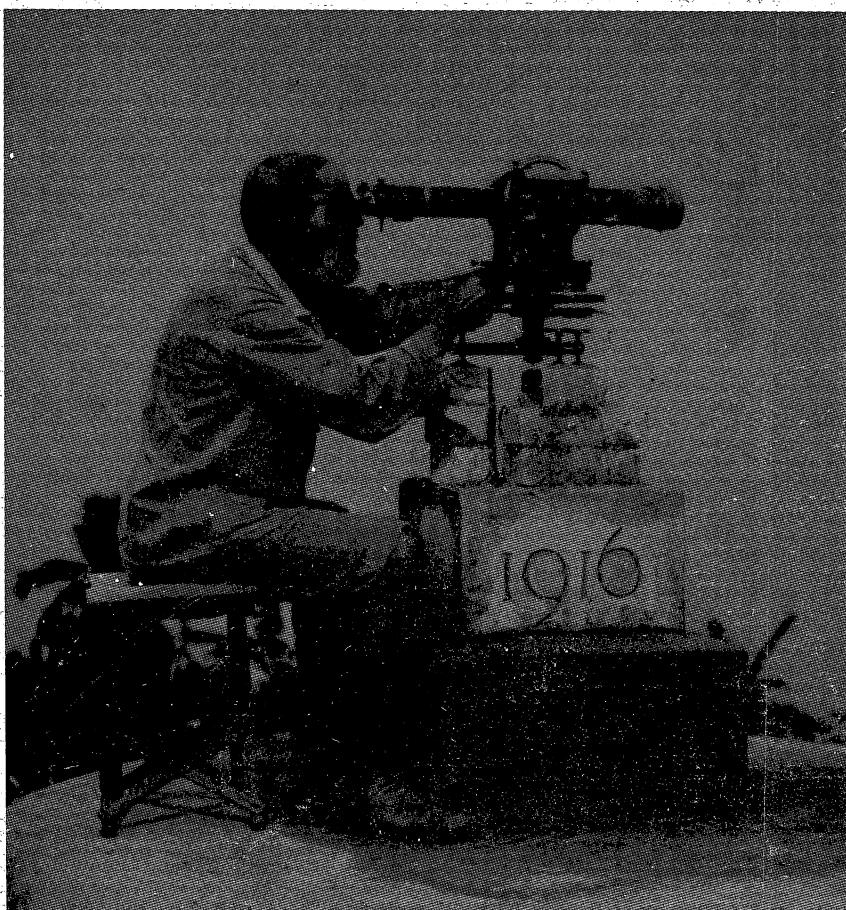


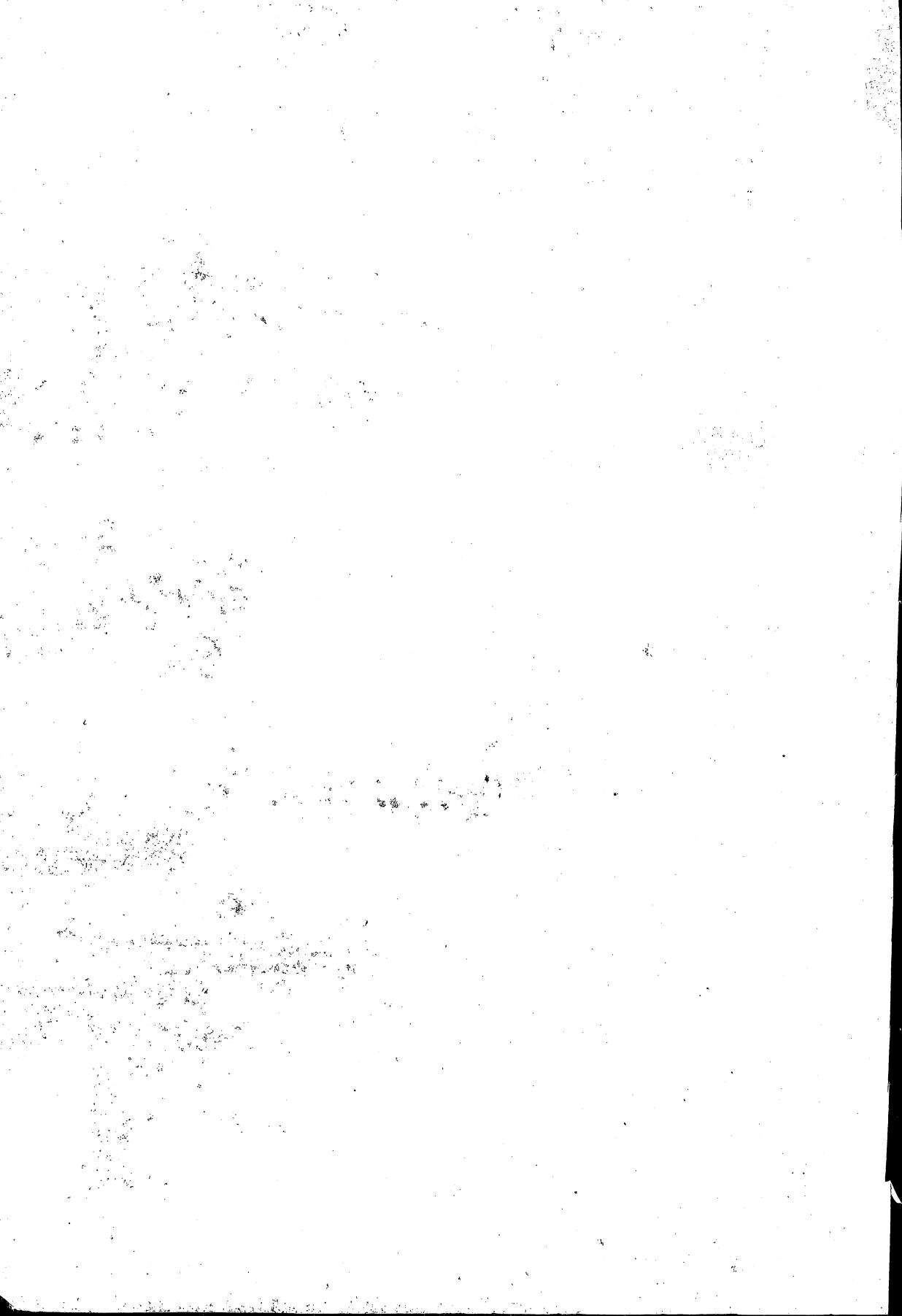
Arquivo

Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique



nº 13

ABRIL DE 1993



arquivo

Boletim Seimstral do
Arquivo Histórico de Moçambique

SUMÁRIO

Apresentação	3
As Origens de Moçambique e Zimbabwe: Paiva de Andrada, a Companhia de Moçambique e a Diplomacia Africana, 1881-91, <i>por D.N.Beach</i>	5
Bvumba - Estado Pré-Colonial Shona em Manica, na Fronteira entre Moçambique e o Zimbabwe, <i>por J.H.Bannerman</i>	81
Entrevista com a Associação dos Antigos Combatentes de Tete: Uma Conversa sobre a Luta de Libertação Nacional na Frente de Tete, <i>por João Paulo Borges Coelho</i>	99
Documento: O Sistema Nacional de Arquivos	139
Acervo	147
Noticiário	150

arquivo

Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique
Universidade Eduardo Mondlane

Diretor: Inês Nogueira da Costa
Editor: João Paulo Borges Coelho

47/INLD/PUB 87
No.13, Abril de 1993

APRESENTAÇÃO

Moçambique e Zimbabwe são, a todos os títulos, países irmãos. Tais laços abrangem um sentido quase literal - os povos da fronteira são os mesmos, de um lado e do outro - e também político e económico, enraizado na história recente da região. Na década de 1970, no decorrer da luta de libertação, tropas coloniais rodesianas lutaram lado a lado com as portuguesas tentando travar o esforço nacionalista no cenário das Províncias de Tete e Manica. Aí, sobretudo em Tete, os guerrilheiros e a população deram inestimável apoio à passagem dos guerrilheiros zimbabweanos para o seu território nacional. Após a independência de Moçambique, e à custa de um grande esforço económico e social, o apoio à luta do Zimbabwe não esmoreceu, contribuindo para consolidar tais laços. Por outro lado, o Zimbabwe e Moçambique são actualmente grandes parceiros económicos, uma associação que passa sobretudo pelo porto e corredor da Beira.

Os artigos apresentados no presente número do Boletim ARQUIVO relacionam-se de alguma maneira com o quadro acima descrito. D.N.Beach analisa de forma detalhada e sistemática o contexto político e diplomático em que, no último quartel do século passado, se traçaram as fronteiras entre as então colónias de Moçambique e da Rodésia do Sul, com um enfoque especial no papel desempenhado por Paiva de Andrade.

Em seguida, J.H.Bannerman, num trabalho ainda preliminar, abre interessantes perspectivas no estudo de um estado pré-colonial fronteiriço, hoje dividido entre os dois países. Para lá do propósito enunciado pelo autor, a importância indirecta de estudos desta natureza está também em demonstrar a complexidade da problemática

do "poder tradicional", num contexto em que assume, em Moçambique, particular relevância.

O terceiro trabalho inscreve-se na rubrica "Entrevista" e é constituído por uma conversa com elementos da Associação dos Antigos Combatentes da Província de Tete, todos eles tendo desempenhado um papel operacional de relevo na luta de libertação. Aqui, também, a luta de libertação do Zimbabwe é de alguma maneira aflorada.

Na rubrica "Documento" transcrevemos o Decreto no.33/92, de 26 de Outubro, do Conselho de Ministros, que institui o Sistema Nacional de Arquivos na República de Moçambique.

Como habitualmente, encerramos o número com as rubricas de "Acervo" e "Noticiário".

Inês Nogueira da Costa

AS ORIGENS DE MOÇAMBIQUE E ZIMBABWE:
PAIVA DE ANDRADA, A COMPANHIA DE
MOÇAMBIQUE E A DIPLOMACIA AFRICANA,
1881-91

D.N.Beach

1. Introdução

O título deste trabalho fundamenta-se no facto de os Estados independentes do Zimbabwe e de Moçambique apresentarem hoje diferenças consideráveis. Um deles é de expressão inglesa e posicionado de forma compacta em volta de um planalto, com recursos naturais relativamente bem distribuídos, e o outro é de expressão portuguesa e assente numa linha costeira, com três grandes áreas estendendo-se para o interior, ligadas por duas zonas de costa bastante estreitas. E contudo, a fronteira entre Moçambique e os seus vizinhos anglófonos - Zimbabwe, Zâmbia e Malawi, que determinou diferenças sociais, económicas e políticas tão salientes como por exemplo as da língua e geografia, não resultou de quaisquer diversidades históricas ancestrais. A fronteira resultou do tratado Anglo-Português de 1891, ele próprio o culminar de uma sequência de acontecimentos dos finais da década de 1880 e princípios dos anos 1890. Antes disso tal fronteira não teria qualquer sentido. Ela não só penetrou através de grande número de territórios africanos, dividindo-os, como ignorou ligações antigas existentes entre os povos e as economias do planalto zimbabweano, do actual território zambiano, das regiões montanhosas e lagos do Malawi, e entre os povos e comerciantes da costa moçambicana. A sul do Zambeze essas ligações remontavam a cerca de mil anos, até à chegada do capital mercantil intercontinental no século 700; mas também no norte em certas áreas tinham-se estabelecido ligações semelhantes datando de pelo menos três séculos. Neste sentido o Moçambique de hoje - como um Estado de configuração irregular no sentido do interior, em vez de descender da estreita cadeia de portos costeiros e fluviais muçulmanos e portugueses existentes desde o século 700 - data de 1891, o mesmo acontecendo com os seus vizinhos anglófonos.

A fronteira de 1891 foi fixada como resultado de vários e diferentes factores de carácter local. A norte do Zambeze o factor mais significativo foi o estabelecimento de interesses missionários e económicos britânicos nos montes Shire, a partir de 1850. De facto, a expedição de 1889 de Alexandre Alberto da Rocha Serpa Pinto, ao tentar submeter os povos de Shire a Portugal, foi a principal responsável pelo desencadear acelerado dos acontecimentos que conduziram à demarcação final da fronteira. Contudo, ao sul do Zambeze a questão era mais complexa. Isto principalmente porque até finais da década de 1880 nenhum dos actuais países europeus fizera qualquer esforço sério de penetração na região do planalto zimbabweano.

É conhecido, desde essa altura, o quadro geral dos acontecimentos que conduziram à definição da fronteira de 1891 a sul do Zambeze. Resumindo, em 1889 chegaram a Lisboa e Londres descrições vagas de expedições portuguesas ao planalto zimbabweano, organizadas pelo militar-capitalista Joaquim Carlos Paiva de Andrada. Isto acontecia numa altura em que os interesses imperiais e económicos britânicos se moviam no sentido da ocupação da região pela Chartered British South Africa Company (BSAC). Estes relatos, e as actividades de Serpa Pinto, mais divulgadas, conduziram em Janeiro de 1890 ao Ultimatum britânico a Portugal, que exigia a retirada portuguesa tanto do Shire como do planalto zimbabweano. As negociações de Londres dos meados de 1890 resultaram numa fronteira provisória, semelhante à actual mas com uma porção de território português no Planalto a leste do rio Save. Esta linha da "Convenção de Agosto" foi rejeitada por Portugal. O *modus vivendi* entre as potências rivais foi perturbado por certos acontecimentos ocorridos no crucial território de Manyika, no planalto oriental zimbabweano, rico em jazidas de ouro. Em Setembro chegou aí uma parte da principal expedição de 1890 da British South Africa Company; prendeu Paiva de Andrada em Novembro e prosseguiu para além do posto português de Macequece, tendo ocupado a maior parte do território de Tete entre os rios Pungué e Buzi no verão de 1890-91. Essa acção da BSAC visava a ocupação de uma faixa estreita da costa, que permitisse o estabelecimento de um porto britânico. Se a tentativa tivesse resultado, a colónia portuguesa - e portanto também o actual Estado de Moçambique - teriam sido divididos em duas partes. Essa acção fracassou principalmente porque Londres não estava interessada em expulsar os portugueses de

nenhum dos locais que ocupavam, antes da chegada da BSAC. Assim, em 1891 a fronteira foi finalmente fixada, exactamente a oeste de Macequece e ao longo dos montes orientais do planalto zimbabweano.

Existe muito material escrito sobre este processo, mas invariavelmente incompleto, falso ou incorrecto, por diversas razões.¹ Dos escritores referidos acima, Keppel-Jones, Galbraith e Warhurst utilizaram principalmente fontes anglófonas e não conseguiram compreender o contexto da acção dos portugueses; Beach, Bhila, Matthews, Vail e White, e Newitt, ou trabalharam em áreas periféricas ou não dispunham de evidência adequada; Neil-Tomlinson, Axelson e Hammond tendem a concentrar-se nos acontecimentos a nível da metrópole ou falta-lhes o conhecimento da situação africana local; só Nowell e Pélissier têm uma noção do contexto dos acontecimentos, mas os seus interesses eram outros. Muitos destes escritores não foram capazes de compreender as políticas dos governantes africanos envolvidos. Contudo, um dos principais factores que explica os defeitos destas obras é o facto de as cartas manuscritas de uma das figuras centrais deste período, Paiva de Andrade, não se terem tornado acessíveis, como um corpo sólido de provas materiais, senão a partir de 1988. Estas cartas, juntamente com outras fontes, tornaram possível uma interpretação completamente nova dos processos e acontecimentos, supostamente bem conhecidos, da década de 1880 e princípios dos anos 1890.

As cartas de Paiva de Andrade realçam dois factos importantes. Um deles foi o estabelecimento, em 1889, de uma rede de tratados com dirigentes Shona através do planalto central e setentrional zimbabweano, os quais, se devidamente explorados, teriam dado a Portugal, segundo os padrões da Corrida à África, um direito razoável a uma fronteira ocidental para a sua província moçambicana, que iria da área da actual Barragem de Kariba, para leste e sudoeste do actual Zimbabwe, até 350 quilómetros para além da actual fronteira. O resultado teria sido um Moçambique muito mais coerente e rico do que o actual, e um Zimbabwe diferente daquele que conhecemos hoje. O outro facto foi o estabelecimento de uma pequena presença portuguesa entre os rios Pungwe e Buzi, a qual, em última análise, impediu os britânicos de avançarem até ao mar e a consequente divisão de Moçambique em duas partes, e talvez mesmo a divisão em dois do actual Estado moçambicano.

O fracasso do primeiro e o sucesso do segundo deveram-se principalmente aos aspectos positivos e negativos da acção do

imperialista Paiva de Andrada, cuja carreira constitui o elemento de ligação entre vários acontecimentos importantes que os historiadores anteriores analizam em regra separadamente. O carácter peculiar de Andrada, revelado inconscientemente nas suas cartas e despachos, é a um tempo responsável pelos fracassos e pelos sucessos. Por um lado, ele foi o único de entre os imperialistas portugueses da região, na década de 1880, a considerar as terras a sul do Zambeze como uma unidade *económica* global, e um dos primeiros capitalistas a compreender a importância do ouro como base da expansão imperial. Foi a sua determinação, na elaboração e desenvolvimento de um plano de exploração económica e de conquista, que permitiu o estabelecimento da primeira e pouco conhecida Companhia de Moçambique de 1880-91,² e dessa maneira o controle final por Portugal da importante zona Pungwe-Buzi, assim como o grandioso projecto de anexação do planalto central e setentrional zimbabweano, que esteve à beira do sucesso.

Por outro lado, foi a sua falta de atenção, quase incrível, às exigências práticas das políticas da Corrida, que determinaram o fracasso desse grande projecto, o seu afastamento por parte dos superiores em Lisboa e a sua prisão humilhante em Manyika em 1890. Andrada fugia à regra, na sua percepção da necessidade de co-optar para os seus planos tanto os pequenos como os grandes chefes africanos da região. Mas a sua incapacidade de considerar qualquer outro ponto de vista que não apenas o seu, conduziu à humilhação já referida, (engendrada por Mutasa, chefe de Manyika), à anexação britânica de Manyika ocidental, e assim à fronteira actual. Se o tema principal deste trabalho é a carreira de Andrada e a Companhia de Moçambique, o contraponto é a habilidade diplomática dos chefes africanos, especialmente de Mutasa. Muito embora Andrada e Mutasa se tenham encontrado apenas uma vez antes dos anos cruciais de 1889-90, Manyika e o seu ouro eram elementos importantes nos planos de Andrada, e durante anos ele concentrou-se nos caminhos e meios de os abrir ao capitalismo português. É irónico que, como veremos, um homem que tinha a visão de um mini-império no sul do Zambeze, tenha sido derrotado pela habilidade política de um governante cuja visão era a preservação da independência de um território de apenas 60 quilómetros de diâmetro. Contudo, Andrada não pode queixar-se de ninguém pelo fracasso: ele foi o único culpado.

2. As Políticas Africanas do Planalto Zimbabweano Norte-Oriental na Década de 1880

Na década de 1880 o planalto zimbabweano e as planícies circundantes eram dominados por duas super-potências africanas. O Estado Ndebele a sudoeste governava uma zona de territórios maioritariamente Shona, situados no interior de uma linha que ia do médio Limpopo a norte, às nascentes dos rios Shashe e Kwekwe, e a oeste para além dos limites do Estado Ngwato. Tinha cinco tributários distantes - Mutekedza, Hwata, Nemakonde, Chireya e Hwange - espalhados de nordeste a noroeste desta zona e dela separados por terra escassamente povoada ou por territórios Shona independentes.³ Nos anos 1870 os raids Ndebele contra a zona central Shona tinham passado a fase mais intensa, embora se tenham verificado ainda em 1877, 1880, 1883 e 1888;⁴ nos anos 80 os principais raids Ndebele contra o norte localizaram-se a oeste do Grande Dique, em ambas as margens do Sanyati e do médio Zambeze.⁵

A outra super-potência, Gaza, governava uma área muito maior, que se estendia desde o Incomáti a sul, ao actual Transvaal oriental, às estepes zimbabweanas do sudeste, à confederação Duma, a Bocha e Manyika, e sul e oriente do maciço montanhoso da Gorongosa, até às planícies de Cheringoma e ao baixo Zambezé abaixo de Sena.⁶ Entre Ndebele e Gaza havia uma faixa de territórios Shona independentes, atacada por ambos em diversas ocasiões.⁷ As relações entre os dois normalizaram-se depois do acordo Ndebele-Gaza de 1879; houve rumores sobre actividades Ndebele contra Gaza, mas nunca se materializaram.⁸

O controle desta vasta área era exercido a partir de Mandlakazi, no extremo sul das montanhas orientais do Zimbabwe, mas, diferentemente dos Ndebeles Nguni, que se concentravam à volta da sua capital, Gaza tinha também uma grande povoação em Bilene, no extremo sul, e pequenas aldeias sazonais em Danda e Cheringoma.⁹ De facto, Mandlakazi e Bilene eram os dois centros principais do poder de Gaza, separados por centenas de quilómetros de terra árida. Foi talvez devido a esta dispersão do poder que o controle de Gaza sobre os tributários era menos organizado e mais violento do que o correspondente controle Ndebele. Organizado ou não, Gaza raramente saía vencido nas confrontações militares, e a resistência em Cheringoma, Teve e Shanga-Danda era quase

impossível.¹⁰ Foi contudo possível, dentro de certos limites, em regiões do planalto zimbabweano como Manyika, Gutu e Duma.¹¹

Quer os Ndebele quer Gaza parecem terem possuído um alto sentido patriótico, e era raro que as facções existentes no seu seio buscassem apoio exterior, excepto quando a guerra civil para a sucessão era já inevitável.¹² Em Gaza particularmente existia uma forte oposição à cessão de qualquer parcela da área tributária do Estado, a qual se manteve virtualmente intacta até à extinção do Estado.¹³

Na área entre os Estados Ndebele e de Gaza até ao Zambeze, governados por eles ou fora do seu domínio, existiam cerca de duzentos pequenos territórios, na maior parte Shona mas também Sena e Valley Tonga.¹⁴ Os maiores desses territórios, como Nhowe e Maungwe, chegavam a ter setenta quilómetros de diâmetro, com muitas aldeias, mas os mais pequenos não ultrapassavam dez a vinte quilómetros com duas ou três povoações, algumas delas com dois a três séculos de existência. Os seus chefes tinham muito menos poder do que os reis Nguni, e mesmo esse poder limitado era objecto de competição por parte das famílias descendentes dos anteriores chefes, primo contra primo e irmão contra irmão. O resultado era um quadro caleidoscópico de alianças e rivalidades, que se alteravam de tempos a tempos e que envolviam não só a dinastia reinante mas também as linhagens dominadas, os territórios vizinhos e qualquer super-potência que pudesse ser manipulada para apoiar uma facção ou outra. Os ataques e o comércio coexistiam em maior ou menor grau. Embora muitos desses territórios fossem antigos, com fronteiras reconhecidas, isso não impedia os governantes ambiciosos de tentarem conquistar terra aos seus vizinhos, muitas vezes com sucesso. Dado que a violência ou a ameaça de violência influenciavam de modo determinante as políticas da sociedade, não é de admirar que a fortaleza situada no topo da montanha (ou a aringa - fortificação na zona mais plana do vale do baixo Zambeze) fosse tão importante, ou que as potências coloniais que faziam o seu aparecimento fossem tão solicitadas por facções locais que procuravam fazer uso delas.¹⁵

3. As Limitações do Poder Português

Nesta conjuntura, uma vista de olhos pelos postos portugueses da região do Zumbo abaixo do Zambeze, e mais a sul até Inhambane,

permite-nos avaliar o esforço que Portugal teve que fazer para anexar apenas parte do planalto zimbabweano, quando esse esquema foi finalmente concebido.

Em 1881 a comunidade 'portuguesa' na região estava quase tão fragmentada como a do resto dos povos não-Nguni referidos acima. Embora, tal como os Nguni, eles afirmassem ter uma nacionalidade comum, os seus laços eram em geral frágeis. Sob o controle nominal dos Governadores-Gerais da Ilha de Moçambique, (estes subordinados por sua vez ao Ministério colonial e naval do Ultramar)¹⁶ encontravam-se os Governadores de Tete, Sena, Quelimane, Chiloane e Inhambane, com postos em Zumbo, Sofala e Bazaruto. Sabe-se quão fracas eram estas guarnições.¹⁷ Subordinadas a eles estavam as comunidades de comerciantes das suas cidades: portugueses, indianos, africanos, holandeses, franceses, alemães e combinações destes grupos. Tinham frequentemente as suas próprias forças armadas, mas nem sempre possuíam terra fora das cidades. Finalmente, havia os prazeiros, arrendatários de áreas de exploração nominalmente subordinadas à coroa, também eles das mais variadas origens, que detinham terras por força das armas, que se faziam pagar por tudo aquilo que pudessem comercializar, assaltar, caçar, minerar ou produzir.

Cristãos, hindús, muçulmanos ou 'tradicionalistas', todas estas comunidades professavam lealdade à bandeira e língua portuguesas, obedecendo às ordens do Governador mas apenas e estrictamente na medida em que isso fosse do seu interesse, não se esquecendo de exigir o pagamento das suas despesas.¹⁸ Em quase todos os níveis ocorreram rixas sérias e por vezes mesmo combates entre os portugueses, mas é de notar que, a quando da grande crise dos finais dos anos 1880, poucos foram os que apoiaram os britânicos, talvez porque os britânicos fossem ainda mais racistas do que os portugueses da metrópole.¹⁹

O poder do governo era extremamente reduzido na região entre Zumbo e Tete, encontrando-se o poder real nas mãos dos prazeiros do médio Zambeze, nomeadamente *Kanyemba* José do Rosário Andrade, *Matekenya* José de Araújo Lobo, *Mutopa Gudo* Firmino Luís Germano e *Chimbangu* Vicente José Ribeiro da Fonseca. Através de assaltos, escravatura e caça, estes prazeiros tinham estabelecido, nos anos 1880, um conjunto de domínios do Kariba ao alto Luangwa a norte do Zambeze, que continuou a expandir-se durante essa década.²⁰ Quase todos tentaram possuir terras

em ambas as margens do Zambeze, mas é evidente que o seu domínio na margem sul se confinava ao vale a leste de Dandawa, não tendo os seus prazos no interior fronteiras definidas.²¹

Não se sabe bem porque é que o seu poder se limitava apenas ao sul, dado que as dinastias Shona do planalto parece não terem sido mais fortes do que as suas congéres do norte - Soli, Tonga e Senga, muito embora a família Ribeiro tenha conhecido em 1884 a resistência de um ramo da antiga dinastia Mutapa.²² O primeiro membro da comunidade portuguesa a chegar a este sector do planalto, em 1889, foi um comerciante indiano relativamente pobre.²³ Nesse ano Dandawa era ainda objecto de conquista por parte de Rosário Andrada.²⁴ Talvez restassem poucos elefantes na região, ou o capital dos prazeiros do Zumbo fosse reduzido; de qualquer forma, esta expansão desigual requer expilação.²⁵

Entre Tete e Sena, na margem sul, o poder político era dominado, de uma maneira ou de outra, pela família *Bonga* de Massangano, cujo nome deriva de António Vicente da Cruz I. A história de Vicente da Cruz, e das derrotas que infligiu aos portugueses nos anos 1860 e 1870, é bem conhecida, e os seus sucessores *Muririma* ou *Muchenga* Luís Vicente da Cruz (1879-80), *Nyamisengo* Vitorino da Cruz (1880-85), *Chatara* António da Cruz II (1885-87) e *Mutontora* João Sant'Ana da Cruz (1888) continuaram a ocupar a atenção do Governo português depois da sua morte em 1879.²⁶ O Governo português parece nunca ter pensado a sério em utilizar os *Bonga* para expandir o seu poder teórico, embora não tenha tido esses escrúpulos no que respeita aos prazeiros do Zumbo, e embora os documentos desse período sejam praticamente unâmines na ideia de que a submissão de Massangano era apenas uma questão de tempo e habilidade. Contudo, os *Bonga* tiveram aliados no seio do Governo português e da comunidade.²⁷ Neste caso, porém, o Governo confiou em *Gouveia* Manuel António de Sousa e *Karizamimba* (ou *Chimaneseewe*) Inácio de Jesus Xavier para conter e eventualmente derrubar o poder dos *Bonga*.²⁸

Como veremos, a guerra com os *Bonga* envolveu gradualmente os chefes Shona do adjacente planalto zimbabweano. Uma das razões foi o método de combate baseado na *aringa*. Não tendo fortificações naturais, a população do baixo Zambeze vinha construindo paliçadas pelo menos desde o século décimo sexto.²⁹ Quando o inimigo construía uma *aringa*, a resposta era construir outra ou outras na rectaguarda para lhe cortar o abastecimento. A

guerra no baixo Zambeze assemelhava-se ao jogo japonês *Go*, no qual cada jogador procura cercar as peças do adversário. Desta maneira, quando os *Bonga* expandiram as suas aringas a partir da antiga fortificação de Massangano, nos finais da década de 1870 e princípios da de 1880, viram-se confrontados com manobras paralelas de Xavier e Sousa a oeste e sul do Ruenya. Os contactos com os *Shona* no planalto e nas zonas próximas eram inevitáveis. Um sub-produto desta situação foi a manobra de Xavier a noroeste de Tete, a derrota infligida ao que restava do Mutapa oriental, e a sua nomeação como *capitão-mor* de Chikova, a que Germano se opôs.³⁰ Outro desenvolvimento foi a ocupação do território de Diwa, da dinastia Makuni, por Xavier, em 1884. Não devemos esquecer que, ao jogarem o *Go*, todos estes prazeiros, incluindo os *Bonga*, procuravam controlar a rota que ia das regiões da lavagem do ouro do alto Mazowe a Tete.

Em Sena, a família de prazeiros mais antiga era a de Ferrão, com prazos em ambas as margens do Zambeze.³² O poderio de Ferrão esteve quase a ponto de derrotar os atacantes de Gaza; embora estes tivessem a sua própria força Nguni, ela foi usada contra Massangano e a zona norte do rio.³³ Com o prazo de Luabo efectivamente confinado às ilhas do delta,³⁴ o prazo mais importante a sul era o de Cheringoma. Na década de 1880 esse prazo encontrava-se nas mãos ineptas de João Eduardo Coelho Barata, que tinha também prazos em ambas as margens do Zambeze. Barata, quaisquer que tenham sido as suas qualidades como homem de negócios, conseguiu obter os piores resultados de praticamente todas as opções que tomou em Cheringoma. Apesar de ter casado com a herdeira de Ferrão, tinha más relações com os Ferrões, e nem por isso tinha melhores relações com Sousa.³⁵ Como consequência ficou praticamente sem qualquer meio para defender o seu prazo, e a infeliz população de Cheringoma encontrou-se numa situação em que tinha que pagar o imposto *mussoco* a Barata e o tributo a Gaza. Em 1887 ele tentou recrutar apoiantes em Tete, mas as exigências de Gaza continuaram.³⁶ Incapaz mesmo de pagar a renda ao Governo português, envolvido nas políticas de Tete e em conflito com os homens de Sousa, sem a confiança dos próprios súbditos que passaram a ignorá-lo e a levar os seus casos a Gaza, Barata foi finalmente forçado pela Companhia de Moçambique, em 1890, a deixar Cheringoma.³⁷ Para todos os efeitos, portanto, o domínio português sobre o enorme prazo de Cheringoma, que ia quase desde o sul do Zambeze até ao Pungwe, era praticamente

inexistente.

O único ponto relativamente luminoso no horizonte do Governador-geral era Gorongosa, a fortaleza de Sousa. Tendo chegado ao Zambeze em 1853, Sousa encontrava-se agora no auge do seu poder, depois de vários altos e baixos.³⁸ Em 1880 ele controlava o prazo da Gorongosa a partir da sua *aringa* em Massara, na montanha da Gorongosa, bem como uma cadeia de prazos menores que se estendia até ao Sena e ao Zambeze.³⁹ Parece que na década de 1880 ele não teve na Gorongoza grandes dificuldades com Gaza, mas também não tinha poder efectivo nem em Manyika nem em Teve, a sul do Pungwe, embora fosse nominalmente *capitão-mor* de ambos os territórios.⁴⁰ O seu campo de expansão nesse período foi de facto para noroeste, tendo conquistado Barwe em 1879-83.⁴¹ Embora aparentemente nunca tenha considerado qualquer forma de insubordinação contra o Governo português - pelo menos na escala praticada pela família *Bonga* - o seu patriotismo tinha limites. Assim é que ele não fez qualquer esforço para defender Cheringoma (nem os prazos do baixo Zambeze) dos ataques de Gaza, quando estavam na posse de Barata, e nunca cedeu Barwe formalmente ao Governo, diferentemente de Rosário Andrada que cedera (nominalmente) o prazo remoto de 'Inhacoe', no Kafue.⁴² Assim Barwe continuou tecnicamente como um território africano independente, cujo chefe (Sousa) era por acaso súbdito português.⁴³ Na prática isto pouca diferença fazia. Profundamente dividida, a dinastia Makombe do Barwe foi incapaz durante anos de opor a António de Sousa uma resistência séria, embora alguns membros se tenham refugiado nos territórios Shona a oeste de Gaerezi e Ruenya,⁴⁴ e em 1888 os enviados de Barwe tenham feito uma tentativa fracassada de obter ajuda de Gaza contra Sousa.⁴⁵

A sul do Pungwe o poder português era praticamente inexistente. Apenas algumas aldeias fora de Sofala eram tidas como 'portuguesas', existindo ainda um enclave semelhante em Chiloane, onde o Governador de Sofala tinha a sua base.⁴⁶ À parte o posto da ilha do Bazaruto, o enclave português mais próximo situava-se em Inhambane. Todos estes enclaves do sul existiam com a complacência de Gaza. Se Gaza o desejasse, poderia facilmente tê-los feito desaparecer a todos, e o facto de Gaza ter permitido que eles continuassem, tal como o tinham feito os seus antecessores Changamire e Mutapa, é uma indicação do valor desses portos como centros comerciais. Através da persuasão os Governadores

portugueses conseguiram manter os invasores de Gaza fora das suas aldeias, e a tolerância de Gaza foi ao ponto de permitir que certos refugiados do seu Estado se estabelecessem em Chiluane.⁴⁷ Contudo, as iniciativas locais dos portugueses provocavam retaliações, como o prova uma grande ofensiva de Gaza contra os territórios de Inhambane em 1886.⁴⁸

A posição de Gaza nas suas relações com os portugueses, era um pouco diferente da dos Ndebele em relação às potências exteriores. Como indicámos, a subida de Ngungunhane ao poder, em 1884, por morte de Muzila, não significou qualquer diferença real na atitude de Gaza para com os portugueses. O tratado de 1885 foi considerado por Gaza como de tolerância, não de sujeição.⁴⁹ Enquanto por um lado asseverava repetidamente ser 'português',⁵⁰ a sua declaração de que ele era a 'mulher' dos portugueses de Lisboa e da ilha de Moçambique camuflava a realidade de que eles nada podiam fazer para afectar o seu poder. Por outro lado, a sua afirmação de que os portugueses de Sena, Chiloane, Gorongosa e Sofala eram suas 'mulheres' referia o que era evidente, ou seja, que ele podia exercer o seu poder sobre esses portugueses, se o desejasse.⁵¹ É pouco provável que, como por vezes se alega, Ngungunhane considerasse cada Governador português como uma entidade autónoma,⁵² dado que mantinha relações diplomáticas com a Grã-Bretanha, o Natal, o Transvaal e os Ndebele, e compreendia perfeitamente as hierarquias do poder contemporâneo.⁵³ Assim resultavam vãs as tentativas dos portugueses de o atemorizarem com a perspectiva de invasões afrikaner, britânicas ou ndebeles.⁵⁴

Contudo, há um ponto que deve ficar claro. Em 1885 Ngungunhane aceitou pela primeira vez um Residente português, de nome José Casaleiro d'Alegria Rodrigues, mas este foi considerado muito mais como agente de Gaza do que de Portugal. Ngungunhane hasteou a bandeira portuguesa em Mandlakazi.⁵⁵ Esta bandeira era uma das muitas oferecidas a Gaza por Rodrigues, para serem distribuídas pelos chefes tributários de Ngungunhane, e foram efectivamente distribuídas.⁵⁶ Estas bandeiras não significavam submissão a Portugal, mas a Ngungunhane. O significado das bandeiras foi amplamente compreendido, e mesmo fora da zona do poder de Gaza encontramos chefes africanos procurando activamente obtê-las.

As bandeiras não significavam submissão ao fraco e remoto poder português; eram antes um símbolo tangível de uma aliança

temporária. Assim, em 1889, quando se distribuíram bandeiras portuguesas aos sub-chefes de Gaza e de Manyiká, tratava-se de substituir as existentes, já desbotadas, por outras novas, como símbolo da situação política naquele período.

4. Joaquim Carlos Paiva de Andrada (1846-1928)

Continua por escrever a biografia de Paiva de Andrada, uma personalidade importante no quadro da história da África colonial. À primeira vista parece ser uma tarefa fácil, dado o grande número de cartas e folhetos escritos por ele, mesmo considerando apenas os da década de 1880 - independentemente do que sobre ele foi escrito pelos seus contemporâneos. Existe também mais material sobre a sua vida, em arquivos como os da Companhia da Zambézia relativos aos anos 1890, que não interessa para este trabalho.⁵⁷ Mas muita coisa permanece obscura. As notas biográficas deste homem foram curiosamente padronizadas,⁵⁸ sendo raros os detalhes sobre a sua vida privada. Em particular, embora saibamos bastante sobre as suas actividades em África com base nas cartas que enviava para Lisboa, só conhecemos alusões ao seu trabalho na Europa: ou ele o realizava verbalmente, ou as cartas que eventualmente escrevia aos seus associados não foram ainda localizadas.⁵⁹ É quase certo ele ter escrito tais cartas, pois era um correspondente obcecado, capaz de produzir duas ou três cartas de trinta páginas num ou dois dias, acampado num sertão africano, dirigidas aos amigos e aos seus contactos nos negócios, bem como aos seus superiores oficiais e nas empresas, sobre todos os assuntos imagináveis, incluindo alguns que verdadeiramente não lhe diziam respeito. Seria necessário consultar os ficheiros de muitas pessoas em Lisboa, Paris e Bruxelas para localizar essas cartas. Este artigo pretende demonstrar a utilidade desse estudo.

Andrade era um oficial do exército, do ramo da artilharia,⁶⁰ mas não era um militar qualquer. É sabido que ele se movia nos círculos mais altos de Lisboa, conquanto não fosse apreciado em todos. Embora tenha sido um oficial de carreira até aos anos 1900, foi autorizado a efectuar os seus muitos negócios continuando a receber o seu vencimento, embora em 1886 o exército tenha pedido que ele passasse a ser pago pelo Ministério do Ultramar, dado que as suas actividades diziam respeito principalmente àquele Ministério.⁶¹

Durante os anos de 1880, como capitão, major ou tenente-coronel, ele conseguiu passar por cima dos seus superiores nominais nos governos locais e no Governo-geral de Moçambique, escrevendo directamente para o Ministério do Ultramar, para o Ministério dos Negócios Estrangeiros ou para quem ele pensasse ser útil.

A sua posição como oficial subalterno gozando de muitos privilégios permitiu a Andrada ocupar postos diplomáticos em Bruxelas e Paris nos anos 1860 e 1870, e estabelecer ali contactos empresariais úteis. É possível que, desde cedo, ele tenha começado a conceber um império africano português como o caminho mais curto para uma aposentadoria confortável em Paris (cidade onde morreu); o momento decisivo foi porém uma reunião em Lisboa, em 1878, na qual foi encorajado pelo Ministério do Ultramar a formar uma companhia para dar prosseguimento em África às actividades fora do alcance da acção oficial portuguesa.⁶² Embora estivesse preparado para uma vida relativamente dura em África, ele não tinha a mínima intenção de ali se fixar,⁶³ e pelo menos uma vez, em 1888, teve que ser forçado a regressar a África para continuar o trabalho que tinha iniciado.

Paiva de Andrada foi por vezes apelidado de 'o Rhodes português sem o dinheiro de Rhodes',⁶⁴ mas em nossa opinião, se Rhodes tivesse ainda que só uma pequena parte do dinamismo e persistência de Andrada, o seu império ter-se-ia expandido mais, e mais depressa. É difícil de facto imaginar Rhodes mergulhado e alvejado no Zambeze, ou bebendo água suja nas zonas auríferas de Makaha. O que é certo é que a concepção de Andrada de um império português em Moçambique era, em muitos aspectos, de tão vasto alcance como os planos de Rhodes. Contudo, embora Andrada justificasse muitas vezes o seu nome de *Mafambisi* - o apressado - ele tinha graves defeitos como imperialista. Era por vezes indolente, demorando-se num lugar enquanto o seu fluxo habitual de cartas se reduzia a um fio, com resultados fatais; mas o seu defeito mais grave residia naquilo a que se chama hoje 'gestão intermédia'. Por um lado ele era extremamente minucioso, escrevendo extensamente sobre portos, bóias, cunhagem, espingardas, plantas de café etc. Por outro lado era um visionário notável e bem informado para a sua época, que lia os jornais do Cabo e do Natal, os relatórios britânicos, os últimos tratados e antigos livros de viagens, nos seus acampamentos nos sertões. Pelo menos inicialmente os seus planos eram razoavelmente realistas, mas por volta de 1889 eram uma mistura do

possível e do fantástico, com esquemas de re-ocupação do Estado do Ndebele oriental e de uma ocupação portuguesa do Estado Lozi no alto Zambeze. (Para ser justo, Lisboa pensava também nos mesmos moldes).

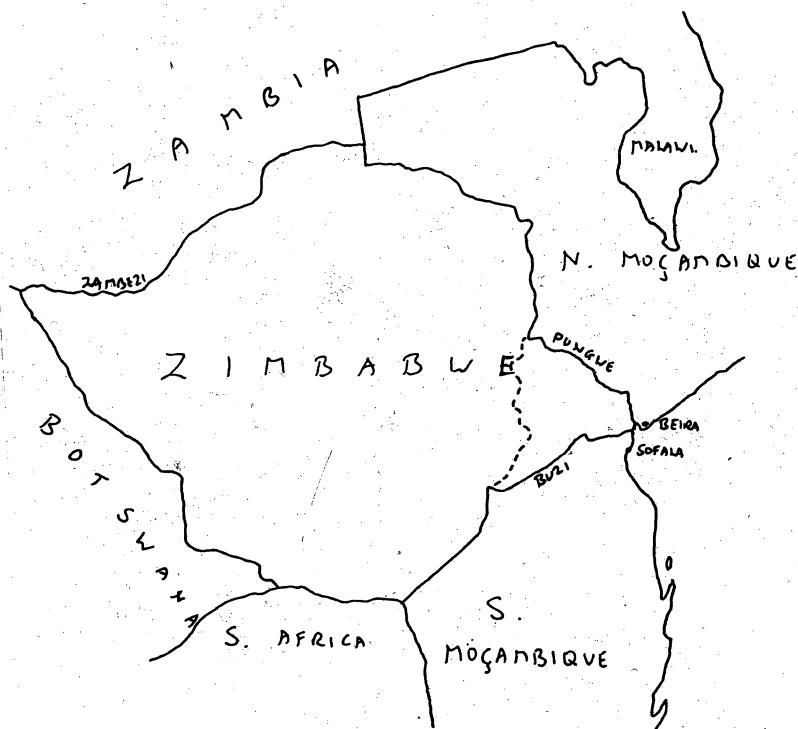
Onde os planos de Andrada tendiam a falhar era na zona intermédia entre os planos gerais e os pequenos detalhes. Em 1889 cometeu o erro de assumir que os seus subordinados cumpriam as suas ordens sem a sua supervisão pessoal. Não tomou em consideração o ponto de vista dos dirigentes africanos e dos seus povos: assim, em 1885 assumiu que os Shona do nordeste aceitariam naturalmente a dominação portuguesa, e que Ngungunhane cumpriria a sua parte no grandioso plano. A maneira pouco diplomática como lidou com Mutasa de Manyika conduziu directamente à aliança entre Manyika e os britânicos em 1890. O plano de financiamento da sua companhia majestática através da cobrança do imposto *mussoco* em todo o planalto norte-oriental zimbabweano foi contestado pela situação real, como o demonstraram os acontecimentos de 1890 em ambos os lados da fronteira. Os seus planos económicos eram também extremamente visionários: mesmo hoje a construção de vias férreas das minas de cobre de Bikita até ao Buzi, ou das minas de ouro de Tati até ao Save, seriam consideradas não realistas; ao mesmo tempo, tal como outros, ele sobreestimou demasiado o valor das zonas auríferas do Zimbabwe, mesmo depois de as ter visitado.

5. As Actividades Iniciais de Andrada, 1878-85

Em 1878, como se comentava causticamente na altura, Andrada obteve uma concessão portuguesa abrangendo todas as minas do 'Estado' não exploradas, num raio de 180 quilómetros de Tete e Zumbo e da linha de união entre ambos. Uma primeira visita a Tete em 1879 levou a uma viagem de investigação em 1881, efectuada em nome da primeira companhia de Andrada, a pouco conhecida *Société des Fondateurs de la Compagnie Générale du Zambèze*.⁶⁵ Esta expedição, chefiada por Andrada, visitou Manyika em Junho, o Baixo Mazowe e Ruya em Julho e, escoltada por Souza, Manyika em Setembro e Outubro. As zonas de ouro de Makanga e Mazowe não eram muito ricas, e a de Manyika de qualquer forma não podia ser explorada sem autorização de Gaza.⁶⁶

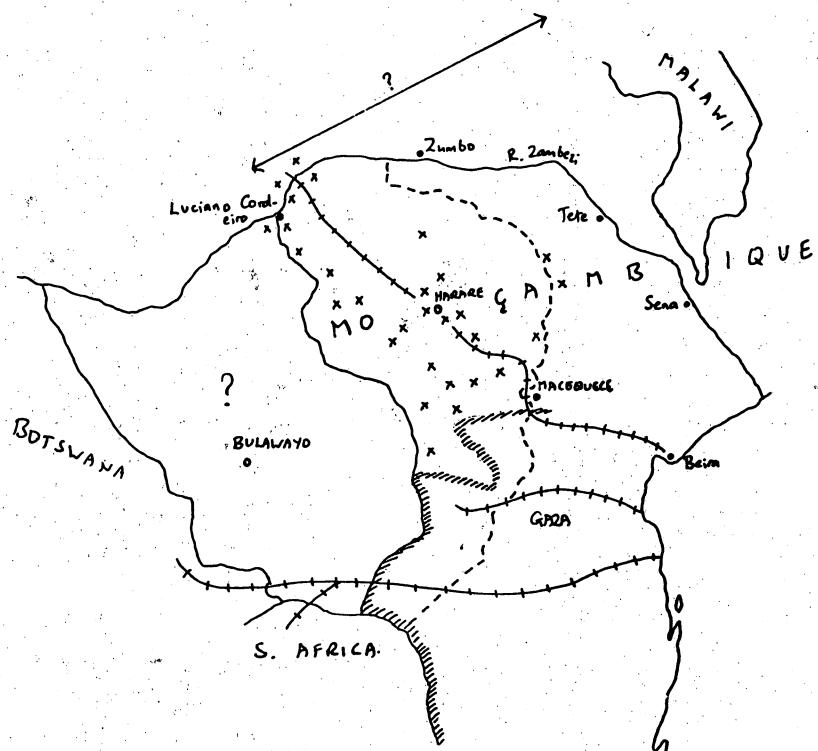
1. Dois Moçambiques

Sem o trabalho de Andrada, não teria havido presença portuguesa entre o Pungwe e o Buzi e, portanto nada que impedisse a BSAC de chegar ao mar.



2. O Grande Moçambique de Andrada

Se os tratados de Andrada-Cordon-Sousa com os Shona centrais (assinalados com um X) tivessem chegado à Europa a tempo de evitar o efeito do Ultimatum Britânico sobre o Zambesi, a fronteira poderia ter ficado assim. Parte-se do princípio que, com os campos de ouro da Mashonalandia perdidos para a BSAC, esta perderia eventualmente o interesse pelas terras de Gaza. As linhas de caminho-de-ferro planeadas por Andrada figuram no mapa.



Até meados da década de 1890, a opinião de Andrada sobre o relacionamento entre as suas companhias e o Governo português era de que deveria caracterizar-se por um apoio mútuo. Assim, nos anos 1880 vemos as suas companhias utilizarem fundos do Governo português, e vêmo-lo por vezes tomando parte em campanhas portuguesas que só indirectamente poderiam servir os seus objectivos comerciais. Andrada parece não ter tomado em consideração o facto de, dado ser ele um oficial no activo e ao mesmo tempo homem de negócios, a sua assunção de que os interesses de Portugal e os seus se identificavam era susceptível de ser posta em causa. De facto, as suas cartas desse período indicam pouca ou nenhuma consciência da existência de qualquer diferença de interesses, muito embora revelassem inconscientemente a quem as lesse no Ministério do Ultramar, que os seus planos de engrandecimento de Portugal significavam também a edificação da sua fortuna pessoal. Os seus contemporâneos consideravam-no brilhante mas ingênuo.

Tendo regressado a Lisboa em 1882, ele defendeu a extensão do domínio do Governo português até Manyika, como base para uma futura expansão para oeste. Isto implicava a colocação de guarnições em Gorongosa e Manyika, apoiadas por Sousa, que deveria completar a conquista do Barwe e ocupar o posto de Humbe, situado no Barwe, entre as duas guarnições. Supunha-se que Gaza daria a sua concordância, embora se sugerisse também uma união de Sousa e Mutasa contra Gaza.⁶⁷ Nos dois anos seguintes poucos progressos foram alcançados. A missão de Cardoso para obter a anuência de Gaza fracassou,⁶⁸ mas em 1884 o *lobby* de Andrada produziu resultados. Em 1883 a companhia francesa viu esgotados o seu capital e o seu interesse, persistindo contudo as suas dívidas, que iriam mais tarde atormentar Andrada.⁶⁹ Entretanto Andrada aproveitou os seus contactos pessoais com o capital francês e britânico, especialmente nas pessoas de William McKinnon e Donald Currie,⁷⁰ para formar em Fevereiro de 1884 a *Companhia de Ofir*, cuja importância foi talvez subestimada até 1891.⁷¹ Em Fevereiro de 1884 a Companhia de Ofir obteve de Lisboa direitos exclusivos de exploração das minas das regiões de Manyika e Teve.⁷² Como Lisboa não tivesse qualquer poder sobre estas regiões, um primeiro passo no sentido de o estabelecer foi a criação do Distrito de Manica, um novo posto governamental que representava a primeira acção portuguesa, depois de muito tempo, longe do Zambeze ou do mar.⁷³ Andrada deveria simultaneamente apoiar a criação deste posto e começar a trabalhar

em nome da Companhia de Ofir.

A longa história do comércio inter-continental na região tende a ignorar as depressões regionais e locais. Nos anos 1880 todo o planalto norte-oriental zimbabweano parece ter sofrido uma depressão, e isto teve graves consequências no sistema de transportes regionais. Embora na década de 1840, com o estabelecimento de um posto português,⁷⁴ se verificasse uma certa actividade de tráfico de escravos na foz do Pungwe, nos anos 1880 toda a actividade comercial tinha praticamente desaparecido na zona abaixo do Pungwe, e a maior parte do comércio de Sofala e Chiloane realizava-se a sul do Buzi.⁷⁵ Com excepção de uma faixa do interior afectada pela mosca tsé-tsé, a retirada da maior parte do gado, por Gaza, tornava impossível o transporte animal,⁷⁶ e toda a carga tinha que ser transportada utilizando-se força humana, a partir das águas navegáveis mais próximas. Contudo, o comércio tinha decaído tanto que mesmo o Pungwe era virtualmente desconhecido dos portugueses, e os trilhos do interior estavam tão cobertos de vegetação que era necessário organizar um sistema de carregadores a partir de zero. Enquanto que na região do prazo se podia utilizar a coacção e o imposto *mussoco* para se conseguirem carregadores,⁷⁷ no novo Distrito de Andrada o recrutamento forçado dependia do apoio de Gaza, que não se materializou até 1889. Entretanto Andrada tinha que recorrer à contratação e utilização de carregadores do seu prazo de Luabo.⁷⁸ Foi por isso que, antes de compreender a importância do Pungwe, Andrada chegou a pensar num sistema de lagoas, que no verão ficavam inundadas, para ligar o Zambeze a Gorongoza.⁷⁹ O atraso na progressão de Andrada para o interior explica-se em grande parte pela necessidade de investigar todas as rotas possíveis e torná-las utilizáveis.⁸⁰ Além disso, na época do verão a actividade era ainda mais retardada pelas chuvas.

A expedição de Andrada de 1884-85, a sua terceira em Moçambique, fracassou nos seus objectivos. Retido pela guerra de Massingir, Andrada só chegou a Gorongoza em finais de Novembro. Implantou-se aí o governo do Distrito de Manica, com uma pequena guarnição, que permaneceu até 1891.⁸¹ Não tinha qualquer poder a sul do Pungwe, quer em Teve quer em Manyika. Isto em grande parte porque Sousa não estava interessado em desafiar Gaza nem em abdicar das suas ambições pessoais em relação ao Zambeze. De facto, os interesses dos governadores dos Distritos também se situavam principalmente a noroeste, tendo sido a Companhia de Ofir, dirigida

por Andrada, que assumiu o essencial da iniciativa na expansão para o oeste e para o sul, embora utilizando fundos do Governo. Enquanto Andrada ia para o sul negociar com Gaza, uma expedição da Companhia instalava armazéns em Manyika, onde teve um acolhimento amistoso - por parte de Mutasa, por razões que examinaremos mais à frente.⁸² Contudo, o importante era realmente o factor Gaza.

A visita de Andrada a Ngungunhane foi um fracasso, não tendo chegado sequer a encontrar-se com aquele governante. Foi informado de que não poderia abrir os campos de ouro de Manyika, e teve que retirar-se para Gorongoza.⁸³ As negociações ficaram a cargo da missão de Rodrigues a Gaza, embora esta fosse uma missão completamente distinta, contando-se ainda que os boatos sobre uma possível acção Ndebele ou Afrikaner poderiam levar Ngungunhane a abrandar a sua posição.⁸⁴ Andrada ficou a sonhar com uma aliança entre Sousa e Mutasa que providenciaria a força de 500 soldados efectivos de que ele necessitava (o Distrito tinha sete), tendo escrito um folheto sobre o *seu* Distrito chamando a atenção para a necessidade de ele ser ocupado antes que os afrikaners e os alemães o fizessem.⁸⁵

6. O Planalto Norte-Oriental Zimbabweano, 1885-87

A incerteza sobre a atitude de Gaza em relação a Manyika, a ausência de Sousa envolvido em trabalhos na costa, e uma grave penúria de víveres na região, retiveram Andrada na Gorongoza por um período de seis meses, durante os quais ele efectuou o reconhecimento do médio Pungwe.⁸⁶ Partiu depois em direcção a outra zona aurífera, a única que se situava a uma distância razoável fora do domínio de Gaza e de aparência promissora, nas proximidades da antiga feira de Makaha, no planalto zimbabweano norte-oriental.⁸⁷ Um dos motivos foi o receio de uma possível anexação da região pelos alemães,⁸⁸ outro foi provavelmente a necessidade de satisfazer os accionistas da Companhia de Ofir. Esta expedição teve um carácter essencialmente comercial.

Em Setembro de 1885 Andrada ultrapassou a linha de *aringas* de Sousa para oeste, na fronteira oeste de Barwe, e chegou a uma série de pequenos territórios Shona e Sena, situados a norte dos territórios muito mais poderosos de Makoni e Mutoko.⁸⁹ Aqui, onde

se tinham estabelecido alguns refugiados de Barwe, os chefes receavam tanto Mutoko como Sousa, mas principalmente este último. Andrada pensava que, vindo ele de Tete para fazer comércio, tudo andaria bem, mas à medida que se tornava evidente que ele era amigo de Sousa, a atitude dos chefes locais tornava-se mais dura. As negociações para a compra de terra para um centro comercial no território de Rupire do chefe Chikwizu fracassaram, em 11 de Outubro, e foi então que Andrada se decidiu a conquistar a área, embora tivesse pensado nisso 18 dias antes. O roubo das suas mercadorias, invocado como pretexto para a guerra de 1886, ocorreu mais tarde, e na verdade Andrada não culpou os chefes locais Katsande de Masahwa nem Chikwizu. Mas isto não fazia diferença para os seus planos. Estranhamente, à luz do que se seguiu, Gurupira, o poderoso filho de Mutoko, revelou-se sempre muito amistoso, tendo ido em missão diplomática solicitar uma bandeira a Sousa, e Andrada pensou em utilizá-lo contra Chikwizu e Katsande. Mas Andrada não quis interferir nos planos de conquista de Sousa, e em Novembro ambos concordaram em que seria Sousa a levar a cabo a "punição".⁹⁰

De facto, Sousa já estava a movimentar-se nesse sentido. Em Pfungwe o chefe Chitsungo, relativamente fraco, tinha já aceitado uma das suas bandeiras, embora não sem oposição dos membros da sua dinastia.⁹¹ Como referimos, Mutoko tinha tentado em Setembro fazer uma aliança com Sousa, e tinha também uma das suas bandeiras.⁹² Quando Sousa e o Governador do Distrito de Manica marcharam contra Rupire e Masahwa, em Maio de 1886, foram ajudados por seis chefes locais. Não tendo conseguido subornar os invasores, as populações de Chikwizu e Katsande ofereceram uma forte resistência e sofreram pesadas baixas.⁹³ Ambos os territórios foram capturados pelos portugueses, e dois membros sobreviventes das dinastias foram nomeados chefes. A reacção dos chefes locais a esta conquista foi, caracteristicamente, de natureza diversa. Quatro chefes vieram submeter-se, na condição de Sousa poder apoiá-los. Katerere de Hwesa queria ajuda contra os incursões de Manyika, enquanto que Chihuni de Tsokoto, 100 quilómetros a sudoeste, queria provavelmente ajuda contra o seu inimigo Murehwa.⁹⁴ Goze de Chidye e Nyamaringa de Nyabaku submeteram-se nos mesmos termos.⁹⁵ Em 1887 as forças de Sousa ocuparam uma faixa contínua de território que ia desde as fronteiras ocidentais de Barwe ao médio Mazowe, muito a ocidente, até Pfungwe e possivelmente Maramba. Com Pfungwe juntando-se a Diwa, conquistado por Xavier,

completou-se o jogo *Go* no cerco aos *Bonga* de Massangano.

Contudo, a posição de Sousa não era tão segura como parecia. Nalguns lugares as suas forças eram demasiado reduzidas para serem efectivas, como em Pfungwe e Maramba, onde tinha o apoio de alguns mas onde outros procuravam a ajuda de Ribeiro, cujas forças estavam a avançar de Musingwa, a oeste das de Xavier. Outros, que aceitaram as suas bandeiras, acharam ser mais seguro deslocarem-se para junto da sua guarnição em Rupire. Chimoyo Nyahude recusou de todo submeter-se, enquanto que em Ngarwe uma facção seguiu Sousa e outra, submetida a Rundu, se juntou a Mutoko. Mas o principal problema era Mutoko. Antes da chegada de Andrada ele tinha enviado Gurupira para obter produtos comerciais e uma bandeira em troca de ajuda contra Chikwizu, mas esperou até ao fim da guerra sem honrar a sua parte do acordo. Enviou então Gurupira ao Governador do Distrito de Manyika em Rupire, pedindo munições para submeter Rundu, Chimoyo e os chefes de Dohora e Makaha, ao domínio português. O Governador insensatamente acedeu, mas logo que Sousa saiu da área, Gurupira começou a atacar esses chefes. Os chefes de Dohora, Ngarwe e Makaha apelaram à guarnição de Sousa para os proteger, ao mesmo tempo que Chimoyo se juntava a Mutoko. Depois de alguns meses o comandante de Sousa enviou um emissário a Mutoko, exigindo-lhe explicações e a devolução da bandeira caso Mutoko tivesse deixado de ser 'português'. Mutoko respondeu que a bandeira era uma simples tanga, e recusou-se a devolvê-la, ameaçando expulsar todos os 'brancos' (os homens de Sousa, todos eles africanos). Por fim os novos súbditos de Sousa foram ter com ele exigindo-lhe a protecção devida.⁹⁶

Em Fevereiro de 1887 Sousa regressou a Dohora, queixando-se destes ataques,⁹⁷ e em 16 de Março ele e as forças dos seus súbditos, incluindo grupos da maior parte das dinastias locais com excepção dos da aliança Mutoko-Chimoyo-Rundu, penetraram no território de Mutoko. As forças aliadas de Mutoko confrontaram-no na colina de Gumamitzi, a 15 quilómetros da fronteira. Depois de dois dias de combates a maior parte dos homens de Sousa fugiram em todas as direcções, deixando-o apenas com Katerere, com o governante de Rupire - seu súbdito, e 150 homens.⁹⁸ Quaisquer que tenham sido as causas da derrota (e apontam-se muitas)⁹⁹ o seu efeito principal parece ter sido o de abalar a auto-confiança de Sousa. Depois desta derrota ele jurou que tinha estado prestes a marchar para o alto Mazowe para construir uma nova cidade para Portugal, mas

como aparentemente não fizera qualquer referência a este plano, é possível que estivesse apenas a tentar ganhar favores e obter provisões do Governo português. A alegação de que esta foi uma guerra puramente local parece ser correcta.¹⁰⁰ De facto, Sousa recuou apenas 20 quilómetros, para as suas *aringas* em Rupire e Masahwa, e quase todas as zonas conquistadas em 1886 continuaram ocupadas por ele até 1891.¹⁰¹ A partir dessa altura Mutoko manteve-se hostil a Sousa e a Xavier, embora poucas das suas ameaças de ataque se concretizassem,¹⁰² e em 1890 dizia-se que Sousa estava a impedir o Governo de Tete de estabelecer a paz com Mutoko, o qual desejava obter aliados em Tete - contra Sousa?¹⁰³

7. A Quarta Expedição de Andrada: Finanças, Gaza, Massangano, 1886-87

Andrada não esteve pessoalmente envolvido nem na guerra Rupire-Masahwa de 1886 nem na de Mutoko em 1887. Ele partira de Moçambique nos finais de 1885, tendo chegado à Europa em Fevereiro de 1886. O relatório de 23 de Janeiro, sobre a visita às regiões auríferas de Makaha, é mais um exemplo dos seus 'folhetos', mas revela também um grande avanço na sua concepção estratégica. Ele pretendia comprar os interesses de Sousa, e anexar Barwe como zona portuguesa de colonização branca subordinada à Companhia de Ofir. Já estava a avançar para a ideia de uma companhia majestática. Essa conquista comercial abarcaria não só o planalto norte-oriental zimbabweano em redor das regiões auríferas de Makaha, como teria uma segunda base entre as nascentes do Mazowe e Save, na região dos Zezuru, não longe do actual Harare; abrangeia de facto toda a região entre o Mazowe e o novo porto a ser estabelecido na foz do Pungwe. Esta Companhia cobriria as despesas iniciais através da cobrança do imposto *mussoco* à população. (Andrada parece não ter sido capaz de prever o que, com toda a probabilidade, iria acontecer: algumas páginas mais à frente ele fala dos 'amigos' que a sua Companhia iria ganhar entre os Shona!).¹⁰⁴

Desde Março de 1885, altura em que os seus receios de concorrência por parte de outras potências se baseavam apenas em rumores vagos e na ameaça que constituíam os viajantes afrikaner, os missionários britânicos e a expansão alemã, muitas coisas tinham acontecido, que afectavam os planos gerais de Andrada.¹⁰⁵ Andrada

via com bons olhos o avanço britânico em território Tswana, pensando que bloquearia o avanço alemão do Atlântico e quaisquer manobras no Transvaal a norte do Limpopo. Ele jogava com a ideia de um tratado com os Ndebele, mas sem o considerar como uma possibilidade séria. Defendia que, se Portugal conseguisse esse tratado, toda a área pretendida pelos Ndebele cairia nas mãos de Portugal, mas que 'caso contrário, o oposto não aconteceria necessariamente'. A este respeito, ele considerava existirem limites claros ao poder Ndebele a norte e a leste, e que uma combinação do poder de Gaza (já que Ngungunhane era 'português'), a ocupação da área central Shona e os avanços dos prazeiros do Zumbo, criaria uma enorme colónia portuguesa, do alto Zumbo no Zambeze até ao Limpopo, cujos portos, incluindo o do Pungwe, captariam o comércio de todo o 'hinterland', excluindo assim o do Cabo e do Natal. Além disso, a navegação no Zambeze, do Luabo (onde por coincidência ele tinha negócios privados)¹⁰⁶ até ao Kafue (que seria a base de um novo Distrito) permitiria eventualmente estender o domínio português acima de Kariba até Gwayi, e talvez mesmo abrir um caminho para Angola.¹⁰⁷

Este plano grandioso constituiu o essencial do pensamento de Andrada durante os quatro anos seguintes,¹⁰⁸ mas na realidade o único avanço em termos de 'controle' português desde 1881 foi o estabelecimento de uma guarnição na Gorongoza sob a protecção de Sousa, e as conquistas de Sousa, Xavier e dos prazeiros do médio Zambeze, do Barwe a Dande, ao longo da margem sul do Zambeze. A Companhia de Ofir tinha gasto muitos dos seus fundos na viagem de Makaha em 1885, e tentava em vão conseguir o reembolso por parte do Ministério do Ultramar.¹⁰⁹ A jogada seguinte de Andrada foi muito hábil. W.J. Mayes, um mal-afamado sobrevivente da fracassada expedição comercial britânica de 1880 a Gaza, alegava ter conhecimento da existência de prata na zona de confluência do Save-Runde. Andrada informou o Ministério do Ultramar de que esta mina poderia atrair uma expedição britânica e uma ocupação do tipo da de Kimberley, e pediu fundos do Governo para impedir essa acção, embora a zona se situasse fora da área da concessão da Companhia de Ofir. Andrada estava esperançado inicialmente que o seu amigo Joaquim José Machado chefiasse esta operação, mas quando finalmente obteve os fundos para a "Expedição de Sofala", tomou ele próprio o seu comando.¹¹⁰ A motivação real de Andrada parece ter sido desde o início a de obter a permissão de Gaza para a

Companhia de Ofir explorar as minas de Manyika, utilizando fundos do Ministério do Ultramar para chegar a Mandlakazi.

Esta segunda visita a Gaza foi igualmente infrutífera. Ao chegar a Mandlakazi em Setembro de 1886, Mayes não só traíu o aspecto mineiro da expedição a Gaza, como tentou criar o seu próprio grupo concessionário concorrente.¹¹¹ De qualquer forma, Andrada visitou a 'mina' de Mayes e chegou à conclusão de que era uma fraude.¹¹² Seis meses de permanência na capital de Gaza não produziram qualquer progresso na questão de Manyika. No mesmo momento em que Andrada se aproximava da zona central do Estado, eclodiu a guerra entre Gaza e os 'súbditos' portugueses da área de Inhambane, que terminou com a derrota dos portugueses.¹¹³ Durante as reuniões de Ngungunhane com uma missão de alto nível da Ilha de Moçambique,¹¹⁴ Andrada teve que enfrentar vários factores contraditórios. Em primeiro lugar, por muito que ele ansiasse ver o Estado de Gaza destruído pelas forças regulares portuguesas, o poderio de Gaza era enorme e poderia ser utilizado por Portugal a norte do Zambeze.¹¹⁵ Em segundo lugar, Gaza tinha pelo menos mantido outras potências fora da área, e em todo o caso era melhor lidar com um chefe do que com centenas de 'chefezinhos miseráveis' na mesma área. Em terceiro lugar, Ngungunhane tinha distribuído bandeiras portuguesas (para afirmar o seu próprio poder) e falava em avançar para o oeste de Duma na direcção dos Ndebele. Em quarto lugar, embora Ngungunhane, pressionado especialmente pelos seus tios, se recusasse a permitir qualquer cessão formal da área da antiga feira de Manyika aos portugueses, ele dava a entender que não os atacaria se entrassem em Manyika.¹¹⁶ Andrada era cauteloso quanto a este último ponto: ele tinha esperanças de que a embaixada de Gaza em Lisboa concordasse com a cessão das terras a norte do Pungwe, e aguardava com expectativa o dia em que Gaza, tendo servido os seus propósitos, ficasse confinado a uma reserva a sul do Búzi (em terras pouco próprias para a fixação de europeus). Contudo, de momento Manyika era inacessível.¹¹⁷

O lucro e o dever (de fins de Março a Abril de 1887) levaram Andrada para o norte. Ele planeava já um sucessor muito mais poderoso para a Companhia de Ofir, a *Companhia Nacional de Moçambique*,¹¹⁸ e supervisava por isso o futuro porto da Beira, onde de momento o desenvolvimento económico português se resumia a um mastro de bandeira e um armazém inacabado pertencente a Barata. A 13 de Abril Andrada recebeu em Gorongoza a notícia da iminência da

guerra entre Sousa e Mutoko,¹¹⁹ e a 30 de Abril ele e o Governador Carlos Maria de Sousa Ferreira Simões, do Distrito de Manyika, juntaram-se a Sousa em Rupire.¹²⁰ Andrada queria atacar Mutoko e avançar depois para estabelecer o posto que tinha já projectado, na parte superior dos rios Mazowe-Save, mas Simões e Sousa queriam atacar Massangano. Num só dia, devido a rumores sobre o avanço dos dois inimigos, o alvo mudou de Mutoko para Massangano. Os *Bonga* estavam em contacto com Mutoko, numa manobra do seu próprio jogo *Go*, e Andrada concordou em entrar na guerra contra eles como um meio lógico de eliminar os aliados de Mutoko, mais do que como vingança contra humilhações do passado.¹²¹

Andrada esteve envolvido de Maio a Outubro na campanha de Massangano, planeada por ele, e como se sabe a *aringa* caíu em 13/14 de Setembro. A energia empregada por Andrada na organização desta campanha foi enorme, e apesar dos comentários hostis, ele parece ser merecedor de todo o crédito.¹²² Ele e Sousa partiram em Outubro para Lisboa, a caminho da fama e da fortuna. Mas durante os três anos seguintes constataram que quer a fama quer a fortuna lhes fugiam.

8. A Primeira Companhia de Moçambique e a Expedição de 1888 aos Sertões de Moçambique

Até então Andrada tinha sido apenas uma das forças envolvidas na expansão da dominação e do comércio portugueses para o interior de Moçambique. Os prazeiros do Zumbo e de Tete, em franco desenvolvimento, trabalhavam independentemente dele, assim como Sousa, que alimentava a ambição de conquistar Barwe e isolar do interior os *Bonga* de Massangano. Similarmente, os Governadores-Gerais de Moçambique e os Governadores de Inhambane trabalhavam com ele mas independentemente, nas suas tentativas de chegar a um relacionamento satisfatório com o Estado de Gaza.¹²³ Era verdade que ele tinha sido a força principal que impulsionara a criação do frágil governo do Distrito de Manica em Gorongoza. Contudo, os seus maiores sucessos situavam-se no plano comercial. Embora a *Société des Fondateurs* e a Companhia de Ofir não tivessem conseguido qualquer resultado nas minas do ouro de Manyika ou Makaha, no contexto da época foi um feito notável ter conseguido atrair capital estrangeiro para o projecto de exploração das

minas de ouro dos sertões de Moçambique, em vez da exploração das potencialidades agrícolas do baixo Zambeze. (Foi também um grande sucesso ter conseguido fundos do Ministério do Ultramar em 1886-87 para aquilo que era essencialmente um projecto comercial. Além disso, dada a situação de profunda depressão do comércio no planalto zimbabweano norte-oriental nos anos 1880, as suas viagens - especialmente as realizadas no tão vital rio Pungwe - constituíam uma fase preliminar do estabelecimento de um sistema de transportes regional.)

Neste ponto, o trabalho de Andrada tem que ser visto no contexto das políticas gerais do governo português. Depois de séculos de sonhos de abertura de uma rota terrestre entre Angola e Moçambique, Portugal organizou finalmente em 1884-85 uma expedição à *contra costa*, chefiada por Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, e outra em 1885-86, comandada por Serpa Pinto e Augusto de Melo Cardoso, da Ilha de Moçambique até ao Lago Malawi. Isto conduziu aos famosos "Mapas cor-de-rosa" de 1887, que mostravam uma faixa contínua de território português através da África, de costa a costa.¹²⁴ Os planos de Andrada ajustavam-se a estas pretensões, especialmente o plano de 23 de Janeiro de 1886. Existiam contudo diferenças significativas entre as suas ideias e as do Ministério do Ultramar e da influente Sociedade de Geografia de Lisboa, muito embora ele fosse membro de ambos. Enquanto Lisboa considerava válido que se montassem quaisquer expedições, independentemente de terem ou não efeitos económicos ou políticos no cenário local africano, o pensamento de Andrada era no geral muito mais coerente. Para ele, o avanço da dominação portuguesa e a sua fortuna dependiam de tornar seguras as regiões que prometiam maiores lucros imediatos, a saber, as zonas de ouro de Manyika, Makaha e o planalto central zimbabweano. Se alguns dos seus planos sobre vias férreas eram demasiado optimistas, o seu reconhecimento, desde cedo, da importância da rota Beira-Pungwe-Manyika-zona central do Zimbabwe, revelava uma grande capacidade de previsão. Além disso, ele diferia dos estrategas de Lisboa na medida em que compreendia a importância das políticas locais: embora nunca tivesse aprendido Shona, começou a utilizar intérpretes, pelo menos a partir de 1885, para informar-se sobre a situação geo-política do interior, de modo que em 1889 sabia muito mais sobre os dirigentes do planalto do Zimbabwe e seus territórios, em regiões que ainda não tinha visitado, do que os seus contemporâneos britânicos que tinham

lá estado. Por isso não é de surpreender que durante muito tempo ele se limitasse a simular apoio à ideia *contra costa*, porque os seus planos eram comparativamente mais realistas. O facto de terem fracassado, como veremos, foi devido principalmente aos defeitos da sua complexa personalidade. Apesar de tudo, os anos 1888-89 parece terem visto as mais altas esperanças de Andrada realizadas: nos finais de 1889 havia uma cadeia de territórios Shona, da garganta do Kariba a Manyika, que mais ou menos voluntariamente aceitavam a bandeira portuguesa, e tinha sido constituída uma Companhia de Moçambique, a qual aparentemente materializava o sonho de Andrada de exploração capitalista da região.

De facto, foi durante este período que a influência de Andrada começou a declinar. Em parte porque, como em outras partes de África, a escala dos acontecimentos tinha-se tornado demasiado vasta para poder ser influenciada por um homem, que queria ser ao mesmo tempo formulador na Europa da orientação política geral e da política comercial, e executor dessa política em África. Não só se verificava uma concorrência séria por parte dos britânicos, a partir de 1888, como também Lisboa fazia um esforço sem precedentes, a custos elevadíssimos, para se antecipar à Grã-Bretanha.¹²⁵ Mas isto não era tudo. Neste período Andrada começa a perder a sua influência em Lisboa, uma vez que os seus esquemas políticos de edificação de um império português não conseguiam chegar às instâncias certas e os seus planos comerciais se diluísam.

A razão desta situação parece não residir apenas no facto de ele se encontrar a grande distância de Lisboa, embora a sua falta de cuidado em enviar relatórios à capital tenha sido sem dúvida um dos factores. É provável que tenha existido um factor anti-Andrade a operar em Lisboa, e que isto não se devesse inteiramente a políticas parlamentares. Apesar de ter estado ligado inicialmente ao Partido Regenerador, no poder em 1879 e em 1881-86,¹²⁶ ele continuou em estreito contacto com o Ministério do Ultramar e especialmente com Henriques de Barros Gomes, durante os períodos em que o Partido Progressista esteve no poder, em 1879-81 e 1886-90; o retorno ao poder do Partido Regenerador, em Janeiro de 1890, enfraqueceu ainda mais a sua influência. A explicação completa deve encontrar-se na actividade política da sociedade lisboeta dos anos 1880 e nas manobras políticas em Londres, Lisboa e Paris. Mas talvez certos aspectos da sua carreira em África lancem luz sobre o que se passou. Andrada fazia inimigos facilmente e reagia negativamente a qualquer

crítica às suas capacidades. Assim é que em 1884-85 ele se enfureceu contra as facções que se manifestavam cépticas quanto ao 'seu' Distrito de Manica, insultou Rodrigues a propósito da missão deste em Gaza, esteve de más relações com pelo menos um Governador de Tete, e foi acusado publicamente de convivência no assassinato de Simões em 1887.¹²⁷ É muito natural que tenha criado inimigos também na Europa.

A princípio, contudo, as coisas pareciam estar a correr bem. Desde 1886 Andrada vinha sugerindo a necessidade de uma Companhia Majestática, e em 1887 defendeu ainda mais vigorosamente a transferência da capital provincial para Lourenço Marques.¹²⁸ Em 1886-87 tinha já proposto a criação de uma Companhia Nacional de Moçambique,¹²⁹ e em Março de 1888 formalizou-se a criação de uma Companhia de Moçambique em Lisboa e Paris.¹³⁰ Essa Companhia estava porém longe de ser a Companhia Majestática que Andrada desejava. Tinha ainda que obter uma concessão oficial do Governo português, e quando por fim a recebeu ela era muito menos extensa e efectiva do que a atribuída à Companhia de Ofir.¹³¹ Isto deveu-se provavelmente à oposição do Partido Regenerador,¹³² ao facto de uma parte demasiado grande do capital ser não-portuguesa,¹³³ e ao facto de o seu estatuto legal e financeiro ser bastante complicado. Assim como a Companhia francesa não tinha sido completamente dissolvida em 1887,¹³⁴ também a Companhia de Ofir deu origem a Companhias subsidiárias, cujos accionistas estavam ainda activos em Londres até 1891.¹³⁵ O resultado foi que somente em Dezembro de 1888 a Companhia de Moçambique tomou conta de parte dos direitos da Companhia de Ofir.¹³⁶ Em 1889 as partes representando grupos dissidentes da Companhia de Ofir chegaram ao Pungwe, sem autorização dos funcionários da Companhia de Moçambique local.¹³⁷ O pequeno grupo britânico Johnson-Selous foi autorizado a operar no alto Mazowe, sem a aprovação de Andrada.¹³⁸ Não é de admirar que em Agosto de 1889 todas as sub-concessões da Companhia de Moçambique lhe tenham sido retiradas, para de novo voltarem a ser-lhe atribuídas em Novembro.¹³⁹ O que é surpreendente é que a Companhia de Moçambique tenha conseguido mesmo o pouco que realizou até 1890. Grande parte do mérito pelo progresso no terreno coube ao adjunto de Andrada, João de Rezende, e não ao próprio Andrada.

Entretanto, Andrada, na sua qualidade de oficial português, estava envolvido numa tentativa de materializar as pretensões

portuguesas ao planalto do Zimbabwe. Lisboa esforçava-se por ocupar todos os sertões de Moçambique antes da chegada dos britânicos. Em finais de Abril de 1888 Andrada continuava a repetir as suas opiniões de 1886 sobre as limitações do poder Ndebele (que constituía a base do tratado de Moffat) e, como contrapartida ao plano de Lisboa e à antiga concessão de Baines de 1870, propunha que se utilizasse Gaza e os prazeiros do Zumbo, Tete e Sena para estender o domínio português do Sanyati ao médio Limpopo. Evidentemente, ele não tencionava, nesta fase, participar pessoalmente.¹⁴⁰ Em 24 de Maio Lisboa pressionou-o a desempenhar um papel mais directo. A *Expedição aos Sertões de Moçambique* de 1888 compreendia grupos que avançariam até ao Shire, ao Zambeze e Kafue acima do Zumbo, e ao alto Sanyati, utilizando todos os recursos locais, incluindo Ngungunhane no sul. Andrada e Sousa deveriam ocupar a zona central do país dos Shona, ao mesmo tempo que um novo Distrito seria estabelecido com base no Kafue. Isto conseguir-se-ia, pelo menos na zona central Shona, distribuindo-se armas e bandeiras aos chefes em troca do reconhecimento Shona, e oferecendo-se protecção contra os Ndebele e contra Gaza, onde era evidente que Ngungunhane não tinha controle. Se Gaza cedesse Manyika, muito bem, mas se não, então Sousa marcharia sobre Manyika e Duma. Foi Andrada que desenhou este plano,¹⁴¹ e em 9 de Julho ele, Sousa, Francisco Maria Vitor Cordon (comandando o contingente do Zumbo) e António Maria Cardoso (comandando as forças de Shire) partiram de Lisboa sob o comando de Andrada.¹⁴²

Desde a quarta visita de Andrada a Moçambique, o Governo português tinha conseguido um pequeno avanço: o estabelecimento de uma guarnição na foz do Pungwe, no lugar onde se situa hoje a Beira, em Agosto de 1887.¹⁴³ A situação no Zambeze deteriorava-se para Portugal. Em Maio de 1888 foi estabelecida uma aliança dos chefes africanos em redor do Zumbo, contra os portugueses e os seus prazeiros,¹⁴⁴ ao mesmo tempo que Makanga e Massangano se levantavam contra os portugueses, respectivamente em Outubro e Maio.¹⁴⁵ Além disso, quando Andrada passou pelos portos do Cabo e do Natal, obteve mais informações sobre os britânicos que tentavam obter concessões e sobre as primeiras acções de Rhodes em Bulawayo.¹⁴⁶ De qualquer forma, o tempo era curto para a Expedição chegar ao planalto do Zimbabwe muito antes das chuvas do verão. De facto, dado que os seus dirigentes só chegaram ao Zambeze em meados de Agosto, e dado que levaria tempo a conseguir

carregadores, não fazia diferença provavelmente que Andrada, Cordon e Sousa estivessem envolvidos na campanha de Massangano de Maio a Novembro de 1888.¹⁴⁷ Andrada abandonou efectivamente a campanha em meados de Setembro, para realizar uma parte importante do plano - pelo menos aparentemente: a co-optação de Ngungunhane.

9. O Factor Gaza, 1888-89

Para que a Companhia de Moçambique pudesse penetrar em Manyika e as bandeiras de Gaza fossem aceites como evidência da soberania portuguesa, Ngungunhane tinha que ser persuadido a cooperar. Durante os anos 1880 ele tinha estado envolvido em negociações mais ou menos contínuas com Lisboa, ao mesmo tempo que recebia várias missões comerciais sul-africanas, missionários americanos e outros. Por fim, as tentativas portuguesas de utilizar o poder de Gaza para estabelecer a fronteira ocidental de Moçambique foram rejeitadas pelos britânicos, nos tratados de 1890 e 1891.¹⁴⁸ Assim, as inúmeras cartas de Andrada informando o Ocidente sobre a verdadeira dimensão do poder de Gaza revelaram-se inúteis.¹⁴⁹ Por outro lado, o poder de Gaza a leste dos planaltos, a sul do Pungwe e em Cheringoma, manteve-se forte até à queda do Estado em 1894-95.¹⁵⁰ A frágil linha de comunicação entre Beira e Manyika, estabelecida pela Companhia de Moçambique em 1888-89, era muito semelhante à igualmente frágil rota da British South Africa Company, de Tuli a Salisbúria, na periferia do Estado Ndebele, estabelecida em 1890-93.

Mas entretanto verificou-se uma mudança crucial na situação. Em Maio de 1889 soube-se que Gaza ia transferir a sua capital para Bilene, muito para o sul, tendo a transferência começado em 15 de Junho. Dado o fracasso de Sousa, mesmo na tentativa de expandir o seu poder a sul do Pungwe, essa transferência devia-se obviamente às dificuldades que Gaza enfrentava no controle da parte sul do seu vasto território tributário.¹⁵¹ Tratava-se de um segredo bem guardado, mas a decisão fora tomada provavelmente por volta de 2 de Outubro de 1888. Foi planeado nessa altura o último grande ataque de Gaza contra Manyika,¹⁵² e a força avançou em 8 de Novembro.¹⁵³ Já tinha havido em Setembro ataques de Gaza para captura de gado, no alto Save.¹⁵⁴ O gado era o recurso transportável mais valioso dos planaltos, e embora houvesse razões locais para o ataque a Manyika,

este devia estar relacionado com a mudança planejada. No fim das chuvas de verão de 1888-89, a partir de Fevereiro, os ataques de Gaza (ou cobrança de impostos) intensificaram-se em toda a região do baixo Save até aos prazos de Cheringoma e Macaya. Estes ataques ultrapassam qualquer descrição: a terra foi despojada de mulheres, crianças, animais de criação e galinhas - levados para o Bilene.¹⁵⁵ Esta transferência tinha logicamente que efectuar-se quando as colheitas à volta de Mandlakazi estivessem prontas e os rios estivessem no nível mais baixo. É muito pouco provável que a mudança tivesse algo a ver com o poder de Sousa: embora as vitórias deste contra Massangano, em 1888 e 1889, possam ter compensado em parte a sua derrota por Mutoko em 1887, não há evidência de que o seu domínio tivesse avançado além do Pungwe, para Manyika e Teve. Rumores sobre avanços dos Ndebele não se materializaram até 1892, e surgiram como consequência da retirada de Gaza.¹⁵⁶

O avanço português em Manyika foi também consequência da decisão de Gaza de mudar a sua capital para o sul, não a sua causa. Gaza continuou a atacar Cheringoma até aos anos 1890,¹⁵⁷ mas Ngungunhane dispôs-se finalmente a fazer algumas pequenas concessões, no norte, aos Portugueses. Em Setembro de 1888 ele recusava ainda autorizar a abertura da rota Beira-Manyika,¹⁵⁸ mas em Novembro permitiu à população do prazo Luabo deixar as suas ilhas,¹⁵⁹ em Janeiro de 1889 concordou que os portugueses estabelecessem residências em Chicualacuala e 'Mashonaland',¹⁶⁰ e em Março atribuiu algumas pequenas concessões em redor de Chiloané.¹⁶¹ Foi durante este período que Andrada chegou pela terceira vez à capital de Gaza, em Outubro de 1888.

Andrada passou um mês na capital de Gaza. Apesar de um relatório segundo o qual Ngungunhane já não se opunha às actividades mineiras em Manyika, o apoio prático de Gaza (sem o qual seria impossível conseguir carregadores dos chefes Teve) demorava ainda.¹⁶² Durante a sua estadia as relações entre Andrada e Gaza melhoraram, e quando partiu levava a promessa de que Gaza cooperaria em Manyika. Esta promessa tornou-se realidade em Fevereiro de 1889, quando as forças de Gaza chegaram a Teve com carregadores e começaram a recrutar outros, dos chefes locais, para ajudar a Companhia de Moçambique.¹⁶³ Isto constituiu mais um peso para os infelizes habitantes, e os efeitos fizeram-se sentir bem dentro da década de 1890.¹⁶⁴

Andrade tinha passado o resto do seu tempo, em Mandlakazi, elaborando planos infindáveis de 'desenvolvimento' da região, dominada por Gaza. Os planos incluiam uma marcha contra Duma em 1889, o seu antigo projecto de construção de uma via férrea do Save às zonas de ouro do Tati e 'Zoutpansberg', bandeiras 'portuguesas' hasteadas por chefes nas terras baixas, o melhor lugar para uma residência, portos, serviços postais, linhas telegráficas, cunhagem de moeda, as questões do Shire e Maputo, e a sua companhia majestática; mas como nenhum deles se realizou como ele planeava, não necessitam de ser aqui detalhados.¹⁶⁵ Em 12 de Novembro de 1888 Andrade estava já preocupado com a ameaça britânica à zona centro do território Shona, e tinha decidido concentrar-se no seu plano inicial para aquela área, onde iria encontrar-se com a força de Cordon, deixando o poder de Gaza a defender os direitos 'portugueses' nas terras baixas e em Duma.¹⁶⁶ Em 14 de Dezembro estava de novo na Beira, pronto para avaliar a situação do caminho para Manyika antes de começar a sua principal expedição, no final das chuvas.¹⁶⁷ A Companhia de Moçambique, dirigida pelo seu adjunto Rezende, tinha já começado a avançar em direcção a Manyika, mas o seu progresso será analizado mais à frente.

10. Cordon e o Planalto Zimbabweano Norte-Ocidental, 1889-91

Cordon estava nominalmente debaixo das ordens de Andrade, mas a comunicação entre eles era pouco frequente devido às distâncias, de modo que na prática ele operava quase independentemente. Engenheiro militar com experiência apenas na África Ocidental, Cordon revelou-se muito mais eficaz do que seria de esperar. Depois da última guerra de Massangano passou o verão de 1888-89 a transferir gradualmente as suas provisões para o Zumbo, a norte do Zambeze, enfrentando problemas de inundações, falta de carregadores e brigas com os prazeiros do médio Zambeze. Chegou ao Zumbo em 16 de Fevereiro de 1889,¹⁶⁸ à frente das suas provisões.

No Zumbo o poder real estava nas mãos dos prazeiros, particularmente Araújo Lobo e Rosário Andrade. Este último não via com bons olhos qualquer novo avanço do poder português: já tinha sido demitido da patente de *capitão-mor* de 'Inhacoe', e a maneira como tinha operado nos territórios de Dandawa e de outras dinastias revoltava mesmo os seus contemporâneos.¹⁶⁹ A sua presença era ao

mesmo tempo um factor de força e um risco, pois provocava grande oposição por parte da população local. Assim, a primeira tentativa de Cordon de utilizar as forças de Rosário Andrade e outras forças do Zumbo para avançar directamente para o norte do Zambeze até Sanyati, provocou uma grande resistência de Dandawa e Sikaongo de 'Inhacoe', em Março, que resultou numa derrota dos portugueses.¹⁷⁰

Em Junho o abastecimento de Cordon chegou finalmente ao Zumbo, e utilizando a persuasão, em particular sobre Araújo Lobo,¹⁷¹ Cordon conseguiu equipar uma grande força de todos os do Zumbo para avançar até Manyame, tendo chegado ao território de Chipuriro em 19 de Junho. Os tratados de Cordon, enviados para a Ilha de Moçambique e publicados em partes, revelam não serem tratados-tipo mas terem sido elaborados conforme a ocasião, casuisticamente. Assim, o tratado com Chipuriro não fazia referência ao perigo Ndebele, mas referia as anteriores ligações desse chefe com os portugueses.¹⁷² O que de facto aconteceu foi que Cordon subornou Chipuriro com produtos comerciais para ele hastejar a bandeira portuguesa e assinar o tratado.¹⁷³ Em 28 de Junho a força chegou a Nemakonde e em 2 de Julho foi assinado um tratado e hasteada uma bandeira.¹⁷⁴ Esta força avançou depois para o baixo Mpfuré e Sanyati, celebrando tratados com dois dos sub-chefes Nemakondes, 'Choto' e Mujinga, e distribuindo uma bandeira a Devera, do sul do Mpfuré.¹⁷⁵ Em 18 de Julho foram fundadas a *aringa* Luciano Cordeiro e a Vila Dona Amélia, na confluência dos rios Sanyati e Zambeze, a poucos metros da actual cidade de Kariba.¹⁷⁶ Entre essa data e 18 de Setembro, altura em que Dandawa se juntou ao grupo, foram celebrados tratados com Nyamunga, Nemambo, Kaungwa (uma mulher que governava em Shangwe) e cinco outros chefes.¹⁷⁷ Cordon deixou então uma guarnição na *aringa* e partiu para Zumbo, capturando no trajécto o chefe Sikaonga.¹⁷⁸

Todos estes tratados com chefes de ambas as margens do Sanyati e do Zambeze foram solenemente registrados e enviados para publicação, e presume-se que não tinham outro significado senão um reconhecimento temporário da chegada dessa força ameaçadora vinda do Zumbo. No caso de Chipuriro foi utilizado o suborno, mas parece, tendo em vista o que se seguiu, que essas alianças foram levadas mais a sério por outros. Nemakonde e o seu poderoso chefe religioso, conhecido entre os portugueses como *Musikavantu*, tinham sido anteriormente tributários dos Ndebele, transaccionando o poder de fazer chuva por protecção contra ataques.¹⁷⁹ A sua deserção durou

dois anos. Em Fevereiro de 1890 a sua embaixada chegou ao Zumbo para confirmar a aliança,¹⁸⁰ e mais tarde em Maio e Setembro o Governo do Zumbo estava a elaborar planos para estabelecer ali uma *aringa*.¹⁸¹ Em 1890, quando chegou a BSAC, Nemakonde recusou-se a entregar a sua bandeira portuguesa, e esta atitude de desafio só terminou quando ele foi morto pelos Ndebele e *Musikavantu* reconsiderou essa posição.¹⁸²

Embora os Shangwe e Kaungwa tivessem estado ligados aos Ndebele, todos os chefes da área de Kariba tinham sofrido sérios ataques dos Ndebele,¹⁸³ e em quase todos os tratados desta região, incluindo os de Shangwe e Kaungwa, aparecem queixas contra eles. Poucos chefes terão tido quaisquer ilusões acerca da comunidade portuguesa do Zumbo,¹⁸⁴ mas havia obviamente a possibilidade de jogar o seu poder contra o dos Ndebele. Nyamunga chegou a mudar a sua aldeia para junto da *aringa*, em busca de protecção.¹⁸⁵ Além disso, havia também a possibilidade de conseguirem a protecção de Rosário de Andrade: ele tinha desertado da expedição de Cordon, entre Mujinga e o Zambeze,¹⁸⁶ e quando a população de Dandawa trouxe à *aringa* um jovem castrado como evidência dos métodos de Cordon, tornou-se clara a razão porque Rosário tinha manifestado tanta relutância em ser membro da expedição.¹⁸⁷ Em 31 de Outubro alguns dos chefes que tinham lutado contra o avanço português em Março e Abril, nomeadamente Dandawa, Nematombo, Nyamunga e Chimeza, foram ao Zumbo confirmar os seus tratados.¹⁸⁸

Os tratados de Cordon pareciam estar a resultar, e foi criado um novo Distrito do Zumbo em Novembro de 1889.¹⁸⁹ Em teoria, o Ultimatum britânico de Janeiro de 1890 eliminou a razão de ser deste Distrito, mas de facto os portugueses da frente do Zumbo procederam como se o Ultimatum não tivesse acontecido. Além dos seus planos de colocar uma guarnição permanente em Nemakonde, tomaram três iniciativas fundamentais que frustravam ou ignoravam completamente o Ultimatum.

Em primeiro lugar, em Junho de 1890 foi estabelecida uma guarnição numa ilha na confluência do Zambeze-Kafue, mais tarde retirada, em Março de 1891.¹⁹⁰ Dandawa, Mudzimu, Nematombo, Nyamunga e o novo Sikaongo mantinham relações amistosas com a guarnição e forneciam mão de obra.¹⁹¹ Uma outra iniciativa veio de Lisboa. Em 9 de Novembro de 1889, Henrique de Lima recebeu ordens de comandar uma expedição, 'Neves Ferreira', ao Estado Lozi, acima do Zambeze, para persuadir Lewanika a aceitar o

domínio português.¹⁹² Esta expedição secreta devia fazer a ligação com uma outra de Angola. Chegou pontualmente ao Zumbo em Agosto de 1890, mas em 24 de Agosto recebeu novas ordens para marchar para o Estado de Lunda, a 1.200 quilómetros de distância. Em Abril de 1891, quando foi retirada, tinha feito apenas um pequeno percurso acima do Kafue e do Zambeze, até Kariba.¹⁹³

O terceiro plano derivava das negociações com Ngungunhane em 1888. Em Janeiro de 1889 ele tinha concordado finalmente em permitir 'residências' portuguesas em Chiqualaquala e 'Mashonaland', embora esta última zona se situasse muito para além do seu poder efectivo.¹⁹⁴ Em Abril de 1889 fora decidido colocar um Residente em 'Mchesa'.¹⁹⁵ Este era o nome dado por W. M. Kerr, em 1884, a um chefe que vivia 70 quilómetros a NNW do actual Harare.¹⁹⁶ Foi escolhido para o cargo um oficial da África Ocidental, Gualdino Martins Madeira, que chegou a Tete em Novembro.¹⁹⁷ O resultado foi deveras cómico. Até Abril de 1890 ele fez os possíveis para evitar ir a 'Mchesa', apesar de repetidas ordens, que ignoravam também o Ultimatum. Quando entrou finalmente em Dande,¹⁹⁸ em Abril, os seus carregadores fugiram face a uma ameaça de um chefe Dande, encorajado possivelmente por Chipuriro. Madeira fez meia volta e regressou.¹⁹⁹ Contudo, parece que Mapondera do alto Ruya e três chefes da área de 'Mchesa' estariam dispostos a aceitar essa guarnição - ainda que temporariamente.²⁰⁰

Vários chefes do planalto zimbabweano norte-ocidental e do médio Zambeze pareciam dispostos a relacionar-se com os portugueses, pelo menos a curto termo. Evidentemente, a longo prazo teria havido revoltas. Os chefes procurariam impedir que o domínio português se tornasse efectivo, o que aliás aconteceu quando foi estabelecida a fronteira. O Ultimatum de Janeiro de 1890 não parece ter sido a principal razão pela qual os tratados de Cordon não produziram qualquer efeito. A razão encontra-se na Convenção de 1890 e no Tratado final de 1891, na dificuldade de manter guarnições longe do rio, e também na cobardia de Madeira, que impediu a existência de uma força portuguesa a 70 quilómetros do Forte Salisbury nos meados dos anos 1890.

1.1. Andrade, Sousa e o Shona central, 1889-90

Andrade passou o período de Dezembro de 1888 a Março de 1889 no caminho para Manyika, ajudando Rezende a estabelecer um sistema de comunicações. Apesar da ajuda de Gaza, as chuvas, a fome recente, o estado dos trilhos e a inexistência de comunicações regulares organizadas, tornavam esta tarefa muito morosa.²⁰⁰ Andrade chegou em Março a Manyika central, pela primeira vez desde Março de 1881. Além de obter mais informações sobre a situação em Manyika, como veremos mais à frente, descobriu que o seu plano de se juntar a Sousa em Mangwende, através da rota Manyika-Makoni, era inviável, dadas as más relações entre Mutasa e Makoni (embora ambos estivessem em contacto com Sousa).²⁰¹

Foi elaborado um novo plano, segundo o qual ele se encontraria com Sousa em Barwe e toda a expedição chegaria a Mangwende nos finais de Maio.²⁰² Porém, as forças só se puseram em movimento em 21 de Julho, devido a uma série de erros administrativos quase incríveis, cometidos por virtualmente todos os envolvidos na expedição. Mas não há dúvidas de que o erro principal foi de Andrade: ele esperou demasiado tempo em Barwe antes de ir resolver os problemas - demasiado tarde. Uma vez mais, Andrade descurou a gestão intermédia.²⁰³

O plano de anexação do território Shona central, elaborado pela primeira vez em 1885, foi agora posto em execução. Acompanhado de Sousa, de um oficial subalterno e 1700 soldados e carregadores, transportando muitas armas e bandeiras para serem distribuídas; Andrade escolheu uma rota entre as zonas hostis de Mutokô e Manyika. Ao passar pelo território de Katerere, súbdito de Sousa desde 1886 e com o qual existiam boas relações, Andrade celebrou acordos com Katerere, Sawunyama, Makoni e Mangwende, distribuindo-lhes armas, presentes e bandeiras.²⁰⁴ Estabeleceu uma base em Mangwende, visitou Svosve de Mbire e atravessou rapidamente o alto Save para entregar uma bandeira e armas ao njanja Gambiza, na montanha Dengedza.²⁰⁵

Em 11 de Setembro a força principal partiu de Mangwende, estabelecendo alianças com os poderosos chefes Nyandoro, Seke e Nyamweda, e implantando ali uma segunda base. Deixando Sousa a celebrar outros tratados, Andrade efectuou uma deslocação rápida a Nemakonde, abaixo do Sanyati, à guarnição que Cordon tinha deixado na *aringa* Luciano Cordeiro, estando de volta a Nyameda em

11 de Outubro.²⁰⁶ Entretanto Sousa tinha estado a celebrar tratados com Chivero, Chigutiro, Mashayamombe e Hwata. A 13 de Outubro toda a força partiu para Mangwende, onde permaneceu de 16 a 20 de Outubro. Andrade prosseguiu então para Makoni, com 300 homens, atravessou o Odzi e entrou em Manyika, e, depois de visitar as terras da sub-concessão da Companhia de Moçambique, chegou à Beira em 12 de Novembro.

Sousa partira de Mangwende para Barwe, com vários objectivos: distribuir mais armas aos chefes da margem sul do Mazowe, fornecer armas a alguns dos seus homens que tinham 'fugido' (durante a guerra de 1887 com Mutoko?) e recrutar mais homens para a próxima visita de Andrade ao planalto.²⁰⁷ Infelizmente para os seus planos, teve um confronto com os homens de Mutoko, chefiados por Gurupira. Foi perseguido até ao monte Mushuawo, no extremo norte do território de Chikwaka, e esteve cercado durante 56 horas. Há diferentes opiniões sobre o que efectivamente aconteceu. Os Budya anunciaram mais tarde completa vitória, e a rendição de Sousa; entre os Nhowe uns diziam que tinha fugido, outros que Mangwende e Nyandoro o tinham salvo assim como às suas armas valiosas; a população local dizia que ambos os lados sofreram pesadas baixas e retiraram-se.²⁰⁸ Esta segunda guerra com Mutoko poderá ter causado maior dano à reputação de Sousa do que a primeira.

Temos que avaliar o efeito dos acordos de Andrade e de Sousa na zona central Shona, como o fizemos em relação aos tratados de Cordon. Embora os 1.700 homens de Sousa constituíssem uma força considerável, não parece provável que tenha sido o medo que levou os chefes Shona a aceitarem as bandeiras. Muitos procuraram deliberadamente os portugueses, buscando ajuda para as suas ambições políticas locais bem como contra os Ndebele. A facção Masarirambi, da dinastia Mutekedza, enviou gado em troca de uma bandeira (e, quase certamente, em troca de ajuda na luta que se travava pelo título de Mutekedza).²⁰⁹ O mesmo fizeram Nyachuru e Negomo (que enfrentava o problema do poder de Mapondera).²¹⁰ No território Hwata, a morte de Hwata Gwindi tinha provocado a abertura da sucessão, havendo oito pretendentes, e os homens de Sousa, aparentemente com a aprovação do medium do *mhondoro* (espírito ancestral) Nehanda, asseguraram a sucessão de Mtimumwe, da casa de Kamteku, ao título vago, com Mukarakate de Mukodzonge como herdeiro presuntivo.²¹¹ Um pequeno grupo Rozvi chefiado por Sango, a sul do Munyati, recebeu dez armas e uma bandeira, e

recusou-se inicialmente a arriá-la quando a BSAC ali chegou em 1890.²¹² Efectivamente, enquanto Andrade se encontrava em Mangwende, chegou um emissário com uma vaca, vindo de Gutu, 180 quilómetros ao sul.²¹³

Não havia razão para os Shona da zona centro oporem resistência a Andrade, pelo menos no início. À parte Hwata e Mutekedza, que tinham sido tributários dos Ndebele e tinham agora desertado permanentemente, todos os outros chefes eram independentes e necessitavam desesperadamente de armas, na luta contra os Ndebele e entre si. Isto acontecia particularmente com Gutu, que desde a mudança de Gaza para o sul, em Junho, não era já capaz de jogar Gaza contra os Ndebele como no passado. Armas eram exactamente o que Andrade distribuía em quantidade: 300 espingardas Enfield para Nyandoro (com a promessa de que Andrade o ajudaria a recuperar o território perdido de Tsunga, no sul)²¹⁴ 400 para Mashayamombe e Chigutiro, 100 para Katerere e igual número para Makoni, lotes de 50 ou 60 para os outros - 1.110 no total, com promessas de que mais iriam chegar ao depósito central de Mangwende.²¹⁵ Isto era um verdadeiro tesouro, que tornou os Shona da zona centro mais fortes do que nunca, e as poucas vacas e dentes oferecidos por Mangwende, Gambiza e Makoni não passavam de testemunhos simbólicos de apreciação, sem comparação com o valor das armas.²¹⁶ Oitenta anos depois, permanecia ainda a lembrança da chegada das armas e do seu impacto militar. 'Foi também nesta altura que Chifamba e Chinengundu [de Mashayamombe] se tornaram amigos dos Kuvheya Muputukezi. Trocavam armas por marfim, de modo que quando os Ndebele voltaram, encontraram as gentes de Chifamba e Chinengundu equipadas com armas, e tiveram receio de se aproximar delas. Mas as armas não permaneceram na sua posse mais do que dois anos, pois nessa altura chegaram os primeiros britânicos...' 'Havia Kuvheya e Paivha, havia cerca de sessenta armas fornecidas a Mashayamombe por Kuvheya, havia duas latas cheias de balas e uma lata grande cheia de pólvora para as armas'. 'O que sei é que os portugueses trouxeram armas para os povos que aqui viviam, para lutarem contra os Ndebele. Os Vazungu só distribuiram estas armas durante um ano, e apenas a algumas pessoas. Deram-lhes estas armas para lutarem contra os Ndebele, mas antes de eles as usarem os europeus vieram e os Ndebele deixaram de atacar os Shona'.²¹⁷

É evidente que isto não significa que os Shona da zona central teriam aceite a dominação portuguesa melhor do que aceitaram a da

BSAC, depois de esta ter estabelecido o seu domínio efectivo a partir de 1894. Andrade tinha um certo receio de que as armas por ele distribuídas fossem utilizadas para defender as fortificações da zona central Shona contra Portugal. E com razão. Sousa duvidava que a zona central Shona fosse capaz de enfrentar com sucesso um grande ataque Ndebele sem ajuda directa portuguesa,²¹⁸ mas Andrade estava mais perto da verdade: ele tinha fornecido aos Shona grande parte do armamento que deveria ser usado no levantamento de 1896-97 contra a BSAC.²¹⁹

Os acontecimentos ulteriores também tendem a confirmar que os Shona estavam sérios quanto à utilização da conexão portuguesa durante esse período. Assim, Mangwende recusou aliar-se a Mutasa contra os portugueses, nos meados dos anos 1890,²²⁰ e tanto Mangwende como Makoni, que celebraram tratados com a BSAC nos finais de 1890, tiveram o cuidado de enviar mensageiros a Rezende para manterem abertas as suas linhas de comunicação com os portugueses.²²¹ Gutu fez esforços ainda maiores: o intérprete de Andrade, Abdala, de Chiloane, visitou Gutu nos meados de 1890, tendo regressado a Manyika em 20 de Setembro com um enviado de Gutu, que queria confirmação de que Abdala tinha realmente sido enviado por Andrade. Prosseguiram para a Beira, mas o enviado de Gutu ainda esteve a tempo de acompanhar Andrade na sua visita desastrosa a Manyika, em Novembro, e de relatar a prisão de Andrade e de Sousa pela BSAC.²²²

Em suma, em 1889 Andrade e Cordon tinham estabelecido as bases de uma cadeia de chefes Shona desde Kariba a Gutu e a Manyika, que hasteavam a bandeira portuguesa contra as pretensões da BSAC e os defendiam contra os Ndebele com armas portuguesas. Mas era necessário que isto fosse compreendido e aceite na Europa, como base para a delimitação da fronteira ocidental de Moçambique, e foi aqui que os planos de Andrade fracassaram.

12. O Fracasso do Grande Plano de Andrade: Dezembro de 1889 - Maio de 1890

Como é bem conhecido, as crescentes objecções britânicas às pretensões de Portugal na África Central, especialmente as respeitantes ao vale de Shire, conduziram ao Ultimatum de 10/11 de Janeiro de 1890.²²³ Mas porque razão os portugueses, nas

negociações, tiraram tão poucas vantagens dos seus avanços a sul do Zambeze? Segundo as 'regras' aplicáveis na Corrida à África, o que Portugal tinha que fazer, para fazer valer as suas pretensões contra os britânicos, era estabelecer postos como os de Luciano Cordeiro ou Macequece, e obter tratados dos Shona que refutassem as alegações dos britânicos, de que os ataques dos Ndebele eram prova da soberania Ndebele. Era responsabilidade de Andrade fazer com que os seus tratados e os de Cordon chegassem a Lisboa o mais rapidamente possível e com suficiente detalhe, de modo a permitir a Lisboa utilizá-los para convencer, não só Londres como as outras capitais europeias, da sua validade. Andrade poderia tê-lo feito, enviando os seus tratados e os de Cordon à medida que fossem sendo celebrados, e fundamentando-os com o seu excelente conhecimento geográfico e político do planalto zimbabweano. Mesmo que tivesse atrasado o envio até à sua partida de Mangwende, em meados de Outubro de 1889, se tivesse feito um esforço sério poderia ter feito chegar os tratados à Ilha de Moçambique, para serem transmitidos para Lisboa em meados de Novembro, por via telegráfica.

Nisto, que seria o culminar lógico de anos de esforços, ele falhou completamente. De meados de Julho a princípios de Dezembro deixou Lisboa na ignorância das suas actividades, utilizando o relativamente rápido sistema de mensageiros que tinha organizado, para enviar apenas telegramas cifrados e cartas sobre questões irrelevantes. O resultado foi que Lisboa teve que discutir com Londres, nos finais de 1889, na base de um conjunto de tratados de Cordon, cujo significado não foi geralmente compreendido por nenhuma das capitais, e na base das antigas pretensões 'arqueológicas' de Portugal, que remontavam ao século dezassete. Estas últimas, que apenas irritaram Londres, tinham de facto sido referidas por Andrade nas suas cartas anteriores.²²⁴ Até 8 de Dezembro Andrade não fez qualquer tentativa de enviar a Lisboa um relatório das suas actividades, e mesmo o que enviou nessa altura não estava elaborado de forma a poder ser utilizado. Era quase como se ele considerasse os acordos com os Shona do centro como simples preliminares do longo plano de substituição da companhia então existente por uma Companhia Real de Moçambique; foi este tema, de resto, que ocupou a maior parte do seu relatório. Em resumo, o único relatório directo sobre o que tinha feito durante quase cinco meses, e que chegou a Lisboa depois do Ultimatum, era uma mescla de referências breves aos chefes, terras e rios Shona, à sua futura companhia majestática,

planos de vias férreas da Beira a Kafue, sonhos de expansão portuguesa até ao Estado Lozi, e a ideia *contra costa*.²²⁵

Uma vez mais, Andrade omitia fases essenciais nos seus planos de um 'império imediato'. O pior de tudo é que ele tinha ignorado uma precaução elementar, tomada por Cordon, de fazer com que os chefes Shona apusessem as suas marcas nos tratados escritos. Sabemos que as armas, e em menor grau as bandeiras, eram decisivas no que respeitava aos chefes Shona, mas a diplomacia europeia exigia algo escrito para ter a míniima possibilidade de ser aceite. Se tivesse sido enviado a Lisboa um conjunto de documentos ilustrando os acordos de Andrade, a tempo de influenciar os acontecimentos, os documentos de Cordon poderiam ter produzido um efeito muito maior. Sem eles, os documentos disponíveis apenas se referiam a uma zona periférica em relação à área de real contenção - as zonas auríferas do Zimbabwe central. A desculpa de Andrade, de que não viu necessidade de celebrar esses tratados formais, não é convincente.²²⁶ Mais tarde ele produziu um resumo das pretensões que poderiam ser apresentadas na base das suas actividades e das de Cordon, e do poder de Gaza, mas era já demasiado tarde para ter qualquer efeito.²²⁷

O fracasso de Andrade é surpreendente, tendo em vista que ele trabalhara durante tanto tempo para obter tratados viáveis. Além disso, dado que em 24 de Junho tinha ficado preocupado com a possibilidade de serem levadas prematuramente à atenção dos britânicos²²⁸ informações sobre as actividades anteriores de Cordon acima do Zambeze, deveria ter sido óbvio para ele que, uma vez conseguidos estes tratados, era essencial dar-lhes o máximo de publicidade. Os factos não nos dizem exactamente o que ele tinha em mente na segunda metade de 1889. Qualquer tentativa de explicação tem que basear-se no conhecimento do seu carácter, revelado pelas suas acções e escritos durante uma década: Andrade concebia a expansão imperial portuguesa e o seu enriquecimento pessoal como inseparáveis, e tinha uma forte tendência para negligenciar a 'gestão intermédia' entre os planos visionários e a acção prática no terreno. Assim, pensa-se, tendo obtido resposta muito favorável dos Shona do centro, o seu espírito ficou dominado por visões do império a ser explorado em 1890 pela sua Companhia Real de Moçambique, tendo-lhe escapado completamente a necessidade do fastidioso mas indispensável trabalho de fazer com que cada chefe Shona apusesse a sua marca nos tratados, e do envio desses tratados para Lisboa. Escapou-lhe também o facto de Lisboa não concordar com a ideia de

que os interesses de Portugal e de Andrade eram uma e a mesma coisa.

Já vimos existirem sinais de que Andrade estava a perder a sua influência em Lisboa, em particular a capacidade de conseguir que o Governo aprovasse os seus planos relativos à Companhia de Moçambique. Outra indicação surgiu aquando do seu regresso à costa, nos finais de 1889. Chegado à Ilha de Moçambique em 4 de Dezembro, tencionava voltar logo para a Europa,²²⁹ mas um telegrama de Lisboa fez-lhe mudar de ideias, e quatro dias mais tarde fazia planos para ir de novo para o interior.²³⁰ Entre essa altura e Fevereiro, e apesar do Ultimatum, envolveu-se na organização dessa expedição, preparando-a para o fim do período das chuvas do verão, aparentemente convencido de que os planos para a expedição e para a sua nova Companhia Real de Moçambique seriam aprovados. Assumira o título de Comissário Real junto dos Zezuro em 27 de Dezembro,²³¹ e tencionava, a partir de uma base a sul do alto Save (talvez as ruínas do *zimbabwe* em Buhera, que ele pensava ser portuguesa), comandar uma força de cavalaria portuguesa e de infantaria maratha que fosse capaz de resistir a qualquer aliança BSAC-Ndebele e, evidentemente, de prestar ajuda à sua companhia majestática.²³² No caso de uma guerra entre a BSAC e os Ndebele, uma eventual aliança entre Portugal, o Bikita Rozvi, Gutu e Duma apoderar-se-ia da parte mais a oriente do Estado Ndebele, depois de estes se terem movido para norte do Zambezi.²³³ Mas Andrade não estava a conseguir tudo o que queria. A criação do Distrito do Zumbo, ligado ao já existente Distrito de Manica, não deixava campo para o seu Comissariado Real no alto Save, e nas suas cartas de finais de 1889 e princípios de 1890 tenta repetidamente modificar a situação propondo a criação de um terceiro distrito.²³⁴

O Ultimatum acabou por afectar os planos de Andrade. Foi chamado a Portugal entre princípios de Fevereiro e meados de Março.²³⁵ A sua chegada a Lisboa parece ter sido decepcionante: Cordon e Serpa Pinto eram alvo de uma chuva de felicitações, mas a presença de Andrade na capital não foi sequer oficialmente reconhecida.²³⁶ A razão terá sido talvez o seu grande atraso em informar Lisboa das actividades que desenvolvera, mas pode também ser atribuída aos seus interesses comerciais, especialmente os mencionados nas suas cartas de 8 e 15 de Dezembro.²³⁷

Depois de ter escrito o longo relatório sobre a sua expedição de 1889, numa mudança que lhe era característica, Andrade pôs de

lado o que tinha feito e passou a concentrar-se nos planos para o futuro. A este respeito, ele exigiu para a Companhia Real de Moçambique todos os direitos próprios de uma companhia majestática, semelhantes aos da BSAC, sobre toda a região portuguesa entre o Zambeze e o Limpopo (com exclusão de Inhambane) por trinta anos. A Companhia teria direitos exclusivos de exploração mineira, e cobraria o imposto *mussoco* dos chefes Shona reconhecidos, os quais concederiam direitos de superfície. Onde Andrade se perdeu, na apresentação deste esquema ambicioso a uma Lisboa já desconfiada, foi nos seus planos para angariar capital. Ele queria obviamente todo o capital português privado e público que pudesse atrair, pois sabia por experiência que o grosso do capital teria que vir de fora de Portugal. Tencionava obtê-lo em Johanesburgo, onde os investidores, vendo a BSAC frustrada nos seus esforços de chegar às minas de ouro do Zimbabwe, passariam a investir na sua companhia. Poderia ser necessário recrutar alemães e italianos como mineiros e colonos, assim como portugueses e mesmo britânicos, em número razoável. De facto, poder-se-ia recrutar mesmo homens de Rhodes em Kimberley, os quais 'com a maior facilidade poderiam tornar-se nossos defensores' se estivessem vinculados à nova companhia e não trabalhassem por conta própria. Tudo isto, acrescentava Andrade, deveria ser posto em execução quinze dias depois de a sua carta chegar a Lisboa.

Era de certo modo um plano presciente, dado que a eventual Companhia Majestática de Moçambique de 1891-1941 funcionou em moldes não muito diferentes dos propostos por Andrade; mas tratava-se de uma proposta demasiado arrojada - e arrogante - para 1889. Tendo chegado a Lisboa na esteira do Ultimatum, num ambiente de xenofobia, esse plano foi fatal para a reputação de Andrade. Quando regressou a Moçambique pela sexta vez, em 1890, o seu Comissariado Real tinha sido suspenso e ele trabalhava para a Companhia de Moçambique, com um grau de patriotismo de certa maneira enfraquecido, na medida em que estava disposto agora a trabalhar tanto em território britânico como em território português.²³⁸

13. A Diplomacia de Manyika e a Fronteira

Até aqui, o que se passava em Manyika foi deliberadamente deixado de lado. Isto porque os acontecimentos de 1890 em Manyika só

podem ser compreendidos à luz das políticas de Mutasa Tendai Chifambausiku (c.1870-1902), à medida que elas se iam desenvolvendo na década de 1880, e não a partir de um ponto de vista português ou britânico.

Tendai tinha ganho o título de Mutasa numa guerra civil, contra a oposição das casas dos irmãos do seu pai.²³⁹ Como resultado, os exilados de Manyika viviam no território vizinho e hostil de Makoni, para lá do Odzi. Além disso, Mutasa tinha que considerar a possibilidade de oposição por parte dos seus irmãos e mesmo as rivalidades dos seus filhos.²⁴⁰ Era necessário ainda ter em conta Mutoko e Barwe, além de Makoni, embora as dinastias menores de Marange, Zimunya, Chirara e Teve fossem menos perigosas. Gaza era a maior ameaça, na medida em que (diferentemente dos Ndebele) os seus métodos de cobrança do tributo eram por vezes violentos.

Dados estes problemas, não é de admirar que Mutasa tenha aprendido a jogar um oponente contra outro. 'Mutasa é um grande vigarista, que quer jogar dos dois lados' escrevia Rezende em 1889.²⁴¹ Ele não explica que benefícios poderia Mutasa obter se alinhasse apenas com um dos lados, mas o que é certo é que em 1889-90 Mutasa estava a lidar com pelo menos quatro grupos distintos, e foi isto que levou à divisão de Manyika.

Em 1882 dizia-se que, na sua subida ao poder, Mutasa fora ajudado por Sousa,²⁴² e muito mais tarde, em 1873, parece que ele procurou o apoio de Sousa contra Barwe, quando Gaza não era já capaz de o ajudar. Dizia-se também, em 1890, que ele tinha cedido formalmente o seu território a Sousa, e que em 1874 se tinha submetido aos portugueses em Sena, em troca de uma bandeira.²⁴³ O facto de Sousa ter sido capaz de visitar Manyika em 1881 sem oposição, numa altura em que a conquista de Barwe não tinha terminado, sugere uma eventual aliança entre Mutasa e Sousa, mas a verdade é que enquanto Mutasa se encontrava numa aringa nas margens do Odzani, a maior parte do seu povo vivia escondido de Gaza, nas montanhas e desfiladeiros.²⁴⁴ Manyika estava na prática submetido ao poder de Gaza, que efectuou ali uma visita em 1885.²⁴⁵ Em Maio de 1888 Mutasa possuía uma das bandeiras do Distrito de Manyika,²⁴⁶ mas em Julho correu a notícia de que os seus enviados em Mandlakazi tinham hesitado em aceitar uma segunda bandeira de Gaza, embora a tenham eventualmente aceite.²⁴⁷ O principal ataque de Gaza, nos finais de 1888, teve alegadamente duas causas, para além da necessidade de Gaza capturar gado para a sua marcha para o

Bilene. Dizia-se em Mandlakazi que o irmão de Mutasa tinha morto alguns habitantes de Gaza e que Mutasa sofreria inevitavelmente represálias,²⁴⁸ mas o filho de Mutasa afirmava que em 1888 o seu pai tinha enviado apenas parte do seu tributo de gado. O resultado do ataque parece não ter sido decisivo: Mutasa tinha agora a sua base na montanha inexpugnável de Bingahuru, e diz-se que Gaza perdeu 200 homens em combate ou por fome, contra pequenas baixas de Manyika, mas por fim Mutasa entregou mais gado e Gaza retirou-se.²⁴⁹ O grupo que em 1889 foi a Gaza com Andrade era pequeno, e durante um certo tempo as relações permaneceram pacíficas.²⁵⁰ Contudo, não havia garantias de que assim continuassem.

Estes acontecimentos ajudam a compreender as relações de Mutasa com os portugueses. Várias missões foram enviadas a Gorongosa - ao Governo do Distrito de Manica, não a Sousa - pedindo ajuda. Deste modo, quando o grupo da Companhia de Ofir chegou, nos finais de 1884, foi bem recebida, e as suas provisões foram escondidas e colocadas fora da vista de Gaza, tendo Mutasa declarado querer que os portugueses ali se estabelecessem.²⁵¹ Em Maio de 1885 um enviado levou um dente de marfim a Gorongosa, pedindo ajuda contra Gaza,²⁵² tendo chegado um outro em Agosto.²⁵³ Em Maio de 1888 Mutasa enviou uma missão semelhante com oferta de gado, pedindo a vinda dos portugueses.²⁵⁴

Rezende chegou finalmente, em Janeiro de 1889, em representação da Companhia de Moçambique. Mutasa autorizou o início da prospecção, mas nesta altura o seu interesse começou a diminuir.²⁵⁵ O que ele pretendia era ajuda militar, mas agora Resende queria mão de obra para o início dos trabalhos nas minas.²⁵⁶ A chegada de Andrade em Março, acompanhado de Gaza, não contribuiu para melhorar a situação. Ele hasteou mais uma bandeira em Bingahuru, mas não celebrou nenhum tratado político, porque não queria que os prospectores europeus trabalhando para a Companhia soubessem quão recentes eram as pretensões de Portugal.²⁵⁷ (Teria sido também muito pouco diplomático fazê-lo na presença de Gaza.) O regresso de Andrade do território central Shona, através do território de Makoni, nos finais desse ano, piorou ainda mais as coisas. Ele tinha acabado de dar 100 armas a Makoni e outras 100 a Katerere, mas não tinha dado nenhuma a Mutasa. Em vez de ganhar em força militar com a presença dos portugueses, Mutasa encontrava-se em pior situação.

A partir de então, a atitude de Mutasa para com os portugueses tornou-se mais dura. Prometeu muita mão de obra a Rezende mas forneceu pouca, e repetiu que queria armas, como as distribuídas a Makoni. Correu o rumor de que Sousa tinha morrido na segunda guerra com Mutoko, e isto levou Mutasa a contactar este último, e embora em Março de 1890 tenha destacado doze sub-chefes para ajudarem Rezende, fez também um acordo de paz com Makoni. (Este acordo foi porém parcialmente violado num assalto às povoações de Mutasa, levado a cabo por refugiados de Manyika que viviam submetidos a Makoni). Em Julho, as relações com Mutasa estavam tão tensas que Rezende decidiu fortificar a sua base na antiga feira de Macequece. A resposta de Mutasa foi acabar com o fornecimento de mão de obra, e contactar Mangwende e Ganda, de Teve, para uma aliança, juntando as suas forças e reforçando Bingahuru. Rezende ameaçou depor Mutasa e nomear o seu filho para governar Manyika - uma ameaça vã mas que Mutasa não podia ignorar completamente - e reforçar as suas relações com Chirara e Zimunya, que tinham bandeiras de Gaza.²⁵⁸ Surgiram rumores não confirmados de um avanço Ndebele, e em meados de Setembro chegaram notícias da presença de enviados da BSAC em Manyika.²⁵⁹

Mutasa já começara a procurar outros aliados. Nos finais de 1888, antes da chegada de Rezende e da Companhia de Moçambique, Mutasa tinha atribuído uma concessão no vale Revue a um pequeno grupo de britânicos de Johanesburgo, chefados por G. Wise e T. Madden.²⁶⁰ O preço por eles oferecido por esta concessão era muito baixo, mas é significativo que Mutasa tenha feito o acordo.²⁶¹ Esta pequena concessão evoluiu gradualmente, tornando-se numa 'terceira força' de interesses capitalistas situada entre os interesses britânicos e portugueses, que iria influenciar as políticas em Manyika e Barwe até 1902.²⁶² A concessão de Wise e Madden ficou ligada à figura de *Dingindana* Réuben Beningfield, muito conhecido no Estado de Gaza desde 1870.²⁶³ Beningfield, depois de uma visita fracassada a Ngungunhane durante a marcha deste para o sul,²⁶⁴ chegou a Manyika em Setembro de 1889, com Wise e Madden, e renovou a concessão (agora no Mutare) com Mutasa, o qual por outro lado negou a Rezende ter celebrado tal acordo. (Wise e Madden tentaram enganar Beningfield, estabelecendo os seus próprios contactos com Rezende).²⁶⁵ Mutasa continuou à lidar com este grupo de Beningfield até aos anos 1890, mas entretanto apareceu a BSAC.

Em 13 de Setembro de 1890 chegou a Bingahuru uma pequena força comandada pelo chefe da BSAC na região, A. R. Colquhoun, e no dia seguinte celebrou um tratado e um acordo de concessão com Mutasa. Em troca de amplas vantagens económicas e de uma aliança com os britânicos, Mutasa recebeu promessas de dinheiro, mercadorias e armas. Foram chegando gradualmente reforços da BSAC, que acamparam nas proximidades. Andrade e Sousa chegaram em 19 de Outubro a Macequece, com as suas próprias forças. A 8 de Novembro a força de Sousa pôs-se a caminho e acampou no exterior de Bingahuru, enquanto Sousa, a quem se juntou mais tarde Andrade e Rezende, recebia permissão de Mutasa para entrar na fortificação. Em 15 de Novembro, depois de os portugueses terem 'reafirmado' os seus direitos sobre Mutasa, as forças da BSAC entraram na fortificação e prenderam os dirigentes portugueses.²⁶⁶

Os famosos acontecimentos de Novembro de 1890 estão ligados a um facto importante. Mutasa encontrava-se em Bingahuru numa posição inexplorável, como o tinha demonstrado o ataque de Gaza de 1888, e ninguém podia entrar na fortificação senão nos termos por ele estabelecidos. A explicação mais simples para as suas relações com a BSAC é que ele estava a recrutá-los como mercenários, para se livrar dos portugueses, o que significava utilizá-los para acabarem com Sousa, que tinha a única força portuguesa efectiva na região. As armas que recebeu constituíram um factor de persuasão adicional, na medida em que contrabalançavam em parte as fornecidas a Makoni e Katerere. A questão complicava-se pelo facto de a BSAC não ter ainda uma força efectiva na região. Foi por isso que Mutasa se negou a admitir o que tinha feito, perante Rezende. Além disso, ele não confiava em que a BSAC cumprisse a sua parte do acordo, e esta por seu lado não tinha confiança nele. Esta a razão porque Mutasa ficou tão zangado por a BSAC ter informado Rezende da sua concessão de 14 de Setembro, e tão preocupado quando a BSAC não entregou o resto das mercadorias que tinha prometido, antes do dia crucial de 15 de Novembro. As alegações de que Mutasa estava bêbado ou atemorizado explicam-se facilmente: se alguma coisa corresse mal nos seus planos, ele seria naturalmente a primeira pessoa a ser morta, e era necessária muita coragem para prosseguir com tais planos.²⁶⁷

A chegada de Sousa e Andrade, em Novembro de 1890, é geralmente interpretada como uma resposta directa à entrada da

BSAC. Mas de facto as coisas eram mais complicadas. Embora fosse ainda Comissário Real junto dos Zezuru, Andrade só foi autorizado a sair de Lisboa com ordens escritas para não entrar, durante algum tempo, na área central Shona.²⁶⁸ Contudo, ele era ainda o Administrador da Companhia de Moçambique, e quando chegou a Quelimane em Julho de 1890, tentou assegurar a posição da Companhia face ao avanço britânico. As negociações em Londres com Augusto César Barjona de Freitas estavam conduzindo à fronteira estabelecida pela Convenção de Agosto, que ia do vale do baixo Honde para oeste, através das planícies Nyanga até Macheke, ganhando assim a Grã-Bretanha o norte de Manyika.²⁶⁹ Parece que Andrade estava a preparar uma contra-proposta que atribuiria a Portugal todo o território de Manyika - incluindo a parte que iria tornar-se britânica - e que contrariava qualquer pretensão apresentada pela BSAC. Por outras palavras, estava a contemplar operações da Companhia de Moçambique sob a bandeira britânica assim como sob a bandeira portuguesa. A ser assim, o seu patriotismo tinha enfraquecido muito. O fundamento desta contra-proposta era a 'cessão' feita por Mutasa a Sousa em 1873, já quase esquecida. De 11 a 22 de Setembro ele trabalhou, em nome da Companhia de Moçambique, para obter de Sousa este direito quase ancestral. Foi só quando estava a caminho de Manyika para obter de Mutasa o endosso desta 'cessão', em 6 de Outubro, que teve conhecimento da concessão da BSAC.²⁷⁰ Nem ele nem Sousa parece terem tomado isto muito a sério, como indicação das intenções de Mutasa. Sousa trouxe apenas uma escolta relativamente pequena, enquanto Andrade passou algum tempo a supervisar a eventual linha férrea no vale Sakubva.²⁷¹

Os relatórios britânicos sobre os acontecimentos de 15 de Novembro de 1890 querem fazer crer que o caso se resumiu à acção de uma pequena e heróica força da BSAC que aprisionou Andrade e Sousa, cercada por um exército inimigo, na presença de Mutasa e Manyika vacilantes ou mesmo como observadores hostis. De facto, os relatórios da BSAC confirmam o que Andrade alega, que Mutasa o atraiu a ele e a Sousa para o interior da fortificação de Bigahuru, enquanto os seus homens estavam acampados fora, perto do rio. Quer directamente, quer através dos prospectores da sub-concessão da Companhia de Moçambique que estavam a enganar Andrade, Mutasa manteve Forbes informado dos acontecimentos, e foi ele que organizou as coisas de modo a que Forbes e os seus homens pudessem entrar em Binahuru através das defesas que tinham repelido

Gaza.²⁷² Andrade foi tratado pela BSAC como oficial capturado, mas Sousa tinha 55 anos e era indiano, e foi espancado.²⁷³

Forbes celebrou tratados com os governantes de Teve no verão de 1890-91, e parece terem sido aceites por estes, pois ofereceram-lhe alguma protecção contra Gaza (além de que lhes dava a possibilidade de se atacarem entre si).²⁷⁴ Não existindo postos portugueses a sul do Pungwe ou a norte do Buzi, a BSAC poderia ter ocupado Teve permanentemente, dando ao actual Zimbabwe uma pequena faixa de costa pantanosa entre a Beira e Sofala e dividindo Moçambique em dois.²⁷⁵ É certo que isto não seria fácil. Até ter organizado linhas de abastecimento que passassem através da marinha portuguesa, a BSAC tinha que depender de uma longa rota interior até Kimberley, cortada muitas vezes por rios caudalosos, e em Março de 1891 as forças da BSAC em Teve estavam à beira de um colapso. (Isto, aliado aos bombardeamentos dos navios portugueses, teria tornado impossível a eventual ocupação da Beira pela BSAC.) Contudo, embora Londres tenha estado muito próximo de apoiar a ocupação de Teve pela BSAC,²⁷⁶ foi em última análise o trabalho de Andrade no sentido do estabelecimento da Companhia de Moçambique em Macequece, e a decisão de Mutasa de utilizar a BSAC, que conduziu à partilha de Manyika, à revisão das fronteiras propostas em 1890 e à fixação das fronteiras actuais. Logicamente, Mutasa deveria ser considerado um herói rodesiano e Andrade um herói moçambicano, mas é sabido que o nacionalismo não tem lógica.

14. Conclusão

A contribuição principal deste trabalho reside no facto de ter utilizado material em grande medida ainda não usado, que permitiu produzir um quadro completamente novo de uma parte da Corrida à África, bem como dos processos que conduziram à divisão de uma zona africana com a sua própria organização política e económica, estabelecida há muito, e de que resultaram os actuais Estados do Zimbabwe e Moçambique. Presta também uma particular atenção à carreira de Andrade, cujo papel como capitalista-imperialista na Corrida à África tinha sido anteriormente subestimado. Levanta poucos ou nenhuns pontos teóricos novos sobre a Corrida; sabe-se desde há muito que a expansão portuguesa revestiu uma forma extrema de imperialismo económico, que tanto o capitalismo como o

imperialismo eram nessa altura forças fracas relativamente à tarefa que se propunham, e que podiam ser facilmente manipulados por governantes africanos na prossecução das suas próprias políticas. Sabe-se também que os capitalistas e imperialistas desse período não eram nem gigantes todo-poderosos nem fantoches das forças económicas que procuravam explorar.

O que este trabalho revela é que estes factores estavam a operar no planalto zimbabweano setentrional e oriental e nas regiões circum-vizinhas, num grau nunca dantes suspeitado. Enquanto os trabalhos anteriores tendem a ver um conjunto de episódios desconexos - as operações dos prazeiros do Zumbo, as guerras de Massangano e Mutoko, as negociações de Manyika e Gaza com vários interesses estrangeiros - ou a descrever acontecimentos ignorando a realidade a nível local, este trabalho revela que, nos planos e acções de Andrade, e especialmente no grandioso plano de 1889, existiu um importante factor de conexão. Revela também que o processo da divisão não era tão inevitável como parecia, em termos das fronteiras que foram eventualmente definidas. É justo que o longo caminho de pesquisa que tornou possível esta descoberta tenha começado com o registo, em 1969, no Shona central, da tradição oral relativa a 'Paivha Kuvheya', dado que em última análise foram os povos do Zimbabwe e de Moçambique os mais afectados pela questão de saber qual a potência europeia que os anexou.²⁷⁷

Este estudo foi apoiado com fundos do Conselho de Investigação da Universidade do Zimbabwe. Consegiu-se moeda convertível para a micro-filmagem e fotocópias graças à Agência Sueca para a Cooperação na Investigação com os Países em Desenvolvimento. Os meus agradecimentos ao pessoal dos seguintes arquivos e bibliotecas, pelo seu apoio: Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa; Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa; Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa; Biblioteca do Banco Nacional Ultramarino, Lisboa; Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo; Arquivo National, Zimbabwe, Harare; Ministério do Governo Local, Divisão de Administração Distrital, Harare; Public Record Office, Londres. Quero agradecer particularmente ao Dr António Rita-Ferreira, que não só supervisoumeticulosamente a cópia dos documentos de Andrade no AHU para a SAREC, mas também os catalogou, efectuou para mim investigações vitais no AMNE e prestou-me um apoio generoso nas minhas visitas a Lisboa. O Dr G. J Liesegang e outros colegas em

Maputo, o Sr. J. H. Bannerman, o Prof. P. R. Warhurst e muitos outros, deram uma contribuição vital fundada em 20 anos de pesquisa neste campo.

Devo agradecer também a Julian Cobbing, David Hedges, Gerhard Liesegang, Jorge Borges de Macedo, David Maxwell, Joseph Miller, Malyn Newitt, René Péliissier, António Rita-Ferreira, Ray Roberts e Philip Warhurst pelas suas críticas a uma versão anterior.

NOTAS

¹ Desnecessário será dizer que, sem o seu trabalho anterior, este estudo teria sido impossível: B. Neil-Tomlinson, 'The Mozambique Chartered Company 1892 to 1910', (Tese Ph.D. Universidade de Londres, 1989); D.N. Beach, *War and Politics in Zimbabwe 1840 - 1900* (Mambo, Gweru, 1986), 34-5; R. Péliissier, *Naissance du Mozambique 1854-1918*, 2 volumes, (Péliissier, Orgeval 1984), i, 359-67, 373-90, ii, 404-40; A. Keppel-Jones, *Rhodes and Rhodesia, the White Conquest of Zimbabwe 1884-1902*, (Universidade do Natal, Pietermaritzburg, 1983), 189-205; C.E. Nowell, *The Rose-Colored Map*, (Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Lisboa, 1982), 141-50, 156-66, 179-80, 192-3, 219-22; H.H.K. Bhila, *Trade and Politics in a Shona Kingdom, the Manyika and their Portuguese and African Neighbours 1575-1902*, (Longman, Harlow, 1982), 222-7, 232-8; T.I. Matthews, 'Portuguese, Chikunda and Peoples of the Gwembe Valley: the impact of the "Lower Zambezi Complex" on Southern Zambia', *The Journal of African History*, XXII, i, 1981, 39-40; L. Vail e L. White, *Capitalism and Colonialism in Mozambique, a Study of Quelimane District*, (Heinemann, Londres, 1980), 105-8; L. Vail, 'Mozambique's Chartered Companies: the Rule of the Feeble', *J. Afr. Hist.*, XVII, iii, 1976, 391; J.S. Galbraith, *Crown and Charter, the Early Years of the British South Africa Company*, (Universidade da Califórnia, Berkeley, 1974), 154-202; M.D.D. Newitt, *Portuguese Settlement on the Zambezi*, (Longman, Londres, 1973), 251-74, 295-329; D.N. Beach, 'The Rising in South-western Mashonaland 1896-7', (Tese Ph.D., Universidade de Londres, 1971), 174-97; E. Axelson, *Portugal and the Scramble for Africa*, (Universidade de Witwatersrand, Joannesburg, 1967), 117-56, 186-297; R.J. Hammond, *Portugal and Africa 1825-1910, a Study in Uneconomic Imperialism*, (Stanford, Stanford, 1966), 100-50; P.R. Warhurst, *Anglo-Portuguese Relations in South Central Africa 1890-1900*, (Longman, Londres, 1962), 1-82.

² Pedro José da Cunha teve acesso aos relatórios desta companhia relativos a este período, e utilizou cartas de Joaquim Carlos Paiva de Andrade e João de Resende na sua obra 'Como se estabeleceu em África a primeira Companhia de Moçambique (Subsídios para a História)', *Revista de Manica e Sofala*, I, ii, 1904, 15-7; vii, 1904, 82-3; viii, 1904, 94-6; ix, 1904, 106-8; x, 1904, 120-2;

xi, 1905, 132-4; xii, 1905, 144-7; II, xiii, 1905, 7-10; xiv, 1905, 20; xv, 1905, 33-4; xvi, 1905, 43-4; xix, 1905, 79-80; xx, 1905, 90-3; xxii, 1905, 118-9; xxiii, 1906, 129-30; xxiv, 1906, 141-1; III, xxv, 1906, 7-9; xxvi, 1906, 19-20; xxx, 1906, 68-70; xxxi, 1906, 78-81; xxxii, 1906, 94-5; xxxiv, 1906, 114-8; xxxv, 1907, 127-8; IV, xxxvii, 1908, 8-10; xxxviii, 1908, 22-3; xli, 1908, 57-8; li, 1908, 33-4; lii, 1908, 42-4; liii, 1908, 55-6; lvi, 1908, 101-3; lviii, 1908, 112-5. Desde então, ninguém parece tê-los visto: o Inventário do Arquivo da Companhia de Moçambique, AHM, começa em 1892, assim como a obra de Miguel da Cruz 'História da formação da classe trabalhadora em Manica e Sofala ao Sul do Pungué 1892-1926' (Dissertação apresentada no acto de Licenciatura na Universidade Eduardo Mondlane, 1982). Ver também 'No Centenário da Companhia de Moçambique, 1888-1988', de Inês Nogueira da Costa, *Arquivo, Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, VI, 1989, 65.

³ J.R.D. Cobbing, 'The Ndebele under the Khumalos 1820-1896', (Tese D. Phil., Universidade de Lancaster, 1976), 115-51; Beach, *War and Politics*, 13-44.

⁴ D.N. Beach, 'The Early History of Harare to 1890', *Héritage of Zimbabwe*, IX, 1990, 18-21; D.N. Beach, *Mapondera 1840-1904*, (Mambo, Gweru, 1989), 16.

⁵ Matthews, 'Gwembe', 29-33; Cobbing, 'Ndebele', 327-32.

⁶ G.J. Liesegang, 'Estados e Rêde de Comércio a Longa Distância (1860-1890)', *Atlas Geográfico*, I, (Ministério da Educação, Maputo, 1986), 37; J.H. Bannerman, 'Hlengweni, the History of the Hlengwe of the Lower Save and Lundi Rivers from the Late Eighteenth to the Mid-twentieth Century', *Zimbabwean History* XII, 1981, 11-3; Cobbing, 'Ndebele', 317; R.M.G. Mtetwa, 'The "Political" and Economic History of the Duma People of South-eastern Rhodesia from the Early Eighteenth Century to 1945', (Tese D. Phil., Universidade da Rodésia, 1976), 147-84; Beach, *War and Politics*, 32-3; Bhila, *Trade and Politics*, 182-91, 216-27; G.J. Liesegang, 'Sofala, Beira e a sua Zona', *Arquivo*, VI, 1989, 30-1; 41-4; Cruz, 'História da Formaç^oo', 99-106.

⁷ Mtetwa, 'Duma', 147-84; Ngungunhane disse a Andrada que os seus tributários faziam fronteira com os de Lobengula (AHU, Paiva de Andrada - Expedições, Capilha III, Sub-capilha 2, Andrada à Direcção Geral do Ultramar, Mussurize, 7 Novembro 1888 ('Sertões 11') mas Andrada chegou à conclusão de que havia chefes independentes pelo meio, o que é confirmado por Mtetwa: Andrada a João António de Brissac das Neves Ferreira, Quelimane, 25 Dezembro 1889, em 'Documentos para a História de Moçambique, 11 cartas de Joaquim Carlos Paiva de Andrada', ed. Caetano Monteiro, *Moçambique, Documentário Trimestral*, XXV, 1941, 100.

⁸ Cobbing, 'Ndebele', 282-3; AHU Direcção Geral do Ultramar, Moçambique, 1^a Repartição, 1^a Secção, Pasta 10, Capilha 2, José Casaleiro d'Alegria Rodrigues ao Governo Geral, Mussurize, 29 Abril 1888; Joaquim Carlos Paiva de Andrada, *Relatório de uma Viagem às Terras dos Landins*, (Imprensa Nacional, Lisboa, 1885), 25; AHM Andrada Exped. I/2 Andrada ao Ultramar, Vila Gouveia, 24 Abril 1885; AHM Fundo do Século XIX, Governo Geral, Caixa 163, Março 2 (3) 92 Rodrigues ao Governo Geral, Mussurize, 7 Novembro 1887. Agradeço ao Dr. G.J. Liesegang as referências a esta Caixa.

⁹ G.J. Liesegang, 'Notes on the Internal Structure of the Gaza Kingdom of Southern Mozambique 1840-1895', *Before and After Shaka*, ed. J.B. Peires, (ISER, Grahamstown, 1983), 182, 193; Cruz, 'História da Formação', 114; Liesegang, 'Sofala, Beira', 31, 48. 'Bilene' significa aqui toda a região do baixo Limpopo: os Shona davam-lhe então esta acepção mais ampla.

¹⁰ Cruz, 'História da Formação', 64-7, 77, 86-7, 99-101; Andrada, *Landins*, 10, 16-7; Liesegang, 'Sofala, Beira', 48a-9.

¹¹ AHM, Gov. Ger., Cxa 163 M2 (3) 96, Rodrigues ao Governo Geral, Mussurize, 9 Dezembro 1887; Mtetwa, 'Duma', 147-84. Sobre Manyika, ver à frente.

¹² Cobbing, 'Ndebele', 261-81; G.J. Liesegang, 'Aspects of Gaza Nguni History', *Rhodesian History*, VI, 1975, 4-7.

¹³ AHU Pasta 10/2, José Joaquim de Almeida ao Ultramar, Moçambique, 20 Julho 1888 (Documentos Importantes Nº 106); AHU Andrada Exped. I/2 Andrada ao Ultramar, Machassene, 5 Março 1887 e 'Acta de Reunião', Mussurize, 14 Fevereiro 1887. Isto aconteceu em parte porque as facções de Gaza tinham interesses económicos em todas as áreas tributárias.

¹⁴ Deve fazer-se uma investigação sobre a linha divisória entre 'Shona' e 'Sená'.

¹⁵ Ver, em inúmeros exemplos, D.N. Beach, *The Shona and Zimbabwe 900-1850*, (Mambo, Gweru, 1984); Beach, *War and Politics*; Beach, *Mapondera*; Beach, *A Zimbabwean Past, Shona Dynastic Histories and Oral Traditions* (livro em preparação).

¹⁶ Utilizado no texto e notas de fim de página como abreviatura de *Ministro* e *Ministério* e *Secretário Geral* e *Direcção Geral de Negócios da Marinha e Ultramar*.

¹⁷ Péliéssier, *Naissance*, I, 149-51.

¹⁸ Newitt, *Portuguese Settlement*, 234-340; Vail and White, *Capitalism and Colonialism*, 7-12, 56-8, 64-5; A.F. Isaacman, *Mozambique, the Africanization*

of a European Institution, (Universidade de Wisconsin, Madison, 1972), 124-53.

¹⁹ Augusto Melitão de Sousa ajudou Selous in 1889 e esteve ao serviço da CBAS em 1896: F.C. Selous, *Travel and Adventure in South East Africa*, (Rowland Ward, Londres, 1893), 276 e AHM Diversos do Distrito de Tete, Cxa 12 M1 (26) Informações Mensais de Chicova 1895-8, fevereiro 1896.

²⁰ Newitt, *Portuguese Settlement*, 295-308.

²¹ V.g. 'Arrendamento do terreno de Mucombe', Zumbo 26 Fevereiro 1884, *Memória e Documentos acerca dos Distritos de Portugal aos Territórios de Machona e Nyassa 1890* (Nacional, Lisboa, 1890), 251-2.

²² W.M. Kerr, *The Far Interior* (2 volumes), (Sampson Low, London, 1887), I, 191; Beach, *A Zimbabwean Past*, capítulo 6.

²³ Beach, *Mapondera*, 21.

²⁴ AHM Diversos do Distrito de Zumbo, Cxa 1 M2 (22) 3 Francisco Maria Vítor Cordon ao Comando Militar do Zumbo, Zumbo 6 Outubro 1889.

²⁵ A pesquisa actual sobre o planalto no norte do Zimbabwe, revela ter havido nessa área uma importação regular e em muito pequena escala de escravos do Zambeze.

²⁶ Newitt, *Portuguese Settlement*, 251-74.

²⁷ Um deles foi João Martins, comerciante de Tete, o outro foi Andrada, que era padrinho (juntamente com Marquês de Gouges, francês) dos filhos de Muririma Luís Vicente da Cruz: AHU Andrada Exped. I/2 Andrada ao Ultramar, Massanga, 12 Junho 1887 'Sofala 38 - Guerra do Bonga'. Andrada pensava que Chatara António Vicente da Cruz queria ser *muzungu* - e neste contexto, agente do governo português.

²⁸ Newitt, *Portuguese Settlement*, 269-70; AHU Andrada Exped. I/2, Andrada ao Ultramar, Massanga, 11 Junho 1887 'Sofala 37 - Inácio de Jesus Xavier'.

²⁹ Carlos Serra, *Para a História da Arte Militar Moçambicana 1505-1920* (Tempo, Maputo, 1983), 65-80; Newitt, *Portuguese Settlement*, 418.

³⁰ Porque queria a região para si próprio. AHU Andrada Exped. I/2 Andrada ao Ultramar, Massanga, 11 Junho 1887 'Sofala 37 - Inácio de Jesus Xavier'; AHM Governo de Tete Cxa 4 M5 (1) 48 Inácio de Jesus Xavier ao Governo de Tete, Chicova 19 Fevereiro 1889. À semelhança do que faziam os chefes africanos, também os prazeiros mudavam frequentemente de alianças e inimigos.

³¹ AHU Andrada Exped. I/2 Andrada ao Ultramar, Massanga, 11 Junho 1887 'Sofala 37 - Inácio de Jesus Xavier'.

³² Vail and White, *Capitalism and Colonialism*, 33; Newitt, *Portuguese Settlement*, 225, 276; Andrada, *Landins*, 10.

³³ AHU Documentos Importantes Nº. 491, Andrada à Companhia de Ophir, Magagade, 6 Novembro 1884; AHU Andrada Exped. I/2 Andrada ao Ultramar, Inhamaconde, 9 Agosto 1887 'Sofala 44 - Guerra do Bonga'.

³⁴ AHU Andrada Exped. III/2 Andrada ao Ultramar, Mussurize, 19 Novembro 1888 'Sertões 17'.

³⁵ Liesegang, 'Sofala, Beira', 41 44-52; Vail and White, *Capitalism and Colonialism*, 56-7, 65, 74, 79, 81; AHU Andrada Exped. I/2 Andrada ao Ultramar, Mucaca, 29 Março 1887 'Sofala 30'; Andrada, *Landins*, 9. Ver referência 30 acima.

³⁶ *Ibid.*; *Dezoito Anos em África, Notas e Documentos para a Biografia do Conselheiro José d'Almeida*, ed. Trindade Coelho, (Adolpho Mendonça, Lisboa, 1898), 118; AHM Diversos de Sofala, Cxa 24 M2 (31) Barata ao Comando Militar de Aruangua, Chiveve, 24 Agosto 1887; AHU Pasta 10/1 J.C. Pinto de Moraes Sarmento ao Governo Geral, Chiluane, 1 Dezembro 1887.

³⁷ AHM Diversos de Sofala Cxa 25 M1 (5) Governador de Sofala ao Comando Militar de Aruangua, Chiloane, 6 Maio 1888, 5 Dezembro 1890. Em meados da década 1890 ele estava de novo a chefiar Cheringoma para a *Companhia de Moçambique*: Liesegang, 'Sofala, Beira', 52.

³⁸ Anonymous, 'Manuel-António de Sousa' *As Colónias Portuguesas*, II, xv-xvi, 1888, 98-9.

³⁹ Andrada, *Landins*, 10.

⁴⁰ *Ibid.*, 3, 18. Os pretensos direitos de Andrada sobre Teve não encontram suporte nos acontecimentos subsequentes.

⁴¹ Newitt, *Portuguese Settlement*, 317. Humbe caiu em poder de Sousa entre 1881 e 1883, e por essa altura estava completada a conquista de Barwe: Joaquim Carlos Paiva de Andrada, *Manica, comunicação e proposta à Sociedade de Geographia* (Sociedade de Geographia, Lisboa, 1882), 6; Andrada, *Landins*, 13.

⁴² AHU Andrada Exped. I/2 Andrada ao Ultramar, Massanga, 10 Junho 1887 'Sofala 36 - Guerra do Mutoco'.

⁴³ AHU Andrada Exped. III/1 Andrada, 'Viagem às Terras do Changamira'

provas da edição reservada, 20.

⁴⁴ Joaquim Carlos Paiva de Andrada, *Relatório de uma viagem às Terras do Changamira*, (Nacional, Lisboa, 1886), 11.

⁴⁵ AHU Pasta 10/2, Moraes Sarmento ao Governo Geral, Chiloane, 12 Julho 1888.

⁴⁶ Liesegang, 'Sofala, Beira', 35-9.

⁴⁷ AHU Pasta 10/1 Moraes Sarmento ao Governo Geral, Chiloane, 1 Dezembro 1887; AHM Governo de Sofala, Cxa 1 M2 (8) 'Auto de paz proposta pelos vassalos' Chiloane 24 Julho 1867, Cxa 3 M3 (3) 'Relação Nominal dos Regulões', Chiloane 28 Janeiro 1876.

⁴⁸ Pélissier, *Naissance*, II, 567-9.

⁴⁹ G.J. Liesegang, 'Vassalagem ou Tratado de Amizade? Histórico do Acto de Vassalagem de Ngungunyane nas Relações Externas de Gaza', *Arquivo Histórico de Moçambique, Estudos*, II, 1986, 7-36.

⁵⁰ AHM Governo Geral Cxa 38 M1 (5) Rodrigues ao Governo Geral, Moçambique, 23 Julho 1885 e 'Apontamento' 25 Julho 1885; AHU Pasta 10/2 Francisco António Marques Geraldes ao Governo Geral, Mussurize, 7 Outubro 1888; *Dezoito Anos* 87-8, 139, 168.

⁵¹ AHU Andrada Exped. I/2 Andrada ao 'meu bom amigo', Terras do Gungunhana 11 Fevereiro 1885.

⁵² *Dezoito Anos*, 120.

⁵³ Axelson, *Portugal and the Scramble*, 117-9; AHU Andrada Exped. III/2 Andrada ao Ultramar, Mussurize, 25 Novembro 1888 encl. Gaza-Transvaal Treaty, 3 March 1885; Cobbing, 'Ndebele', 282-3.

⁵⁴ AHU Andrada Exped. I/2 Andrada a Rodrigues, Vila Gouveia 6 Abril 1885, Andrada ao Ultramar, Vila Gouveia, 24 Abril 1885, Andrada ao Ultramar, Machassene 5 Março 1887 'Sofala-29'.

⁵⁵ *Dezoito Anos*, 82, 106.

⁵⁶ AHU Pasta 10/2 Almeida ao Ultramar, Moçambique, 20 Julho 1888 (Documentos Importantes N°. 106); AMNE 'Paiva de Andrada' 'Expedição aos Sertões de África 1888' Andrada ao Ultramar, Mussurize, 19 Novembro 1888 'Sertões 16' e Andrada a Luciano Cordeiro, Massanga 25 Maio 1889; AHU Documentos Importantes N°. 415, Andrada ao Governo Geral, Sarmento, 11

Janeiro 1889; AHU Andrada Exped. I/2 'Acta de Reunião', Manjacaze 14
Fevereiro 1887, III/3 Andrada ao Ultramar, Quelimane, 3 Janeiro 1890
'Muzezuos 2'; Andrada, '11 cartas', 100, 104. Essas bandeiras foram também
destruídas como sinal da zanga com os portugueses: Cruz, 'História da
Formação', 95.

⁵⁷ Informação pessoal do Dr. António Rita-Ferreira.

⁵⁸ *Grande Encyclopédia Portuguesa e Brasileira*, (Encyclopédia, Lisboa, s.d.)
XX, 25-6 é uma das mais completas, mas ver também: Arquivo Histórico
Militar, Lisboa, Secretaria de Guerra, S. Direcção Artilharia, 1^a. Repartição,
'Notas dos assentos ... N.º 242', nascido em Lisboa a 27 de Novembro de 1846,
filho de Joaquim Carlos de Andrada e Maria João Álvares de Andrada, morreu
em Paris em 11 de Abril de 1928. Agradeço ao Prof. Jorge Borges de Macedo
o ter-me fornecido esta referência. Andrada fez oito visitas a Moçambique:
1) 1879: Tete; 2) 1881: Tete, Mazowe, Makanga, Manyika; 3) 1884-5:
Gorongoza, Gaza, Makaha; 4) 1886-7: Gaza, Pungwe, Barwe, Chicova,
Massangano; 5) 1888-90: Beira, Gaza, Pungwe, Manyika, Barwe, C. Shona,
Kariba, Manyika, Ilha de Moçambique, Beira; 6) 1890-1: Sena, Gorongosa,
Manyika, Cidade do Cabo; 7) 1892-3: Zambezia; 8) 1893-4: Zambezia.

⁵⁹ Fontes possíveis são os documentos de Sir William Mckinnon, Sir Donald
Currie, Henrique de Barros Gomes, Luciano Cordeiro e de qualquer dos
membros contemporâneos da *Sociedade de Geographia de Lisboa*.

⁶⁰ *Grande Encyclopédia*, XX, 25-6.

⁶¹ AHU Andrada Exped. I/2 Secretário do Estado de Guerra ao Ultramar, Lisboa,
11 Dezembro 1886.

⁶² Pedro José da Cunha, 'A Companhia de Moçambique, origens e primeiros
trabalhos de uma grande companhia colonial' *The African World Annual*,
XXXIV, 1937, 100.

⁶³ Como nos princípios de 1888: ver AHU Andrada Exped. I/2 H.E. O'Neill
a Andrada, Quelimane, 1 de Fevereiro de 1887.

⁶⁴ Newitt, *Portuguese Settlement*, 232; Pélissier, *Naissance*, I, 365.

⁶⁵ Warhurst, *Anglo-Portuguese Relations*, 22-3; Axelson, *Portugal and the
Scramble*, 120-1.

⁶⁶ H. Kuss, 'Notes sur la Geographie de Quelques Régions voisines du Zambeze',
Bulletin de la Société de Geographie, VII, iii, 1882, 365-83; P. Guyot 'Voyage
au Zambéze', *Bulletin de la Société de Geographie de l'Est*, IV, 1882, 635;
Andrada, *Manica, comunicação*, 3-9.

⁶⁷ *Ibid.*

⁶⁸ António Maria Cardoso, 'Expedição às Terras do Muzilla 1882', *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, VII, vii, 1887, 153-240.

⁶⁹ AHU Andrada exped.I/2 Andrada ao Ultramar, Vila Gouveia, 11 Abril 1887. 'Sofala 33'.

⁷⁰ Axelson, *Portugal and the Scramble*, 123-4, 133.

⁷¹ Hammond, *Portugal and Africa*, 149.

⁷² Axelson, *Portugal and the Scramble*, 123.

⁷³ Andrada, *Landins*, 3-4. Trata-se de uma versão do original censurada, e nada diz sobre o papel de Andrada no comércio: AHU Andrada Exped. III/1, Caryalho à Imprensa Nacional; Lisboa, 13 Novembro 1885; Manuel Caetano da Silva Lima, 'Expedição de Manica', *As Colónias Portuguesas*, V, 1885, 48-9 e *Bol. Soc. Geo. Liss.* V, i, 1885, 496-501; AHU Andrada Exped. I/2 Andrada ao Ultramar, Vila Gouveia, 16 março 1885.

⁷⁴ Liesegang, 'Sofala, Beira', 41.

⁷⁵ *Ibid.*, 35. O facto de o Pungwe ser pouco conhecido dos cartógrafos portugueses deve-se provavelmente ao reduzidíssimo comércio ali existente, o que parece ser confirmado pelo estado das rotas interiores: AHU, Documentos Importantes No. 491, Andrada à Companhia de Ophir, Vila Gouveia, 12, 18 Dezembro 1884.

⁷⁶ Andrada, '11 Cartas', 107. O gado comprado em Duma destinava-se a remediar esta carência, até que a via férrea do planalto tivesse atravessado a faixa de mosca tse-tse.

⁷⁷ AHM Governo de Manica Cxa 1 M2 (18) Administrador 3^a Circunscrição ao Governo de Manica, Inhaémire, 18 Janeiro 1889: os carregadores de Quelimane recebiam um litro de arroz por dia, um pedaço de pão e uma camisa em cada seis meses, e isenção do imposto *nussoco*.

⁷⁸ Andrada, *Changamira*, 8-14; AHU Andrada Exped. III/2 Andrada ao Ultramar, Sármiento, 9 Fevereiro 1889 'Sertões 20'.

⁷⁹ AHU Documentos Importantes N°. 491, Andrada ao Ultramar, Vila Gouveia, 16 Dezembro 1884.

⁸⁰ Daqui a atenção que ele presta à descrição de áreas quase totalmente desconhecidas do governo português ou da geografia europeia.

⁸¹ Embora se orgulhasse de ter pressionado o governo a mover-se para o interior, Andrada estava consciente de que era ridículo a sede do Distrito situar-se fora de Manyika, e tentou conseguir que fosse transferida para Manyika: AMNE 'Paiva de Andrada', Andrada ao Ultramar, Chimoio, 1 Abril 1889 'Sertões 23'.

⁸² AHU Andrada Exped. I/2 Andrada ao Ultramar, Vila Gouveia, 24 Abril 1885.

⁸³ AHU Andrada Exped. I/2 Andrada ao 'meu bom amigo', Terras de Gungunhana, 11 Fevereiro 1885; Andrada, *Landins*, 24.

⁸⁴ AHU Andrada Exped. I/2 Rodrigues a Andrada, Sofala, 21 Fevereiro 1885, Andrada a Rodrigues, Vila Gouveia, 6 Abril 1885.

⁸⁵ AHU Andrada Exped. I/2 Andrada ao Ultramar, Vila Gouveia, 16 Março 1885, 24 Abril 1885, 17 de Maio 1885; Andrada, *Landins*, 23-36. Andrada preocupava-se na altura com os missionários britânicos protestantes, e com os Afrikaner e Alemães que estavam a ocupar o interior de Moçambique, mas exagerava em certa medida para influenciar Ngungunhané e o Ministério do Ultramar. Era também muito sensível ao ceticismo de Quelimane quanto ao Distrito de Manica.

⁸⁶ AHU Andrada Exped. I/2 Andrada ao Ultramar, Vila Gouveia 17 Março 1885.

⁸⁷ Makaha é de facto um pequeno território entre Rupire, Masahwa e Dohora, mas utilizarei este nome para designar toda a região aurífera.

⁸⁸ AHU Andrada Exped. III/1 'Changamira reservadas', 2.

⁸⁹ Andrada, *Changamira*, 4-8; *The journals of Carl Mauch 1869-1872*, ed. E.E. Burke, (National Archives, Salisbury, 1969), 232-5; AHU Andrada Exped. I/2 Andrada ao Ultramar, Massanga, 10 Junho 1887 'Sofala 36 - Guerra do Mutoco'.

⁹⁰ Andrada, *Changamira*, 8-16; AHU Pasta 8/2 Governador Geral ao Ultramar, Moçambique, 25 de Julho 1886, refere que esta iniciativa era boa para o prestígio de Portugal contra as actividades britânicas e Afrikaner na região Ndebele, e que as zonas auríferas eram atractivas, e que por essas razões ele tinha autorizado a guerra.

⁹¹ AHU Andrada Exped. I/2 Andrada ao Ultramar, Massanga, 10 Junho 1887 Sofala 36 - Guerra do Mutoco.

⁹² *Ibid.* Andrada, *Changamira*, 11.

⁹³ Francisco Izidoro Gorjão de Moura, 'Campanha nas terras do Bire', *Bol. Soc. Geo. Lisb.*, VIII, vii, 1888-9, 358-89. Contudo, não se deve tomar a sério as

estimativas de Sousa sobre os números envolvidos nas batalhas: AHU Pasta 9/3 Carlos Maria de Sousa Ferreira Simões ao Governador de Sena, Sena 1 Junho 1887: 'armar o effectivo e mais tarde allegar serviços e pedir grossas indemnizações'. Apesar da sua grande admiração por Sousa, Andrada nem sempre acreditava nele.

⁹⁴ *Memória e Documentos*, 261-4; MLG, DDA, Per/5 Mangwende, D.P. Abraham 'Historical sketch of Tsokoto area, Mangwende, January 1962'; Andrada, *Changanira*, 24.

⁹⁵ *Memória e Documentos*, 261-4.

⁹⁶ AHU Andrada Exped. I/2, Andrada ao Ultramar, Massanga, 10 Junho 1887 'Sofala 36 - Guerra do Mutoco'.

⁹⁷ AHU Andrada Exped. I/2 Andrada ao ULtramar, Vila Gouveia, 17 Abril 1887 'Sofala 33' incl. extracto Manuel António de Sousa a Andrada, Dohora, 8 Fevereiro 1887.

⁹⁸ AHU Andrada Exped. I/2 Andrada ao Ultramar, Massanga, 10 Junho 1887 'Sofala 36 - Guerra do Mutoco'. AHU Pasta 9/3 Simões ao Governador de Sena, Sena, 1 Junho 1887; N.J. Brendon, 'Chiuzingu', NADA, XXXVI, 1959, 19-25.

⁹⁹ De entre elas, a ajuda de Ribeiro à aliança de Mutoko, o poder dos mediums *mhondoro*, a falta de coesão da força mista dos aliados, o papel do afilhado de Sousa, e o facto de os chefes terem homens em ambos os lados; AHU Andrada Exped. I/2 Andrada ao Ultramar, Massanga, 10 Junho 1887 'Sofala 36 - Guerra do Mutoco.'

¹⁰⁰ Na sua carta de 8 de Fevereiro 1887, citada acima na referência 97, Sousa diz que tinha planeado avançar acima do Mazowe depois de derrotar Mutoko, mas que isso estava ligado ao pedido de armas que fizera a Andrada, que ele pensava ter sido nomeado Governador de Manica. Numa carta escrita a Andrada depois do desastre e citada em 'Sofala 36 - Guerra do Mutoco', Sousa pretende que o seu único objectivo era, antes de morrer, estabelecer uma base para além de Mutoko, chamada 'Villa de Campos de Ouro do Príncipe Regente D. Carlos'. Esta missão 'patriótica' e auto-imposta coincidiu com os conhecidos objectivos comerciais de Andrada, e não mereceu crédito: o governador-geral referiu-se a ela como 'uma pequena desavença entre Manuel António e o Chefe Mutoco', (AHU Pasta 9/3 Governador Geral ao Ultramar, Moçambique, 23 Julho 1887) enquanto Simões pensou tratar-se puramente de uma guerra contra os Barwe (refugiados?): ver 'Sofala 36 - Guerra do Mutoco'. A correspondência deste período não sugere que se tratasse de uma tentativa séria de ocupação do planalto central.

¹⁰¹ AHU Pasta 11/5 Jayme José Ferreira ao Ultramar, Lisboa, 1 Dezembro 1889; AHM Governo de Tete Cxa 8 M2 (7) 13 Manuel António de Sousa ao Governador de Tete, Tete, 12 Abril 1890, 14 Setembro 1890.

¹⁰² AHM Governo de Tete Cxa 4 M5 (1) 27 Xavier ao Governo de Tete, Nhaburepure 13 Abril 1888.

¹⁰³ AHU Pasta 121 Gualdino Martins Madeira ao Governo Geral, Tete, 10 Fevereiro 1890.

¹⁰⁴ AHU Andrada Exped. III/1 Andrada, 'Changamira reservadas'. O documento tem que ser lido integralmente, dado que o folheto *Changamira* tem algumas lacunas importantes.

¹⁰⁵ Axelson, *Portugal and the Scramble*, 147.

¹⁰⁶ Vail and White, *Capitalism and Colonialism*, 145.

¹⁰⁷ AHU Andrada Exped. III/1 Andrada, 'Changamira reservadas'.

¹⁰⁸ Comparar com AHU Andrada Exped. III/2 Andrada ao Ultramar, Moçambique, 8 Dezembro 1889 'Sertões 32'.

¹⁰⁹ AHU Pasta 8/5 Administrador da Companhia de Ophir ao Ultramar, Lisboa, 4 Março 1886.

¹¹⁰ AHU Andrada Exped. I/2 Andrada ao Ultramar, Lisboa 19 Maio 1886 e Londres 5 Julho 1886 'Sofala 1'.

¹¹¹ AHU Andrada Exped. I/2 Andrada ao Ultramar, Mussurize 25 Setembro 1886 'Sofala 5'.

¹¹² AHU Andrada Exped. I/2 Andrada ao Ultramar, Mussurize, 16 Outubro 1886 'Sofala 10'.

¹¹³ Péliquier, *Naissance*, II, 567-9.

¹¹⁴ Axelson, *Portugal and the Scramble*, 128-30.

¹¹⁵ AHU Andrada Exped. I/2 Andrada ao Ultramar, Machassene, 5 Março 1887 'Sofala 29'.

¹¹⁶ *Ibid.*; AHU Andrada Exped. I/2 'Acta de Reunião', Manjacaze, 14 Fevereiro 1887.

¹¹⁷ AHU Andrada Exped. I/2 Andrada ao Ultramar, Mussurize 26 Setembro 1886 'Sofala 8', Machassene 5 Março 1887 'Sofala 29', Mucaca 29 Março 1887 'Sofala 30'.

¹¹⁸ AHU Andrada Exped. I/2 Andrada ao Ultramar, Mucaca 29 Março 1887 'Sofala 30', Vila Gouveia 17 Abril 1887 'Sofala 33'.

¹¹⁹ AHU Andrada Exped. I/2 Andrada ao Ultramar, Mucaca 29 Março 1887 'Sofala 30', Vila Gouveia 17 Abril 1887 'Sofala 33'.

¹²⁰ AHU Andrada Exped. I/2 Andrada ao Ultramar, Massanga 6 Junho 1887 'Sofala 35'.

¹²¹ AHU Andrada Exped. I/2 Andrada ao Ultramar, Massanga 12 Junho 1887 'Sofala 38'.

¹²² A sua marcha forçada a Chikova, para recrutar Xavier para esta campanha inesperada, foi um feito notável, embora Axelson (*Portugal and the Scramble*, 132) a interprete erroneamente: AHU Andrada Exped. I/2 Andrada ao Ultramar, Massanga 6 Junho 1887 'Sofala 35'.

¹²³ Liesegang, 'Aspects', 10-1; Liesegang, 'Vassalagem', 7-36; Newitt, *Portuguese Settlement*, 234-340; Pélassier, *Naissance I*, 368-93, II, 407-21.

¹²⁴ Axelson, *Portugal and the Scramble*, 64-185; Nowell, *Rose-Colored Map*, 55-141.

¹²⁵ *Ibid.*

¹²⁶ Axelson, *Portugal and the Scramble*, 120.

¹²⁷ AHU Andrada Exped. I/2 Andrada ao Ultramar, Vila Gouveia, 24 Abril 1885; Andrada a Rodrigues, Vila Gouveia, 6 Abril 1885; AHU Pasta 10/3 Governador Geral ao Ultramar, *Aringa Castilho*, 30 Outubro 1888; Newitt, *Portuguese Settlement*, 326; nem todos os portugueses estavam a favor da expansão para o interior: ver um artigo sarcástico sobre a guerra de Rupire de 1886, e as acusações de que Andrada e Sousa estavam a planejar deliberadamente uma guerra contra Mutoko, Makoni e Mutasa em 1887 'Novas aquisições coloniais', *o exército português*, IX, 195, 1886, 35-6 e AHU Andrada Exped. I/2 Andrada ao Ultramar, Inhamaccombe, 2 Setembro 1887 'Sofala 46'.

¹²⁸ AHU Documentos Importantes Nº. 279, Andrada ao Ultramar, Inhamaccombe, 31 Julho 1887 'Sofala 42' - Lourenço Marques, com um recorte do *Cape Argus* de 12 Março de 1887, no qual se faz referência à possibilidade de uma companhia majestática na linha férrea de Lourenço Marques.

¹²⁹ Ver referência 118 acima.

¹³⁰ Neil-Tomlinson, 'Mozambique Chartered Company', 20.

¹³¹ Cunha, 'Primeira Companhia', VII, 1904, 82.

¹³² Axelson, *Portugal and the Scramble*, 227, 246.

¹³³ Neil - Tomlinson, 'Mozambique Chartered Company', 20; AHU Andrada Exped. II, Andrada a Machado, Massanga, 9 Junho 1880.

¹³⁴ Ver referência 69 acima.

¹³⁵ Hammond, *Portugal and Africa*, 148.

¹³⁶ Ver referência 131 acima.

¹³⁷ Cunha, 'Primeira Companhia', XX, 1905, 92.

¹³⁸ Keppel-Jones, *Rhodes and Rhodesia*, 151; AMNE 'Malla de Moçambique' Andrada a Barros Gomes, Mussurize, 3 Novembro 1888; Andrada, '11 cartas', 106.

¹³⁹ Hammond, *Portugal and Africa*, 148; Warhurst, *Anglo-Portuguese Relations*, 24-5.

¹⁴⁰ AMNE 'Paiva de Andrada', Andrada a Barros Gomes, Lisboa, 29 Abril 1888.

¹⁴¹ AMNE 'Malla de Moçambique' Andrada ao Ultramar, Lisboa, 15 Junho 1888 'Sertões 3' e 'Resumo do ofício confidencial' 15 Junho 1888 e 'Memória' 21 Junho 1888.

¹⁴² Filipe Filismino Nunes Palet, 'Victor Cordon na Expansão do Ultramar Português', *Bol. Soc. Geo. Lisb.* LXIX, vii, 1951, 383.

¹⁴³ Liesegang, 'Sofala, Beira', 44.

¹⁴⁴ Pélißier, *Naissance*, II, 419.

¹⁴⁵ Newitt, *Portuguese Settlement*, 248; 271-2.

¹⁴⁶ AMNE 'Malla de Moçambique' Andrada a Barros Gomes, Port Elizabeth, 28 Julho 1888, Durban 2 Agosto 1888.

¹⁴⁷ AHU Andrada Exped. III/3 Andrada ao Ultramar, Conceição, 28 Setembro 1888 'Sertões 6', Massângua 4 Julho 1889 'Sertões 27'.

¹⁴⁸ Axelson, *Portugal and the Scramble*, 129-35, 234-44, 289-97.

¹⁴⁹ AHU Andrada exped. III/2 Andrada ao Ultramar, Mussurize, 7 Novembro 1888 'Sertões 11'; AMNE 'Paiva de Andrada' Andrada ao Ultramar, Mussurize, 19 Novembro 1888 'Sertões 16'; AHU 'Documentos Importantes' Nº.415, Andrada ao Governo Geral, Sarmento, 11 Janeiro 1889; AMNE 'Paiva de Andrada' Andrada a Cordeiro, Massanga 25 Maio 1889; Andrada, '11 Cartas', 94-102.

¹⁵⁰ Cruz, 'História da Formação' 99-106.

¹⁵¹ AHM, Governo de Sofala Cxa 17-M2 (4) José Gonçalves Barriga ao Governo de Sofala, Mussurize, 23 Maio 1889; Pélissier, *Naissance*, II, 426.

¹⁵² AHC Governo de Sofala, Cxa 17 M2 (2) Geraldes ao Governo de Sofala, Mussurize 6 Outubro 1888.

¹⁵³ AHM Governo Geral Cxa 163 M2 (3) 186 Geraldes ao Governo Geral, Mussurize, 7 Novembro 1888; AHU Andrada Exped. III/2 Andrada ao Ultramar, Mussurize 14 Novembro 1888 Sertões 12. Os rumores sobre a ida desta força a Mutoko e Barwe não se confirmaram.

¹⁵⁴ *Gold and the Gospel in Mashonaland 1888* eds. C.E. Fripp and V.W. Hiller, (Chatto and Windus, London, 1949), 73-7.

¹⁵⁵ AHM Diversos de Sofala, Cxa 25 M3 (10) 'Auto da Notícia', Beira, 8 Junho 1889; Governo de Sofala Cxa 15 M1 (1) Augusto Cera da Silva Oliveira ao Governo de Sofala, Aruangwa, 11 Maio 1889, 12 Junho 1889; Diversos de Sofala, Cxa 25 M2 (33) Informações Mensaes, Maio, Junho, Julho 1889.

¹⁵⁶ Beach, *War and Politics*, 36; o boato sobre um ataque Ndebele contra Gutu e Nyashanu em Junho-Julho 1890 parece ter sido falso, dado que (i) os relatórios de Bulawayo não fazem referência a tal ataque, (ii) o relatório de Agosto da CBAS não menciona um ataque de tal envergadura, e (iii) a mesma fonte refere uma guerra total entre a CBAS e os Ndebele. Apesar de tudo, a bandeira de Gaza em Marange foi arriada: Cunha, 'Primeira Companhia', XXXII, 1960, 95, XXXIV, 1906, 115, AHM Governo Geral Cxa 48 M2 (1) 22 Resende ao Governo de Manica, Andrada, 26 Julho 190, AHM Governo de Manica, Cxa 9 M2 (1) Sarmento ao Governo de Manica, Beira, 16 Agosto 1890.

¹⁵⁷ Cruz, 'História da Formação' 96-106.

¹⁵⁸ AHM Diversos de Sofala Cxa 24 M1 (5) Governador de Sofala ao Comando Militar de Aruangwa, Chiloane, 19 Setembro 1888.

¹⁵⁹ AHU Andrada exped. III/2 Andrada ao Ultramar, Mussurize, 19 Novembro 1888 'Sertões 17'.

¹⁶⁰ AHM Governo de Sofala Cxa 17 M2 (4) Geraldes ao Governo de Sofala, Mussurize, 9 Janeiro 1889.

¹⁶¹ AHM Governo de Sofala Cxa 17 M2 (4) Barriga ao Governo de Sofala, Mussurize, 30 Março 1889.

¹⁶² AHU Andrada Exped. III/2 Andrada ao Ultramar, Beira, 6 Outubro 1888 'Sertões 8'.

¹⁶³ *Ibid.* and Mussurize, 7 Novembro 1888 'Sertões 11', Sarmento 9 Fevereiro 1889 'Sertões 20'; AMNE 'Paiva de Andrada' Andrada ao Ultramar, Chimoio 8 Março 1889 'Sertões 22', Chimoio 1 Abril 1889 'Sertões 23'.

¹⁶⁴ AHM Diversos de Sofala Cxa 17 M2 (7) Informações Mensaes Agosto 1890, Cxa 24 M2 (33) Informações Mensaes Fevereiro 1890.

¹⁶⁵ AMNE 'Malla de Moçambique' Andrada a Barros Gomes-Mussurize, 3 Novembro 1888; AHU Andrada Exped. III/2 Andrada ao Ultramar, Mussurize 6 Novembro 1888 'Sertões 9', 7 Novembro 1888 'Sertões 11', 16 Novembro 1888 'Sertões 13', 16 Novembro 1888 'Sertões 14', 17 Novembro 1888 'Sertões 15'; AMNE 'Paiva de Andrada' Andrada ao Ultramar Mussurize 19 Novembro 1888 'Sertões 16', 'Malla de Moçambique' Andrada a Barros Gomes, Mussurize 25 Novembro 1888.

¹⁶⁶ AMNE 'Malla de Moçambique' Andrada a Barros Gomes, Mussurize, 12 Novembro 1888; AHU Andrada Exped. III/2 Andrada ao Ultramar, Mussurize, 7 Novembro 1888 'Sertões 11'.

¹⁶⁷ Cunha, 'Primeira Companhia', XIII, 1905, 8.

¹⁶⁸ Augusto da Fonseca de Mesquita e Solla, 'Apontamentos sobre o Zumbo', *Bol. Soc. Geo. Lisb.*, XXIV, 1907, vi-xii, 352. Os investigadores não deverão utilizar este documento caso tenham a possibilidade de acesso ao documento original, pois o manuscrito de Solla contém muitos erros tipográficos.

¹⁶⁹ Solla, 'Apontamentos', 355; *Expedition in East-Central Africa 1889-1891 a Report by Carl Wiese*, ed. H.W. Langworthy, (Rex Collings, Londres, 1983), 72.

¹⁷⁰ AHU Pasta 11/3, Governador de Tete ao Comando Militar do Zumbo, Tete, 16 Abril 1889, Comando Militar do Zumbo ao Governo de Tete, Zumbo, 25 Abril 1889, Comando Militar do Zumbo 'Termo de Reunião', Zumbo 16, Abril 1889, Comando Militar do Zumbo ao Governo de Tete, Zumbo, 1 Maio 1889.

¹⁷¹ AHM, Governo do Zumbo, Cxa 3 M1 (29) Cordon a Araujo Lobo, Zumbo, 1 Junho 1889 e Cordon ao 'meu bom amigo', Zumbo, 1 Junho 1889.

¹⁷² AHM, Governo Geral, Cxa 38 M1 (3) 2 Cordon ao Governo Geral, Inhapanje, 19 Junho 1889; *Memória e Documentos*, 340.

¹⁷³ Em 1890 Chipuriro recusou-se a hastear a bandeira portuguesa, a não ser que lhe dessem a mesma quantidade de mercadorias que Cordon lhe tinha dado no ano anterior, ameaçando os portugueses com o nome dos britânicos. Mas tomou esta atitude encontrando-se numa situação <1> a tática muito desfavorável, dentro do gabinete do Governador do Zumbo, para onde tinha sido levado por Rosário Andrade em conexão com o fiasco de Madeira (ver mais em baixo). Foi enviado para a costa sob prisão: AHM Governo Geral Cxa 48 M3 Governador do Zumbo ao Governo Geral, Zumbo, 8 Julho 1890.

¹⁷⁴ Palet, 'Victor Cordon', 392; *Memória e Documentos*, 269-71; AHM Governador Geral Cxa 38 M1 (3) Cordon ao Governo Geral, Inhamaconde, 2 Julho 1889.

¹⁷⁵ AHM Governo Geral Cxa 38 M1 (3) Cordon ao Governo Geral, Luanhe, 9 Julho 1889. Nenakonde acompanhou Cordon até Mujinga. Zvimba, por cujos territórios Cordon tinha passado, andou 100 quilómetros, até à confluência dos rios Sanyati-Mupfuré, para obter de Cordon uma bandeira. J.D. White, 'Some notes on the History and Customs of the Urungwe District', *NADA*, X, iii, 1971, 56-7.

¹⁷⁶ AHM Governo Geral Cxa 38 M1 (3) Cordon ao Governo Geral, Luciano Cordeiro, 19 Julho 1889; AHU Documentos Importantes Nº.231, 'Carta do Rio Sanhati', 1891; Gustavo de Bivar Pinto Lopes, 'Memórias dum Sertanejo', *O Mundo Português*, XXXV, 1935 - XXXIX 1937, 427.

¹⁷⁷ *Memória e Documentos*, 271-6. As datas dos tratados de Nyamunga e Némambo estão antecipadas de alguns dias. AHM Diversos do Zumbo Cxa 1 M2 (22) Cordon ao Comando Militar do Zumbo, Luciano Cordeiro, 14 Setembro 1889 e Zumbo, 6 Outubro 1889.

¹⁷⁸ AHM Diversos do Zumbo, Cxa 4 M2 (22) Cordon ao Comando Militar do Zumbo, Zumbo, 5 Outubro 1889; Matthews, 'Gwembe', 39; White, 'Urungwe' 45-50.

¹⁷⁹ Beach, *War and Politics*, 30.

¹⁸⁰ 'Informações dos Distritos, Zumbo, Fevereiro 1890', *Boletim Oficial da Província de Moçambique*, 1890, XXVI, 287.

¹⁸¹ AHM Governo do Zumbo, Cxa 3 M1 (20) Cordon a Araújo Lobo, Zumbo, 9 Fevereiro 1890; Diversos do Zumbo, Cxa 1 M1 (11) Comando Militar Superior ao Comando Militar do Zumbo, Tete, 19 Maio 1890; AHM Governo Geral Cxa 48 M3 Governador do Zumbo ao Governo Geral, Zumbo, 23 Setembro 1890.

¹⁸² NAZ, CT 1/12/8 Administrador ao Secretário, Kimberley, Salisbúria, 10 Dezembro 1890; A 2/8/1 Administrador ao Secretário em exercício, Kimberley, Salisbúria, 12 Dezembro 1891. Isto, e o incidente de Sango (ver em baixo), teve repercussões diplomáticas, pois a CBAS pensou que tinha havido outra grande expedição portuguesa ao planalto: Keppel-Jones, *Rhodes and Rhodesia*, 204.

¹⁸³ Cordon relata a chegada de uma embaixada de Shangwe a Luciano Cordeiro, mas não é claro se ela representava a autêntica dinastia Chireya. Andrada, por razões óbvias, dizia que sim, *Memória e Documentos*, 275; AHU Andrada Exped. III/2, Andrada ao Ultramar, Moçambique, 8 Dezembro 1889; Cobbing, 'Ndebele', 139; Mattews, 'Gwembe', 30-1; White, 'Urungwe', 60.

¹⁸⁴ Mattews, 'Gwembe', 36-9.

¹⁸⁵ *Memória e Documentos*, 271.

¹⁸⁶ Depois de Mujinga, os seus símbolos deixaram de aparecer nos tratados; Solla, 'Apontamentos', 354.

¹⁸⁷ AHM Diversos do Zumbo, Cxa 1 M2 (22) Cordon ao Comando Militar do Zumbo, Zumbo, 6 Outubro 1890. Cordon 'apróvou' a ascensão de Dipuka ao título de Dandawa, tendo Dipuka reinado até cerca de 1920: White, 'Urungwe', 46.

¹⁸⁸ 'Informações dos Distritos, Zumbo, Outubro-Novembro 1889', *Bol. Moç.* 1890, XII, 152. Isto conduziu, em devido tempo, ao aparecimento de um conjunto de novos prazos, de Dandawa ao Sanyati, que contudo não foram arrendados a ninguém antes dos tratados de 1890-1. AHM Governo Geral, Cxa 48 M3, Governador do Zumbo ao Governo Geral, Zumbo, 5 Novembro 1890.

¹⁸⁹ Axelson, *Portugal and the Scramble*, 156.

¹⁹⁰ 'Informações dos Distritos, Zumbo', *Bol. Moç.* 1890, Junho 1890, XXXVII, 403, 'Comando Militar do Cofucué', *Bol. Moç.* 1890, Julho 1890, XLVI, 489, Agosto 1890, L. 525; Solla, 'Apontamentos', 385-91.

¹⁹¹ 'Comando Militar do Cafucué', *Bol. Moç.* 1890, L. 525.

¹⁹² AHU Pasta 11/5, 'Instruções ao Henrique Carlos Lima', Moçambique, 9 Novembro 1889 e 'Orçamento da despesa', 9 Novembro 1889. A ordeim de Lisboa foi enviada em 30 de Outubro.

¹⁹³ Solla, 'Apontamentos', 388-91; Lopes, 'Sertanejo', 425-7; AHU Documentos Importantes, Nº. 232, 'Carta do Cafucué, 1891.

¹⁹⁴ AHM Governo de Sofala Cxa 17 M2 (4) Geraldes ao Governo de Sofala, Mussurize, 9 Janeiro 1889.

¹⁹⁵ AHU Pasta 11/3 Governador Geral ao Ultramar, Moçambique, 15 Agosto 1889 incl. proposta de Neves Ferreira, 8 Abril 1889.

¹⁹⁶ Kerr, *Far Interior*, I, 144.

¹⁹⁷ AHM Governo Geral Cxa 41 Governador de Tete ao Governo Geral, Tete, 8 Novembro 1889.

¹⁹⁸ Axelson, *Portugal and the Scramble*, 245-6; AHM Governo Geral Cxa 48 M3 Governador do Zumbo ao Governo Geral, Zumbo, 8 Julho 1890.

¹⁹⁹ AHM Governo Geral Cxa 48 M3 Governador do Zumbo ao Governo Geral, Zumbo, 17 Junho 1890. Havia de facto três pequenos chefes na área de 'Mchesa', governada por uma personalidade religiosa *Musikavantu*, os quais estavam em contacto com Zumbo, enquanto Mapondera estava em contacto com Tete; todos ligados a esta expedição de Madeira: Beach, *Mapondera*, 23.

²⁰⁰ AHU Andrada Exped. III/2 Andrada ao Ultramar, Sarmento 9 Fevereiro 1889 'Sertões 20' e 16 Fevereiro 1889 'Sertões 21'.

²⁰¹ AMNÉ 'Paiva de Andrada' Andrada ao Ultramar, Chimoio, 8 Março 1889 'Sertões 22' e 1 Abril 1889 'Sertões 23'.

²⁰² AMNE 'Paiva de Andrada' Andrada ao Ultramar, Massanga 23 Abril 1889, 'Sertões 24'.

²⁰³ AHU Andrada Exped. III/2 Andrada ao Ultramar, Massanga 26 Abril 1889 'Sertões 25', 3 Junho 1889 'Sertões 26', 4 Julho 1889 'Sertões 27', Cunha, 'Primeira Companhia', XXV, 1906, 7. Os erros foram os seguintes: (i) Andrada não organizou o encontro das tripulações dos barcos que traziam provisões até ao Pungwe, com os carregadores enviados da Gorongoza por Sousa, e Sousa, não obstante as dificuldades que a fome provocava, não fez chegar ao Pungwe carregadores em número suficiente e no devido tempo; (ii) Andrada não deu a Sousa instruções precisas sobre as provisões descarregadas em Inhamissengo, na foz do Zambeze; (iii) o comandante de Inhamissengo interpretou erradamente a proibição de importação de material militar (a qual não deveria abranger o

equipamento de Andrada), e não explicou ao seu sucessor o destino dos fornecimentos; (iv) o adjunto de Andrada, Pereira do Lago, não se deslocou de Sena a Inhamissengo para buscar os fornecimentos; (v) Sousa não recolheu as suas forças com a devida rapidez, tendo-se verificado uma certa confusão no Sena quanto ao desvio dessas forças ao longo do Shire. Tudo isto poderia ter sido evitado se Andrada supervisasse pessoalmente as acções no Pungwe e no Sena, em vez de permanecer no Barwe fazendo quase nada e de confiar nos seus subordinados.

²⁰⁴ AMNE 'Paiva de Andrada', Andrada ao Ultramar, Saunhama, 28 Julho 1889 'Sertões 28'; AHM Governo Geral Cxa 38 M1 (2) Andrada ao Governo Geral, Toué, 19 Agosto 1889 (agradeço ao Dr. G. J. Liesegang por esta referência). Andrada deu 100 armas a Katerere e chegou em 8 de Agosto a Makoni, onde ofereceu uma bandeira e 100 armas, e a Mangwendé em 18 de Agosto.

²⁰⁵ AHU Andrada Exped. III/2 Andrada ao Ultramar, Bire, 26 Agosto 1889 'Sertões 30' e 'Sertões 31' e Lisboa 27 Maio 1890 'Sertões 34'.

²⁰⁶ AHU Andrada Exped. III/2 Andrada ao Ultramar, Moçambique, 8 Dezembro 1889 'Sertões 32'. Ele chegou a Nemakonde em 21 de Setembro, permaneceu em Luciano Cordeiro de 29 de Setembro a 1 de Outubro, e chegou de regresso a Nyamedá em 11 de Outubro.

²⁰⁷ *Ibid.*, Andrada visitou Makoni em 22-3 de Outubro e Mutasa em 24-6 de Outubro.

²⁰⁸ AHM Governo de Tete, Cxa 8 M2 (7) Manuel António de Sousa ao Governo de Tete, Tete, 2 Fevereiro 1890; NAZ N 3/33/8, Comissário para os Nativos Mrewa a CNC Salisbúria, Mrewa, 11 Dezembro 1903; W. Edwards 'The Wanoe', *NADA*, IV, 1926, 16-7; Brendon, 'Chiizingu', 24; S.H. Fynes-Clinton, 'Mavunga Madziwadzira (Headman Madzima) recalls', *NADA*, X, ii, 1970, 31-5; Cunha, 'Primeira Companhia', XXXII, 1906, 94.

²⁰⁹ AHU Andrada Exped. III/2 Andrada ao Ultramar, Moçambique, 8 Dezembro 1889 'Sertões 32'; NAZ LO 5/2/3, E.J. Pennefather a F.R. Harris, Mutekedza, 4 Setembro 1890; Beach, *War and Politics*, 31, 71; PRO, FO 179/279, Nº. 168, T.V. Lister to Sir George Petre, Londres, 2 Outubro 1890, Nº. 57, 'Memorandum sobre os direitos de Portugal nos territórios ao sul do Zambeze (comunicação de M. de Freitas, 12 de Julho 1890)'. Andrada declarou ter dado armas a mais de 50 chefes, mas os nomes que cita são em número muito inferior. O episódio do Sango (ver mais em baixo) confirma este facto, mas o Memorandum de Freitas exagera nas suas afirmações.

²¹⁰ AHU Andrada Exped. III/2, Andrada ao Ultramar, Moçambique, 8 Dezembro 1889 'Sertões 32; Beach, *Mapondera*, 11-29.

²¹¹ AHU, Andrada Exped., III/2, Andrada ao Ultramar, Moçambique, 8 Dezembro 1889 'Sertões 32'; MLG, DDA, Per/5 Hwata, Genealogia, 27 de Março 1936; Beach, *A Zimbabwean Past*, capítulo 3.

²¹² NAZ, CT 1/1/6, C.F. Lendy to Administrator, 18 de Dezembro 1890.

²¹³ AHU Andrada Exped. III/2, Andrada ao Ultramar, Moçambique, 8 Dezembro 1889 'Sertões 32'.

²¹⁴ *Ibid.*; NAZ, LO 5/2/40, Relatório do NC de Salisbúria, 31 Dezembro 1894.

²¹⁵ AHU Andrada Exped. III/2, Andrada ao Ultramar, Moçambique, 8 Dezembro 1889 'Sertões 32'; NAZ, LO 5/2/3, E.J. Pennefather to F.R.H. Harris, Salisbúria, 17 Setembro 1890; Departamento de História da Universidade do Zimbabwe, Textos, 44 Chikomba, 53-6, 60 Chegutu; J. Chidziwa, 'History of the Vashawasha', NADA, IX, i, 1964, 29; Edwards, 'Wanoe', 17-9; NAZ Hist. MSS. AR 4/1/1, Diário de W.L. Armstrong, 6 Janeiro 1891; NAZ, A 1/6/1, P. W. Forbes a E. J. Pennefather, Salisbúria, 13 Outubro 1890; NAZ S. 142/2/6, *Cape Times*, 19 Junho 1891.

²¹⁶ AHU Andrada Exped. III/2, Andrada ao Ultramar, Lisboa, 27 Maio 1890 'Sertões 34'.

²¹⁷ Dept. de Hist. da Univ. do Zimb. Textos 53, 54, 60 Chegutu.

²¹⁸ AHU Andrada Exped. III/2, Andrada ao Ultramar, Moçambique, 8 Dezembro 1889 'Sertões 32'.

²¹⁹ Beach, *War and Politics*, 119-56. As armas de Mangwende e as que Sousa perdeu em Moshuawo espalharam-se rapidamente, e em 1891 Xavier queixava-se de que algumas delas estavam a ser usadas contra ele pelos Shonas do norte. Ribeiro visitou também o depósito, quase certamente à procura de armas para os seus próprios objectivos: NAZ, S 142/2/6, *Cape Times*, 19 Junho 1891.

²²⁰ Cunha, 'Primeira Companhia', XXXIV, 1906, 115.

²²¹ AHM, Governo de Manica, Cxa 9 M2 (1) 28 Rezende a Sarmento, Andrada, 22 Novembro 1890.

²²² AHM, Governo de Manica, Cxa 9 M2 (1), Sarmento ao Governo de Sofala, Beira, 6 Setembro 1890, 9 Outubro 1890; NAZ, LO 5/2/3, E.J. Pennefather a F.R. Harris, 13 Agosto 1890; NAZ, CT 1/5/2, R.G. Nicholson a E.R. Harris, 7 Novembro 1890.

²²³ Axelson, *Portugal and the Scramble*, 186-231.

²²⁴ Comunicação pessoal do Prof. P. R. Warhurst. Assim, Andrada faz constantes referências a pretensas ruínas portuguesas e árvores de citrinos no interior, como importantes, e Barros Gomes utilizou esta 'informação'.

²²⁵ AHU Andrada Exped. III/2, Andrada ao Ultramar, Moçambique, 8 Dezembro 1889 'Sertões 32'.

²²⁶ AHU Andrada Exped. III/2, Andrada ao Ultramar, Lisboa 'Sertões 33', incompleta e por isso sem data, mas efectivamente de 10 de Maio de 1890: Monarquia Portuguesa, *Diário da Câmara dos Deputados*, 1890, I, 'Sessão de 9 de Maio, Requerimentos de Interesse Público, Elvino de Brito, 148.

²²⁷ PRO, FO 179/279, Nº.168/57, 'Memorandum ...', comunicação de M. de Freitas de 12 Julho 1890. Este Memorandum foi obviamente escrito por Andrada, pois revela um conhecimento detalhado das políticas e geografia dos Shona da zona central, com informações correctas que só poderiam provir do diário de Andrada, que, tal como o de Cordon, não foi localizado.

²²⁸ AHM, Gabinete do Microfilmagem, AHMilitar, LX, Colónia de Moçambique, 2^a Divisão, 7^a Secç <1>0, Sala A, Caixa 1, Proc. 10, Jac. Nº. 7, Andrada ao Governador de Tete, Massanga, 24 Junho 1889.

²²⁹ *Negócios Externos, Documentos Apresentados às Cortes*, XV, 1890, Nº. 141, Andrada ao Ultramar, Moçambique, 4 Dezembro 1889, 199.

²³⁰ AHU Andrada Exped., III/2, Andrada ao Ultramar, Moçambique, 8 Dezembro 1889 'Sertões 32'.

²³¹ Andrada, '11 cartas', 80; AHU Andrada Exped. III/3, Andrada ao Ultramar, Quelimane, 27 Dezembro 1889 'Muzezuros 1'.

²³² AHU Andrada Exped. III/2 Andrada ao Ultramar, Moçambique, 8 Dezembro 1889 'Sertões 32', III/3 Andrada ao Ultramar, Quelimane, 3 Janeiro 1890 'Muzezuros 2'.

²³³ *Ibid.* e 6 Janeiro 1890 'Muzezuros 3'; Andrada '11 cartas', 126-8.

²³⁴ Andrada, '11 cartas', 94-102, 109-10, 120-3; AHU Andrada Exped. III/3 Andrada ao Ultramar, Quelimane, 3 Janeiro 1890 'Muzezuros 2'.

²³⁵ AHM, Governo Geral, Cxa 38 M1 (2) Andrada ao Governo Geral, Moçambique, 17 Março 1890.

²³⁶ Monarquia Portuguesa, *Diário da Câmara*, 'Sessões de 3-9 Maio 1890', 57-151; Palet, 'Victor Cordon', 395-6. Andrada, superior hierárquico de Cordon, não recebeu estas honras até 1891, depois da sua prisão em Manyika: *Grande Encyclopédia*, XX, 25-6.

²³⁷ AHU, Andrada Exped. III/2, Andrada ao Ultramar, Moçambique, 8 Dezembro 1889 'Sertões 32', III/3, Andrada a Francisco da Costa, Moçambique, 15 Dezembro, 1889.

²³⁸ Joaquim Carlos Paiva de Andrada, *Report and Protest of the Affairs occurrent at Manica*, (Hofmeyr and Regter, Cape Town), 4-5, 11, 23-4.

²³⁹ NAZ Hist. MSS. MA 14/1/1-2. O trabalho de J. Machiwenyika, 'The history and customs of the Manyika people' é uma fonte essencial sobre este período.

²⁴⁰ Como a história da concessão de Beningfield iria provar.

²⁴¹ AHU Pasta 12/1, Rezende a Sarmento, Andrada, 10 Outubro 1889.

²⁴² Andrada, *Manica, comunicação*, 7.

²⁴³ Joaquim Carlos Paiva de Andrada, *Manica, being a report addressed to the Minister of the Marine and the Colonies of Portugal*, (Philip, London, 1891), 7-9; NAZ, CT 1/12/8, M.D. Graham a P.W. Forbes, Mutasa, 8 November 1890.

²⁴⁴ Kuss, 'Notes', 374-9.

²⁴⁵ AHU Andrada Exped. I/2, Andrada ao Ultramar, Vila Gouveia, 17 Maio 1885.

²⁴⁶ AHU Pasta 10/2, Ferreira ao Governo Geral, Vila Gouveia, 1 Junho 1888.

²⁴⁷ AHU Pasta 10/2, Rodrigues ao Governo Geral, Mussurize, 18 Julho 1888.

²⁴⁸ AHM Governo Geral, Cxa 163 M2 (3), Geraldès ao Governo Geral, Mussurize, 7 Novembro 1888.

²⁴⁹ Cunha, 'Primeira Companhia', XVI 1905, 44.

²⁵⁰ AMNE 'Paiva de Andrada', Andrada ao Ultramar, Chimoio, 1 Abril 1889 'Sertões 23'.

²⁵¹ AHU Andrada Exped. I/2, Andrada ao Ultramar, Vila Gouveia, 24 Abril 1885.

²⁵² AHU Andrada Exped. I/2, Andrada ao Ultramar, Vila Gouveia, 17 Maio 1885.

²⁵³ Andrada, *Changamira*, 3.

²⁵⁴ AHU Pasta 10/2, Secretário Geral ao Ultramar, Moçambique, 21 Julho 1888.

²⁵⁵ AHU Pasta 10/2, Ferreira ao Secretário Geral do Governador Geral, 1 Junho 1888.

²⁵⁶ Cunha, 'Primeira Companhia', XXII, 1905, 146; XIX, 1905, 79.

²⁵⁷ AMNE 'Paiva de Andrada', Andrada ao Ultramar, Chimoio 1 Abril 1889 'Sertões 23'.

²⁵⁸ Cunha, 'Primeira Companhia', XXXII, 1906, 94-5; XXXIV, 1906, 114-5.

²⁵⁹ Andrada, *Report and Protest*, 30-1; Cunha, 'Primeira Companhia', XXXIV, 1906, 114-5; AHM Governo Geral Cxa 48 M2 (1) 22 Rezende ao Governo de Manica, Andrada, 26 julho 1890; *Copia de Documentos Oficiais Trocados entre a Companhia de Moçambique e o Governo de Sua Magestade de 1888 a 1894* (Lisboa, 1894), Rezende ao Governo Geral, Andrada, 17 Setembro 1890, 85.

²⁶⁰ AHU Pasta 12/1, Rezende a Sarmento, Andrada, 10 Outubro 1889; NAZ CT 1/2/2, 'Affidavit of T. Madden', Cape Town, 15 Junho 1894.

²⁶¹ 200 mantas por ano.

²⁶² Os estudos existentes sobre a concessão de Benigfield, especialmente o de W. M. Taylor, *Jojo*, tendem a concentrar-se ou sobre Barwe ou sobre Manyika. Parece que necessitamos de um estudo que cubra ambos.

²⁶³ *Dictionary of South African Biography III*, ed. W.J. de Kock, (HSRC, Cape Town, 1968), 58-9.

²⁶⁴ AHM Governo Geral, Cxa 38 M1 (6), Rodrigues ao Governo Geral, Save, 17 Julho 1889.

²⁶⁵ AHU Pasta 12/1, Rezende a Sarmento, Andrada, 10 Outubro 1889 e G. Wise e T. Madden a Rezende, Macequece, 9 Outubro 1889.

²⁶⁶ NAZ CT 1/2/1-4 *passim*; Keppel-Jones, *Rhodes and Rhodesia*, 200-4.

²⁶⁷ Hammond, *Portugal and Africa*, 141.

²⁶⁸ Ver acima nota 238.

²⁶⁹ Axelson, *Portugal and the Scramble*, 232-42.

²⁷⁰ Andrada, *Manica...report*, 6-7.

²⁷¹ Andrada, *Report and Protest*, 22-3.

²⁷² NAZ, CT 1.12/8, A.R. Colquhoun ao Secretário, Kimberley, Mafamba Busuko's, 21 Setembro 1890, F.W. Forbes ao Administrador, Umtassa, 13 e 15 Novembro 1890, Massikessi 19 Novembro 1890. Contudo, parece que os homens de Forbes acreditavam genuinamente terem entrado em Bingahuru apesar de Mutasa, e não por causa dele: 'Extracts from the South African Letters and diaries of Victor Morier, 1890-91', ed. P. R. Warhurst, *Rhodesiana*, XIII, 1965, 19-20.

²⁷³ AHM Governador de Manica Cxa 1 M2 (28) Lino Jeronymo ao Sargento, Andrada, 18 Novembro 1890.

²⁷⁴ NAZ CT 1/11/1/8 Colonial Office to BSAC, Londres 2 Março 1894. Em 1889 os governantes de Teve estavam também desejosos de obter a protecção da Companhia de Moçambique: Cunha, 'Primeira Companhia', XXV, 1906, 8-9.

²⁷⁵ Axelson, *Portugal and the Scramble*, 267-97.

²⁷⁶ Hammond, *Portugal and Africa*, 136.

²⁷⁷ Encontrei inicialmente, em 1969-70, tradições orais sobre a expedição de 1889, e ao examinar as fontes da BSAC verifiquei que os britânicos tinham tido conhecimento dos tratados dos portugueses mas tinham impedido a sua divulgação. (Ver referências 182, 209, 212, 214-5, 222 acima). O 'Memorandum de Freitas' de 1890, que me foi facultado pelo Prof. P. R. Warhurst, revela o âmbito dos tratados de 1889. Até 1972 eu pensava que os portugueses tinham visitado todos os chefes citados, mas numa investigação preliminar feita nesse ano em Lisboa não consegui encontrar qualquer referência à expedição de Andrada para além de Mangwende. Conclui então que os seus tratados tinham resultado de visitas que os chefes Shona lhe tinham feito. (Hoje sabe-se que resultaram dos dois tipos de contactos). Outras tentativas de localizar os tratados de Andrada, em 1980 e 1984, fracassaram, mas Péliquier, em *Naissance*, II, p.425 cita o *Rose-Colored Map*, p. 164-6, de Nowell, que tinha utilizado alguns dos documentos em falta. É agora evidente que, depois de Axelson, Nowell e Stanislaus Mudenge (ver *A Political History of Munhumutapa c. 1400-1902*, publicado por Zimbabwe Publishing House, Harare, 1988, p. 370-3) terem visto cada um deles alguns dos diferentes documentos nos seus arquivos originais, esses documentos foram quase todos colocados numa nova Caixa intitulada 'Repartição Geral do Ultramar... Repartição-Moçambique... Paiva de Andrada- Expedições' nas três capilhas aqui mencionadas. Foi por acaso e com a ajuda de um empregado da AHU que encontrei essa caixa em 1988, e pude então articular o seu conteúdo com outras fontes, para produzir este trabalho.

BVUMBA - ESTADO PRÉ-COLONIAL SHONA EM MANICA, NA FRONTEIRA ENTRE MOÇAMBIQUE E O ZIMBABWE

J.H.Bannerman¹

1. Nota Introdutória

Para muitos zimbabweanos Bvumba (Vumba)² é a serra cheia de penhascos a sudeste de Mutare, conhecida pelas suas plantações de café e vistas panorâmicas sobre o território moçambicano. Do outro lado da fronteira, os moçambicanos associam a Bvumba a *serra Vumba*, que domina a cidade de Manica. Mas de facto Bvumba cobre uma área maior e foi nome de um velho reino Shona que existiu pelo menos desde o século XVII.³ Bvumba situava-se ao sul da cidade de Manica (e do velho estado Manyika), ao longo dos rios Munene e Revué. A leste, onde o rio Revué vira para sul, era este mesmo rio que formava a fronteira com Teve. A sul, a fronteira com Teve e com a chefatura de Mucimua (do totem [*mutiupu*]⁴ *shumba*) era o rio Zonué, e a oeste a fronteira com o território de Jindwe, de Zimunya, passava pelo cume da colina de Chikubvu, ao longo da divisão das águas entre os rios Zonué e Mpudzi, e seguia depois o rio Munene, a sudeste de Machipanda⁵ e como se vê no Mapa II.

Este artigo é o resultado preliminar de pesquisas no Distrito de Manica, na província do mesmo nome, feitas em 1991 e 1992. Algum trabalho foi também realizado no Distrito de Mutare, no Zimbabwe. Devido à situação de guerra e às deslocações da população o trabalho de campo não foi fácil. Agradecemos a ajuda recebida em Manica de representantes do Governo e diversos cidadãos⁶. No momento actual o estudo abrange apenas um certo período de um estado Shona único. É intenção do autor fazer deste trabalho parte de um estudo de história regional abrangendo os distritos de Manica, Sussundenga, Gondola (Chimoio), Nhamatanda e Doondo, em Moçambique, e partes dos distritos de Chimanimani, Mutare e Nyanga, no Zimbabwe.

2. Ecologia

Bvumba pode ser dividido em três zonas ecológicas, nomeadamente (a) uma zona montanhosa nos vales superiores do rio Zonué e seus afluentes, os mais importantes dos quais são os rios Nzombe, Zawa, Hunga e Nyamataka; (b) a zona do vale largo, incluindo a margem sul do vale do rio Munene e o vale inferior de Nyamataka-Burma, formando ambos bacias escavadas nas montanhas escarpadas da zona fronteiriça; e finalmente (c) a zona de florestas de savana⁷, no triângulo entre os rios Zonué e Revué.⁸

A zona montanhosa esteve originalmente coberta de florestas sempre-verdes de montanha. No entanto, na sua maior parte foram derrubada pelos 2000 anos de presença de agricultores da Idade do Ferro e substituídas por vários tipos de floresta secundária, arbustos, árvores raquíticas e pradarias. As únicas florestas primárias encontram-se provavelmente na floresta de Bunga e em pequenas manchas de floresta nas montanhas de Zonhwe/Ndirondongue. Em tempor recuados estas matas teriam coberto áreas bem mais vastas. Esta zona é, em geral, caracterizada por solos bem drenados e de baixa fertilidade, com uma pluviosidade de até 2000 mm por ano.

O vale largo constitui a zona mais fértil de todas, com largas áreas de solos aluviais e numerosos cursos de água que permitem a irrigação. As florestas de savana são a zona menos fértil, com solos arenosos mal drenados e sujeitos a inundações. Nos dois últimos casos a pluviosidade situa-se entre os 1000 e 2000 mm. Ambas as zonas estão sujeitas a invasões de mosca tse-tse.⁹

3. Elementos da História Oral de Bvumba, ca.1500/1600-1833

3.1. A tradição oral e as balizas cronológicas

De acordo com a tradição oral recolhida no Distrito de Manica, os primeiros homens a chegar a Bvumba faziam parte de um grupo dirigido por Nengomasha e vieram da zona de Chipinge (ao sul). Os seus chefes eram do *mutupu dziva* (ou lagoa), e do sub-totem (*chidau zambiri*) (ou iguana). Indicam ser descendentes da dinastia de Musikavanhu de Chipinge, que pertence, também, como eles, ao *mutupu dziva*.¹⁰ Chegaram a Bvumba à cerca de doze gerações e reclamam que não vivia ninguém na zona quando chegaram. Mas, como indicámos acima, existem dados ecológicos e arqueológicos que

confirmam ocupações anteriores.¹¹ A dinastia de Nengomasha controlava o culto de solicitação da chuva e nunca pediu a outros que trouxessem a chuva. Muitos grupos vizinhos se dirigiam a eles pedindo chuva, abordando os seus antepassados com ofertas de cereais. As cerimónias do culto da chuva tinham lugar na bacia superior do rio Chitewe, entre a Missão da Jécua e a secção Mapoff da plantação de mimosas (ou acáias australianas conhecidas por *wattle*). Diz-se igualmente que Nengomasha construiu um *zimbabwe* de pedra perto da nascente do rio Nzomba. Tal lugar não foi ainda localizado mas poder-se-á encontrar perto da confluência dos rios Nzombe e Zawa. Ali se terá situado a primeira povoação de Nengomasha em Bvumba.

Como referimos acima, o povo de Nengomasha diz que doze gerações passaram desde que o fundador chegou a Bvumba, e que a sucessão era de pai para filho. Assumindo que uma geração Shona poderá ter durado entre os 23 e os 60 anos, sendo 42 anos uma média aceitável, a dinastia de Nengomasha poderá ter chegado por volta de 1500.¹²

Também segundo as tradições de Nengomasha, foi durante o governo do sétimo Nengomasha, Sakavana, que o primeiro chefe dos Chirara chegou a Bvumba. Sabemos por uma fonte portuguesa que a dinastia Chirara governava já por volta de 1644. Essa fonte, que refere "Macome, da Vumba" ("Macone de Vumba"?) como uma "província" de Teve, é o *Acto de Vassalagem do Rei de Quiteve*, datada de 23 de Outubro de 1644.¹³ O nome de "Macone de Vumba" pode-se explicar pelo facto de que a dinastia de Chirara descendia dos Makoni de Maungwe. (Maungwe é um estado Shona a noroeste de Vumba e Manyika). Assim, o primeiro chefe Chirara poderá ter chegado na primeira metade do século XVII. Segundo uma fonte, ele terá sido um dos filhos mais novos de Makoni Muswere e terá governado cerca de 1625-1660. O seu *mutupu shonga* (búfalo) era o mesmo que o dos chefes Makoni.¹⁴

Tanto Chirara como Nengomasha dizem que Chirara ou Tondore chegou com o seu irmão Jécua a fim de caçar elefantes em Bvumba. Nengomasha deu aos dois irmãos um lugar para ficar, no vale do rio Nzombe, enquanto eles quisessem caçar elefantes. No entanto, eles tinham desígnios de índole territorial e ludibriaram Nengomasha por duas vezes, o que facilitou a subida de Chirara ao poder. O primeiro estratagema consistiu em persuadir Nengomasha de que os seus filhos estariam a planejar atentados contra a sua vida,

que estavam a interferir com as suas mulheres e que ele devia matá-los. Ele assim fez. Isso teve o efeito de reduzir os efectivos da gente de Nengomasha, enquanto que a de Chirara aumentava. (Uma das mulheres de Nengomasha fugiu com um filho seu e assim preservou a dinastia). O segundo estratagema consistiu em Chirara ter entregue a Nengomasha o dente superior de um elefante morto em vez do dente inferior (o chamado *dente da terra*). Assim mostrava que já se havia tornado chefe de Bvumba. Estes mitos de fundação referem-se ao processo histórico pelo qual Chirara conseguiu controlar o território de Bvumba.

3.2. Estrutura Administrativa do Estado de Chirara (cf. Mapa II)

A dinastia de Nengomasha permaneceu em Bvumba como chefe subordinada a Chirara, nos vales superiores de Zonué e Nzombe, e perto da zona montanhosa de Zohwe/Ndirondongue. Makute e Bepete, parentes de Nengomasha, foram ainda reconhecidos como chefes subordinados deste último.¹⁵

Os chefes Chirara estabeleceram sub-chefes da sua própria linhagem em todo o território de Bvumba. Machemu controlava a área perto da colina de Chinhumutume; perto do rio Zonué, a leste da fronteira do Zimbabwe; Maconhe governou a área perto da actual Missão da Jécua; Mbova a área perto do *posto de controlo* da estrada de Chimoio; Chimbona a área perto da confluência dos rios Nhauaca e Revué; Tsonai estava na área de Tandara; Chapoachaipa na de Rozenda, no vale do rio Nzombe, no Zimbabwe; Mambondiani governava o vale superior do rio Hunga; Muchinjikwa a área da actual cidade de Manica; Gwangwara localizava-se perto da montanha Nhura, no Zimbabwe (também conhecida por Funeral Hill); Chisuco estava em Nhampangwa, no vale superior do Zonué, no Zimbabwe; e Chakanukwa na cadeia de montanhas entre Cloudlands e Castle Beacon, no Zimbabwe; quanto ao próprio Chirara, parece ter controlado o vale do Nzombe, entre Chinhambudzi, o vale do Zawa e a montanha de Maramba, na Serra Vumba; Buta Tsere controlava as terras em redor das colinas de Manhene, no vale inferior do Nzombe; e Vumbamareiro a área em volta da montanha Vumbamareiro e os outeiros de Deteza.

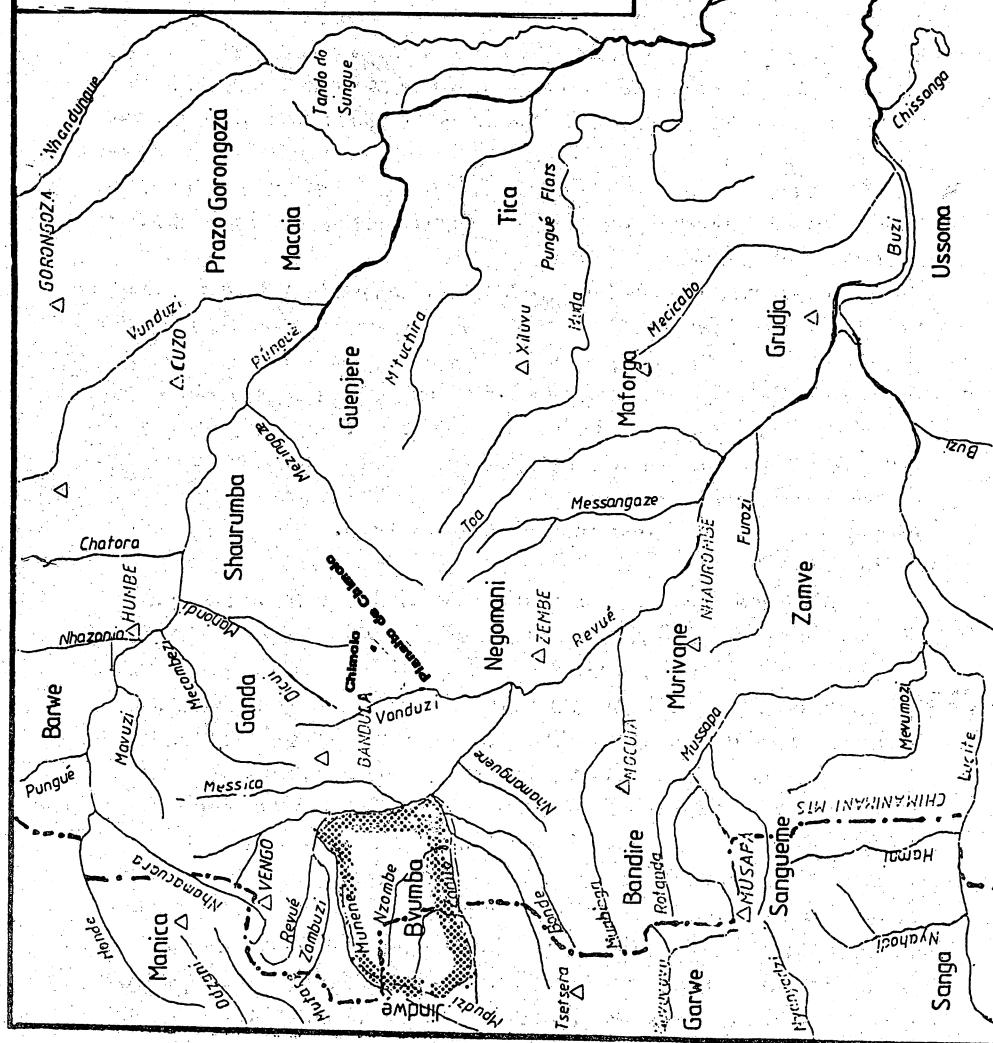
Além dos subchefes descendentes de Nengomasha (e portanto da sua linhagem e *mutupu shonga*), havia vários outros subchefes de linhagens diferentes que controlavam partes de Bvumba, sob a autoridade de Chirara. Era eles Samangande, do totem (*mutupu*) *soko*

(macaco), que vivia perto da estação dos C.F.M. em Vumba; Ndepvu, dos *soko/pfene*, que vivia na Serra Vumba perto da divisão de águas entre os rios Nzombe e Munene, perto da moderna aldeia de Vista Alegre (a gente de Ndepvu diz que veio de Mbire); Zindoga vivia perto de Nhamajecha (Quinta Rosa), pertencia ao *mutupu ngara*, ou porco-espínho, e era "genro" de Chirara; Chiwiji, do totem *soko*, ou macaco, governava o vale de Nyamakuyu, em Moçambique e Zimbabwe, ao longo do rio Munene (a margem esquerda do Nyamakuyu era parte de Jindwi, sob a autoridade do subchefe Gombokombo de Zimunya); Maoio, do *mutupu humba*, ou porco-silvestre, governava no vale central do rio Nhaucaca; Chinaca, do totam *ngara*, ou porco-espínho, governava o ângulo entre os rios Nzonué e Nzombe; e Mandhomboli, também do totem *ngara*, governava o vale do rio Hunga, no Zimbabwe.¹⁶ As terras entre os rios Nhamataka e Zonué estavam ultimamente sob controlo da linhagem Mutoro, do *mutupu ishwa*, ou formiga-brava, que emigraram de Sangueme para esta área provavelmente no tempo das invasões dos Nguni de Gaza, na primeira metade do século XIX. É possível que tenha havido um chefe Kaswa na parte norte do vale do rio Nhamataka.¹⁷

3.3. *O Conteúdo das Fontes Escritas: Estados Shona, Feiras e Minas*

O nome de Vumba, Bvumba ou Umba, aparece pela primeira vez na documentação portuguesa sobre o reino de Manica na primeira metade do século XVII. É descrito ou como parte de Manica, uma província de Teve, ou simplesmente como território ao sul de Manica.¹⁸ Esta última caracterização é provavelmente a mais correcta porque a gente de Chirara nega que Bvumba em tempo algum tivesse feito parte de Manica ou de Teve. Foi aproximadamente nesta altura que os portugueses estabeleceram uma *feira*, ou mercado, em Bvumba, onde comerciavam com a população local a quem chamavam de *Avumbas*. Em 1631 foi referido que havia dez portugueses a residir na feira, e que tinha sido construída uma igreja. Faltava, no entanto, um padre.¹⁹ Em 1635, Pedro Barreto de Rezende referiu que Bvumba era o principal mercado dos portugueses e cristãos de Sofala, que devem ter viajado para Bvumba através de Teve, em contraste com os portugueses de Rios de Sena, que controlavam o comércio com o reino de Manica.²⁰

Mapa I BYUMBA E VIZINHOS



Em várias ocasiões a feira de Bvumba foi utilizada para retiradas estratégicas quando as relações entre eles e as dinastias de Chicanga e Mutasa se tornaram tensas demais para que pudessem continuar a residir nas feiras de Chipangura ou Macequece, junto à confluência dos rios Mucurumazi e Revué. As feiras de Macequece (ou Masekesa, do nome da *Bauhinia thonningii*, uma das principais espécies de árvores na zona da feira) e Bvumba eram, provavelmente, apenas duas de cerca das cinco feiras utilizadas nos territórios de Manica e Mutare. As outras localizavam-se em Matuca, no vale do rio Mutare, no Zimbabwe; Aruangwa ou Humbe, sobre o rio Pungué, no caminho para Gorongosa e Sena; e um estabelecimento sem nome no rio Muza, perto da sua confluência com o Chimeza. É muito provável que as feiras não operassem todas ao mesmo tempo. Por exemplo, Aruangwa era geralmente utilizada pelos portugueses quando não se queriam servir da feira de Macequece, no final do século XVIII, e a feira de Vumba está ligada a portugueses que não queriam ou não podiam servir-se de Macequece, como indicado por Rezende (ver acima).²¹

Com excepção da feira de Macequece, nenhuma das feiras de Manica foi identificada no terreno, com excepção talvez da feira do rio Muza.²² A localização da feira de Bvumba é incerta. Segundo uma tradição, havia uma velha estação comercial portuguesa situada ao sul da aldeia de Chirara, em Dowe, mais antiga que Macequece (!) e onde se teria comerciado ouro, açúcar e arroz. No entanto, esta estação ainda não foi visitada. Poderá também tratar-se de um estabelecimento português mais recente, de finais do século XIX ou inícios do século XX.²³

Bvumba não é uma região tão rica em minerais quanto Manica. No entanto, lavava-se ouro aluvial ao longo do rio Munene, e pessoas de Bvumba viajavam para Manica (Manyika), onde obtinham licença para lavar ouro nos rios Revué e Nhamacuarara.²⁴ Na margem sul do vale do rio Munene, em Bvumba, existem também ocorrências de rocha de serpentina associadas à cintura de ouro, e existem tradições sobre actividades mineiras na Serra de Vumba e no rio Chiteve superior, perto da fronteira com o Zimbabwe. Isidoro Correia Pereira indicou em 1857 que na "localidade de Munene", em Bvumba, havia uma mina de "40 léguas de extensão" descoberta por Tatanhe por volta de 1500, com "abundância de minério incerta", e trabalhanda por *Avumbas*. Esta informação exagera a extensão de qualquer zona de mineração aluvial que possa ter existido no vale do

rio Munene, visto que, de leste para oeste, a extensão de Vumba ao longo do rio Munene é de apenas cerca de 40-50 km.²⁵ Tatanhe pode ser identificado como fazendo parte da genealogia dos chefes Chirara.²⁶ É possível ter havido alguma confusão sobre os limites geográficos de Manica e Bvumba, ou até entre Manica e Teve/Bandire. As minas mais setentrionais de Bandire situavam-se provavelmente a apenas cerca de 20 km ao sul do rio Zonué, no limite meridional de Bvumba.

As fontes portuguesas dos séculos XVIII e XIX revelam que os portugueses obtiveram frequentemente as suas provisões de cereais em Bvumba, e parece que ocasionalmente ocorreram défices de comida em Manica e que Bvumba se aproveitava dessa situação. Como o sul de Manica é bastante fértil e como há ali numerosas áreas com um solo vermelho bastante rico, conhecido por *jiho*, e grandes áreas de fácil irrigação a partir dos numerosos riachos que abundam na zona, as razões de tal fenómeno não se compreendem cabalmente. Estas zonas férteis existiam dos dois lados da fronteira internacional, embora o lado zimbabweano seja mais seco. Excluindo o vale do rio Munene, a maior parte de Bvumba tem solos pouco férteis, incapazes de sustentar uma produção agrícola por períodos longos sem adubação artificial. É de referir, no entanto, que todo o território de Bvumba recebe mais de 1000 mm de chuva por ano e que, em última análise, na produção alimentar a chuva é o factor mais crítico.²⁷

4. História Política e Cerimonial de Sucessão no Século XIX

4.1. *Fragmentos da História Política*

São poucas as referências a Bvumba no século XIX. Os portugueses da feira de Macequece refugiaram-se ali por ocasião de uma guerra civil em Manica. Mas em 1833 o chefe Chirara de Bvumba fechou o seu reino aos comerciantes portugueses. Embora recebesse já *saguates* (presentes) quando aqueles entravam em Bvumba, parece que o chefe também queria o *bingo* (tributo).²⁸ Não são claras as razões de tal pretensão. É possível que os portugueses não tivessem pago o *saguate* ou, então, que o chefe quisesse recuperar gastos feitos com os Nguni Maseko ou Nqaba Msane, que também exigiam tributos. Os *mfecane*, que haveriam de resultar no abandono da feira de Macequece e, mais tarde, em 1835, do forte português do Pungué, haviam também chegado a esta zona.²⁹

Mais tarde Bvumba envolveu-se em hostilidades com Manica, quando Mutasa Matida interferiu na guerra de sucessão em Maungwe. Parece que Bvumba se teria aliado a Zimunya de Jindwe na luta contra Manica, e os guerreiros Bvumba e Jindwe foram expulsos de Manica em 1845. É bem possível que Bvumba estivesse envolvido em outras lutas com Manica e que tenha sido aliado de Maungwe nas guerras entre este e Manica na segunda metade do século XIX, tendo em consideração o parentesco entre as dinastias de Chirara e Maungwe.³⁰ No entanto a população de Chirara não recorda estes factos.

Bvumba esteve sujeito aos Nguni de Gaza e a população recorda que Ngungunyane recrutava soldados entre a população. Em certas ocasiões foram também vítimas de razias, mas nem sempre os de Gaza levaram a melhor, como narra a história seguinte. Certa vez um exército de Gaza aproximava-se de Jécua e a população recebeu aviso prévio através de sinais de fogo. As pessoas cozinharam então alguns tubérculos venenosos chamados *muzongo*, que são muito parecidos com os *madhumbe* ou inhames, e abandonaram-os em cima de umas rochas planas por detrás da actual Missão da Jécua, e foram esconder-se por detrás de uns outeiros. Quando os Nguni de Gaza chegaram viram o que lhes pareceu serem inhames, que comeram antes de continuar caminho. Após cerca de dois quilómetros chegaram a um outeiro onde morreram todos devido ao veneno dos *muzongos*. Esta área ainda hoje se chama Muzongo.³¹

4.2. Cerimonial de Instalação de um Chefe no Século XIX

Uma descrição da sucessão do Chirara "Umterazhl" (Mutrage nas fontes portuguesas) levada a cabo por duas testemunhas oculares revela a importância da cerimónia para o povo de Bvumba e para a dinastia Chirara. A coroação de Mutrage teve lugar aproximadamente em 1898 e as duas testemunhas descreveram-na depois a R. Grose, um dos primeiros农夫 europeus de Bvumba, no lado zimbabweano da fronteira.

No cume do monte Maramba, da Serra Vumba, existe uma mata sagrada de cerca de 2,5 ha. Nela existe uma fonte de água que cai de uma pedra para um tanque natural, uma pequena lagoa chamada *Che-aridze*. A mata era protegida pelos chefes de Chirara porque nela se realizavam as cerimónias de coroação e se faziam as ofertas aos antepassados em tempos de seca. Vale a pena transcrevermos a descrição de Grose:

"As festividades de coroação exigem que milhares de nativos sejam alimentados durante duas semanas inteiras, e quando um chefe conseguiu reunir fundos suficientes para tal envia mensageiros a anunciar que a cerimónia vai ter lugar no dia de lua cheia desse mês. Escolhe-se o tempo de lua cheia porque nesse tempo era mais fácil proteger o chefe contra ataques. Desde o início até ao fim da cerimónia é da máxima importância que nenhuma ferida ou arranhão lhe sejam infligidos, especialmente pelo herdeiro. Se caísse uma única gota de sangue ele seria imediatamente eliminado. Acredita-se que tal seria sinal de que ele viria a ser um chefe sangrento, que teriam lugar guerras, assassinatos e derramamento de sangue, e que portanto ele seria inapto para o governo. Na manhã antes da lua cheia milhares de pessoas, usando as suas melhores vestes, reunem-se nos limites da floresta esperando pelo chefe. Na alvorada, alguns dos guarda-costas são mandados controlar a água do tanque natural, para ver se existem ali pontas de seta ou de azagaia deixadas por alguém com má intenção. Quando os guarda-costas informam que tudo está em ordem, o chefe é escoltado para a margem da lagoa, tomando assento numa rocha grande, do tamanho de uma pessoa e chata no topo.

Entretanto a população entra na floresta e aglomera-se num grande semi-círculo em volta do tanque. Entretanto a mulher preferida do chefe é trazida, tomando assento numa rocha a seu lado. Um rapaz de cerca de 14 anos avança e, num rápido movimento, apanha a pequena tanga, que é a única coisa que o chefe traz vestida, e atira-a à sua mulher. Depois toma a mão do chefe e diz-lhe que se levante. O rapaz é imediatamente afastado pelos guarda-costas pois nunca mais deverá voltar a olhar para o chefe. Se tal acontecer o chefe perde o poder de governar. Depois a mulher do chefe avança para a frente do seu senhor e este monta nas suas costas. Ela transporta-o então para a margem do tanque e atira-o para a água, que tem apenas três pés de profundidade. Depois ela entra também e deita-se a seu lado. O tocador do tambor percute um dum-dum monótono, com alguns toques mais leves pelo meio, e canta:

Male musinda watenda, ho, ho!
Mambo musa ngwendu, ho, ho!

Seguem-se a unção ou aplicação de um líquido, a coroação e a investidura. Primeiro a rainha entorna um pequeno pote de cerveja na cabeça do rei. Depois coroa-o com um boné de *chiremba*, feito de algodão branco e preto e com patilhas a cobrir as orelhas. Depois coloca-lhe um vestido e finalmente toma o seu arco, estica a corda e entrega-lho. Nesta fase, o seu papel acaba ali e a rainha retira-se.

Depois o chefe coloca uma seta no seu arco e atira-a sobre as cabeças das pessoas. Feito isto a população abre um espaço no caminho seguido pela seta, formando-se um corredor no qual ele dança. Voltando à pedra, o chefe levanta a mão para impôr silêncio. Quando toda a gente se calou ele afirma em voz alta: *Eu sou Rei!*... Todo o seu povo desfila depois ao pé de si, cada um colocando uma pequena oferenda a seus pés e dizendo: *Você é Rei... eu vou ser um súbdito leal.*

Depois de o terem homenageado desta maneira, o chefe é escoltado em procissão para o local por ele escolhido para a sua aldeia. O tambor abre o

caminho, os guarda-costas situam-se à frente e atrás do chefe. O povo fecha o cortejo. Os parentes vão na retaguarda porque são mantidos afastados durante todo o procedimento. De outra forma poderiam prejudicar o chefe.

Quando se chega ao lugar da aldeia o chefe e a sua rainha são colocados numa esteira, e em volta deles constrói-se o *palácio*, uma palhota de pau-a-pique sem portas nem janelas. Esta é feita rapidamente, e quando está concluída constrói-se o resto da aldeia. Tudo tem que ficar pronto no mesmo dia. Na primeira noite guarda-se com cuidado a palhota do chefe, e na manhã seguinte os sub-chefes arranjam-lhe um trono, cá fora. Este consiste em duas pedras rasas, uma para se sentar e outra para apoiar as costas.

Depois faz-se uma abertura na palhota, o chefe sai e é sentado no seu trono. A população reúne-se outra vez, senta-se no chão e bate palmas para aclamar a grande ocasião. Entretanto os homens velhos e sábios lançam-lhe inúmeras imprecações pois isso dar-lhe-á coragem e força para governar.

Depois, a rainha avança com uma grande panela de cerveja [tradicional] e senta-se com ela ao colo. Ela prova a cerveja e depois o rei bebe à saúde de todos. Este é o sinal para o começo da grande festa. Abate-se um grande número de bois e cabritos e traz-se a cerveja previamente preparada em grandes quantidades. Durante dez ou mais dias os súbditos do chefe comem e bebem até não poder mais, em sua honra. O chefe é mantido sob cuidadosa protecção até ao fim da festa. Com uma sessão final de bebida de cerveja conclui-se a festa. Depois o rei inicia a rotina do governo e a população prossegue a sua vida normal.

Não é provável que semelhante cerimónia se volte a repetir. Nenhum chefe consegue acumular riqueza suficiente nos seus dias para providenciar o querido e liberal entretenimento".³²

Havia outros lugares importantes em Bvumba, onde se organizavam as cerimónias para pedir chuva, especialmente na área do sub-chefe Tsonai. A elas assistiam o Chirara e restantes sub-chefes. No território de Tsonai havia um local chamado Machanjanja, reservado pelos antepassados da dinastia Chirara para tais cerimónias. Só os anciãos da dinastia podiam presenciar tais ritos.³³

5. Elementos da História no Período Colonial

Após a definição das esferas de influência, em 1891, e a demarcação da fronteira, em 1897, Bvumba ficou dividido entre Moçambique e o Zimbábwe.³⁴ Três quartos do território, incluindo o "coração" do reino, em redor da Serra Vumba, e a aldeia de Chirara, ficaram em Moçambique. Os vales superiores dos rios Nzombe, Zonué e Nhamataka ficaram na zona britânica, tornando-se, portanto, parte da colónia da Rodésia do Sul e, subsequentemente, do Zimbábwe. Todas as terras do lado zimbabweano da fronteira foram alienadas,

tornando-se farmas e plantações florestais, se bem que grande parte da população ficasse a viver ali até depois da Segunda Guerra Mundial, e em alguns casos até bem mais tarde. Muitas das farmas haviam sido demarcadas antes da delimitação da fronteira e, assim, as farmas Strovans, Bellview, Homestead, Border, Ballydermot e Balgredie, acabaram por ter parcelas dos dois lados da fronteira internacional.³⁵ Além disso, do lado rodesiano havia ainda dezanove outras farmas que mais tarde foram subdivididas. A população Bvumba da zona rodesiana estava inicialmente sujeita ao chefe Zimunya de Jindwi, mas em 1931 recebeu um *headman* (chefe) próprio, devido ao número de contribuintes, que pagavam anualmente cerca de 374 libras esterlinas ao erário rodesiano.³⁶

Uma parte do restante território moçambicano de Bvumba, no vale do rio Munene, foi aforada a privados pelos portugueses, dessa maneira alienada aos ocupantes originais. No entanto, uma parte relativamente importante de Bvumba foi tornada reserva indígena em 1926.³⁷ Manica, que era para os portugueses uma "circunscrição de fronteira", foi menos afectada por recrutamentos para o *chibalo* e culturas forçadas. Para evitar fugas, como por exemplo as ocorridas em 1908 em Manica, no território de Mutasa,³⁸ o poder colonial - tanto a Companhia de Moçambique como, depois de 1942, o governo do Estado - evitava pressões sobre a população. Isso, aliado à existência de uma reserva, permitiu o surgimento de agricultores africanos que conseguiam sustentar as famílias sem ter que recorrer ao trabalho assalariado. Segundo as indicações do prático agrícola estacionado na Missão da Jécua, em 1953 estavam registados 593 agricultores africanos de milho, 24 agricultores de trigo (em Mavita), e 53 agricultores de batata e hortícolas. Na sua maior parte residiam na área de Chirara.³⁹

A sede da circunscrição (hoje distrito) estava inicialmente estabelecida a norte do rio Revué, na área de Macequece/Andrade, perto da confluência dos rios Zambuzi e Revué, e não longe do Forte Macequece. Quando se decidiu escolher uma nova linha para o caminho-de-ferro da Beira através dos vales dos rios Munene e Sakubva, para reduzir os gradientes, Macequece foi transferido para a sua posição actual e recebeu o nome de Nova Macequece, que tornou a ser Macequece decorrido pouco tempo. Este nome foi mudado para Vila de Manica e, mais tarde, após a Independência, para Cidade de Manica. De facto, a actual cidade de Manica encontra-se em Bvumba, ao sul do rio Munene.

6. Sumário e Considerações Finais

O presente artigo sumariza alguns dados sobre o antigo estado de Bvumba, vizinho do antigo estado de Manica (Manyika) e da feira portuguesa que se localizou neste território. Com base em tradições orais e dados de correspondência portuguesa, tentámos estabelecer algumas balizas cronológicas. Citámos também um relato sobre cerimónias de sucessão em cerca de 1898. Num trabalho futuro esperamos vir a aprofundar certos aspectos da história económica, especialmente agrícola.

NOTAS

¹Nota do Tradutor: Manuscrito enviado pelo autor em Dezembro de 1992. Devido a problemas de correio não foi possível ao autor verificar a tradução e aprovar modificações editoriais, pelo que lhe apresentamos desde já as nossas desculpas por eventuais erros ou omissões. A fronteira internacional não constava nos mapas do autor e foi esboçada com base em mapas de outra escala, com curso de rios diferente, não sendo a indicação do seu percurso, portanto, muito rigorosa. Gerhard Liesegang traduziu e editou.

²Bvumba é a ortografia oficial no Zimbabwe, enquanto que Vumba é a designação ainda utilizada em Moçambique. Por vezes utilizei as duas ortografias, Bvumba para o estado e Vumba para a Serra. Empreguei Zonué, em vez de Zonwe, porque só uma parte deste rio se encontra no Zimbabwe. Utilizei a ortografia portuguesa de Manica, em vez do mais correcto Manyika, para evitar confusão.

³Acto de vassalagem do rei de Quiteve, de 23 de Outubro de 1644, impresso em "Memória e Documentos dos Direitos de Portugal aos Territórios de Mashona e Nyassa", Lisboa 1890, p.122, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Livro das Monções, folha 230. No caso de Bvumba a referência é a "Macome, da Vumba", o que pode indicar que o ramo de Chirara, da dinastia de Makoni, já se havia fixado em Bvumba nesta data.

⁴Totem é a tradução antropológica do termo Shona *mutupu*, que se refere a um clã exogâmico, geralmente designando um animal ou parte dele (p.e. *shonga*-búfalo, *moyo*-coração), mas incluindo também alguns ligados a *dziva*-lagoa. Uma lista dos principais totems encontra-se em D.N.Beach: *The Shona and Zimbabwe, 900-1850*, Gweru: Mambo Press (London: Heinemann), p.328-329.

⁵As antigas fronteiras de Bvumba foram indicadas de forma quase idêntica nas entrevistas dos grupos de Chirara e de Nengomasha. Ver entrevista com Chirara,

Julho de 1992; entrevista de grupo com António Kuta dos Muchangos, Marco Maswa Boco, Fifteen Jécua, no Gabinete de Muzongo, Julho de 1992; e Mwazwuvatignu Mutare Nengomasha, em Muzongo, Agosto de 1992. Mencionaram também a dinastia Mucimua (Musimwa?), do *mutupu shumba*, localizada a sul do rio Zonué, que se reclamava frente aos portugueses como Rozvi (Orobzui), dizendo-se outros aparentados com Mutasa. O seu vizinho a oeste era Mutambara, do *mutupu bonga*, ou gato bravo (observação pessoal). Ver ainda Conselho Executivo de Manica, Arquivo (a seguir abreviado para CEMA), B 12, datado de 29 de Agosto de 1947, ref.a 2.016/B12, Administrador para Direcção Provincial, Beira.

⁶A nossa profunda gratidão vai para o Administrador do Conselho Executivo da Cidade de Manica, e a todo o seu pessoal, que localizaram vários documentos sem os quais este artigo não poderia ter sido escrito. Gostaria também de agradecer a todos aqueles que, em Manica, deram apoio e encorajamento na preparação deste trabalho, especialmente os que vêm mencionados nas notas e que dispenderam o seu tempo nas entrevistas. Gostaria de agradecer também à Direcção Distrital de Educação e Cultura por ter permitido a utilização de cópias de entrevistas de grupo feitas por ela. Não foi ainda possível a consulta de material do Arquivo Histórico de Moçambique, e da principal documentação sobre o tema no National Archives of Zimbabwe.

⁷O *Atlas Geográfico de Moçambique*, Vol.I, 1986:18, caracteriza toda a zona como sendo de floresta aberta de miombo (miombo semi-decíduo de alta pluviosidade).

⁸O Distrito de Manica foi recentemente dividido em três zonas agro-ecológicas, simplificadas pelo autor: (Manica) Direcção Provincial de Agricultura, Projecto de Reconstrução Agrária de Manica, Área Piloto de Manica, Plano da Área, Maio de 1991. Com referência à vegetação secundária em Bvumba, beneficie da comunicação pessoal de Thom.Muller, do National Botanic Gardens de Harare, e numerosas observações pessoais. Os solos em redor de Deteza e Zonué são bastante arenosos, e a maior parte das espécies de árvores indicam solos hidromórficos e periodicamente saturados de água.

⁹A mosca tse-tse foi encontrada durante o ano passado na área de Nhaucaca, em Bvumba.

¹⁰J.K.Rennie estudou a dinastia Musikavanhu de Chipinge e concluiu que teve ligações com Khaini e Zimbabwe, sendo o seu fundador oriundo desta zona. Cf.J.K.Rennie, "From Zimbabwe to a Colonial Chieftaincy: Four Transformations of the Musikavanhu Territorial Raincult in Rhodesia. In J.M.Schoffeleers (ed.), *Guardians of the Land*. Gweru: Mambo Press, 1978.

¹¹As tradições orais do grupo de Nengomasha são muito interessantes, mas não deve ser esquecido que elas têm uma causa a defender. Eles pensam - e aqui

haverá talvez um equívoco - que foram despojados recentemente da chefia por portugueses e moçambicanos, e que essa é a razão porque perderam autoridade e terras. Poderá haver aí elementos de verdade mas o autor pensa que a tradição foi telescopada e que há uma confusão entre assuntos relativamente recentes com a conquista ou usurpação da chefia de Bvumba que se passou há mais de três séculos.

¹²É possível que a dinastia de Nengomasha tenha estado em Bvumba por um espaço de tempo considerável. Vivem presentemente a cerca de dez quilómetros da *Mutare Altar Site*, que foi datada de cerca de 1485 (cf. Huffman, em Beach, *The Shona*, p.325). É possível que tivessem estado ligados a esta estação, mas tal é especulativo e permanece por confirmar.

¹³*Memória e Documentos*, 1890: p.122 (cf. nota 3).

¹⁴No que toca às datações arqueológicas, ver D.N.Beach, *The Shona and Zimbabwe*, Gwero: Mambo Press, 1980, pp.330-331. Sobre Maungwe: D.P.Abraham, "The Principality of Maungwe: Its History and Traditions", *NADA* 28: pp.59-83, especialmente p.62.

¹⁵Entrevista Chirara (11/07/92); entrevista Nengomasha (Agosto 1992). Como acima referido, há muitas pessoas de Nengomasha que pensam que deviam ocupar a chefia de Bvumba e não Chirara. Não foram reconhecidos como régulos pelos portugueses no tempo colonial.

¹⁶As indicações sobre os territórios dos subchefes foram dadas na entrevista com Chirara, em Julho de 1992. Para o historiador, a distribuição de concentrações de chefes do mesmo *mutupu* no mapa indica áreas antigamente controladas por um chefe e seus subchefes. As origens das concentrações dos chefes *Ngara* e *Soko* ainda não foram esclarecidas.

¹⁷Observação pessoal e discussão com um farmeiro local, em referência a Kaswa. Há ainda uma ligação nítida entre Mutore e Chikukwa.

¹⁸Arq. de Goa, Panaji, Livro das Monções, Vol.49, fols.328-329, Caetano de Mello e Castro ao Vice-Rei, Sena, 26-6-1648. Mello e Castro propôs a fixação de um grande número de portugueses em Bvumba. Ver ainda Fr.Filipe de Assumpção, "Brevé informação dos Rios de Cuama" (ca.1698), Biblioteca da Ajuda, Lisboa, 51-VIII-40.

¹⁹Theal, *Records of South Eastern Africa*, Vol.II (Londres 1898, reprint: Cape Town: Struik, 1964), p.435. Autor Anónimo, "Ethiopia Oriental" (em italiano), 1631.

²⁰Extracto do livro de Pedro B.Rezende (ca.1635) em Theal, *Records of South Eastern Africa*, Vol.II (Londres 1898), p.388. Barreto caracteriza Vumba como

"paragem", "mina", e insiste que não havia "forte nenhum".

²¹H.H.K.Bhila, *Trade and Politics in a Shona Kingdom: The Manyika and their African and Portuguese Neighbours, 1505-1902*. London: Longman, pp.197-200.

²²V. "Variedades" - Como se estabeleceu em África a Primeira Companhia de Moçambique (subsídios à história)", em: *Revista de Manica e Sofala*, 1a.Série, no.12 (Feb.1905). Rezende, o substituto de Paiva de Andrada, encontrou o que parecia um velho forte na margem do rio Muza, onde o atravessaram no caminho pelo monte Humbe para Macequece, por alturas do Natal de 1888. (Agradeço ao Prof.D.Beach a indicação desta fonte).

²³Informação de Paul Ndebu. Ndebu não confundia estas ruínas com a velha Colónia Militar de Vumba, na Serra Vumba e perto do Pico Marombe. Uma nota sobre a localização das feiras e inspecções de campo estão em preparação.

²⁴Entrevista Nengomasha. Ver também Anónimo: "Descrição Corográfica do Reino de Manhica, seus costumes e leis" (ca.1780). Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Moç., Cx.17.

²⁵I.Correia Pereira: "Mappa das minas no distrito de Sena", *Anaes do Conselho Ultramarino, Parte Não Oficial*, II (1861), pp.186-187, datado de Sena, 30/07/1857. Uma légua é a distância que se pode percorrer numa hora, na prática cerca de 2-4 km. Pereira dá como distância de Bvumba para Sena 160 léguas. Ein linha recta tal distância é de 300 km.

²⁶I.Correia Pereira, *op.cit.*, p.187. Uma pequena genealogia da dinastia de Chirara existe no arquivo do Conselho Executivo de Manica. Proc.B12, Adm.Manica à Dir.Prov.Beira, 2.0.16/B12, de 29 de Setembro de 1947, resposta à circular 5.198/B12, de 13 de Agosto de 1947.

²⁷Os solos argilosos da cintura de ouro de Manica são bastante férteis e podem ser utilizados na agricultura camponesa com pouca adubação ou pousios muito curtos. Os solos de Bvumba são geralmente derivados de granitos e gneiss, e altamente lexiados, e só podem ser cultivados por poucos anos, exigindo depois um pousio de muitos anos. Tanto Manica como Bvumba se encontram em zona de alta pluviosidade (entre 1000 e 2000 mm).

²⁸Bhila, *Trade and Politics*, pp.197-200.

²⁹Inf. G. Liesegang.

³⁰Bhila, *Trade and Politics*, pp.197-200.

³¹Entrevista de grupo registada pela Direcção Provincial de Educação e Cultura em Muzongo, s/d mas cerca de 1989.

³²R.Grose (incluído em Mrs.C.Martin: "The Crowning of the Cherrera Chiefs", in *Transactions of the Rhodesia Scientific Association*, Vol.XXXVI, Dez.1938, pp.165-167.

³³Entrevista da DDEC em Messica, 1989, com Tassarima Tsonai, Moisés Apeno Salomão, Magu Ferrão, Paul Mafuruca, André Raiva, Pedro Raisse, Munadetasémue, Lucas Sadzionho Tsonai, Zwendweg, Filipe Juga, Francisco Sampara, Funai Muzaeni, Armando Raice e Rosa Joni Chibuanda.

³⁴Sobre a partilha: P.Warhurst 1962, *Anglo-Portuguese Relations in South Central Africa, 1890-1900*, Londres: Royal Commonwealth Society; R.J.Hammond 1966, *Portugal and Africa 1815-1910: A Study of Uneconomic Imperialism*, Stanford U.P.; E.A.Axelson 1967, *Portugal and the Scramble for Africa 1875-1891*, Johannesburg: Witwatersrand U.P.. E para o texto do tratado e mapas: J.Almada 1943-44, *Tratados Aplicáveis ao Ultramar Coligidos e Anotados por...*, Lisboa (7 vols. e mapas).

³⁵Para as quintas dos dois lados da fronteira ver *Map Africa Series, 1:500.000, Southern Rhodesia, Geographical Section, General Staff, Produced for Surveyor General, Southern Rhodesia, drawn by Messrs. R.Phillips and Sons Ltd., London, and printed by War Office*. 1900.

³⁶National Archives of Zimbabwe, Harare, File S 1561/10/13, Estimates of Expenditure 1931/32, Appointment of a Headman of the Bvumba Country, Native Commissioner Umtali ao Chief Native Commissioner, Salisbury, 23-VIII-1931.

³⁷Ordem no.5.024, da Companhia de Moçambique, 20 de Abril de 1926, que segundo uma citação feita em 4/09/1946, do Adm. de Manica, na nota 2.230/D27, para o Gov. da Beira, fixou as reservas de Manica e Moribane, incluindo "as terras compreendidas no distrito [de Manica] do régulo Chirara ao sul de Vumba até à fronteira da circunscrição". [N.do T.: A ordem foi publicada no *Boletim da Companhia de Moçambique* 1926, pp.128-131, e resultava de uma conferência de todos os administradores "sobre a actualização das reservas indígenas do território".]

³⁸Cerca de 1908 um régulo Mafufu e o seu povo (19 palhotas) passou para a Rodésia, porque Mutasa queria fazê-lo *sadunhu* em Honde ou Nhamucuara (CEMA, relatório anual 1909, recenseamento e arrolamento das palhotas e gado).

³⁹Relatório Anual 1953, de João Duarte Lourenço para a Repartição Provincial de Agricultura de Manica e Sofala, na Beira. Um dos monitores do prático agrícola Lourenço era Alberto Mlambo.

Entrevista com a Associação dos Antigos Combatentes de Tete:

UMA CONVERSA SOBRE A LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL NA FRENTES DE TETE

João Paulo Borges Coelho

Intervenientes:

Manuel Khosa (MK) - *2o. Sector, Destacamento de Vila Gamito*
Domingos Chaderekha (DC) - *1o. Sector, Centro Piloto Germinador*
Evenia Seven (ES) - *Comandante Sectorial do DF no 2o. Sector*
Aibaque Fungulani Chicadza (AC) - *4o. Sector*
Tadeu Makhaza (TM) - *Chefe de Operações do 2o. Sector*
Calulu Chilibuno (CC) - *1o. Sector*
Belina Pita Framenga (BF) - *3o. Sector*
Severiano António Chimuala (SAC) - *1o. Sector*
Dumbo Chinvuaca (DUC) - *1o. Sector*
Wilson Meque (WM) - *2o. Sector*
Basilio Moisés (BM) - *1o. Sector*

A guerra de libertação decorreu, em Tete, entre 1968 e 1974. Para a fazer, os guerrilheiros da força de libertação da Frelimo organizaram-se em quatro sectores, subdivididos em subsectores e controlados por destacamentos militares apoiados em bases (ver Mapa). A conversa que se segue decorreu na cidade de Tete em 14 de Julho de 1992, e trata de alguns desses aspectos, sem preocupações de muito rigor ou de exploração exaustiva dos temas apresentados. De facto, ela constitui um primeiro passo para uma colaboração entre a Associação dos Antigos Combatentes da Província de Tete e o Arquivo Histórico de Moçambique. Uma colaboração que, esperamos, virá a ser alargada a Associações de Antigos Combatentes de outras Províncias.

P - Não há muita informação sobre o caminho do Subsector, no Primeiro Sector, que foi um caminho também para a luta do Zimbabwe. Um caminho de passagem. Não sei se pode falar um pouco sobre isso.

SAC - Sobre este assunto, o Primeiro Sector realmente foi a porta principal para poder apoiar os irmãos zimbabweanos. O material [equipamento militar], sempre que chegasse tinha que entrar por Cassuende. De Cassuende sempre tínhamos que utilizar uma táctica para não fazer compreender os outros países ou outra população em como aquele material não é nosso. Então tivemos que fazer de conta que todo o material era nosso. E cá dentro fazíamos o seguinte, lá nos destacamentos ou nos distritos: quando chegasse o material, recebíamos as informações e nós nos distritos organizávamos a população para ir à fronteira em busca do material. E quando viesse o material, principalmente na parte do distrito do Zumbo, onde a via de acesso da travessia era mais fácil, então mandávamos atravessar o material para a outra margem. E quando chegasse lá, como fosse também um outro sector, o Terceiro Sector, o comandante do sector sabia como administrar aquele material para fazer chegar aos nossos companheiros zimbabweanos.

P - Ia até Mecumbura?

SAC - Ia até Mecumbura e a mais outras bases que eles, junto com a Frelimo, tinham organizado cá no nosso país para poder facilitar a entrada do material no Zimbabwe.

P - As bases eram juntas ou separadas?

SAC - A maior parte das bases eram juntas. Não houve nenhuma confusão. Eram juntas. Eles passavam no caminho. Quando vinham daquele lado dormiam nas nossas bases. Qualquer base nossa eles tinham acesso, mas não podiam viver assim isolados.

ES - Naquela zona de Chofombo vivíamos juntos. Na base Sengere também.

P - Isso já é o Sector, não é o Subsector, não é?

O SEGUNDO SECTOR DA FRELIMO

Destacamento	Zona	Comandante	Efec.	Missão
Chefe/Sector	Mepule	E.Campo	63	Coord.Sector. Bene-Tembué.
1	V.Gamito	I.Minga	60	Fronteira Vila Gamito.
2	Furancungo	A.Cambuco	51	Estradas de Furancungo.
3	Mange	S.Chissale	49	Condições travessia Zambezé.
4	Chiúta	R.Caliombe	25	Casula-Chiúta. Moatize.
5	Casula	A.Sambo	29	Furancungo-Casula-Chiúta.
6	Angónia	Ricardo	34	Furancungo-Dómè-Zóbuè.
7	Chintukula	Sambo		Segurança da Fronteira.
8	Chale	Machava		Transporte de material.
9	Zóbuè	A.Caminho	15	Zóbuè. Prep. 4o.Sector.
10	Matope	A.Maceuro		Casula-Furancungo-Angónia.
11	Ponde	C.Caphulica		Estrada Casula-Chiúta.
12	Zangaia	D.Deuja		Arredores de Tete.
13	M'tsizi	S.Gouveia	9	Base de treino.
14	Mavudzi			Moatize. Via férrea.
15	Maué			Tete-Casula, Moatize-Zóbuè.
Base Beira		F.Sande	20	Proteção da Base Sectorial.
Sereco		R.Banda		Unidade de Reconhecimento.
Sabotagem		H.L.Lipewa		Unidade de Sabotagem.
Saúde				Coordenação da Saúde.
Ed.Cultura				Coordenação da Educação.
Produção				Coordenação da Produção.

Fonte: Associação dos Antigos Combatentes de Tete; Batalhão de Caçadores 2895 (Furancungo),
Relatório de Informação 1/71, 1 de Maio de 1971.

SAC - É o Sector sim.

P - E a base Licacenge era Subsector...

SAC - Era Subsector sim.

P - E a base Luzina?

SAC - Luzina estava já na Marávia.

P - Já perto da base Central...

SAC - Sim.

P - Sobre esta parte das bases só poderemos avançar muito com mapas, para meter os destacamentos e as bases e os nomes. Mas entretanto talvez... histórias do Primeiro Sector, havemos de ter não é? Ou grandes combates, recordações. Ainda ontem estávamos a falar de algumas coisas. Não sei quem foi que falou de um grande ataque a Malvera (antiga Vila Gago Coutinho), que lhe chamou Vietnam.

ES - Sim, aquele ataque em que o Mabote teria prometido a morte do Cambange. Aquele em que fugiu o fotógrafo.

P - Não quer falar um pouco sobre isso?

ES - Quando foi primeiro o homem do reconhecimento, que era esse major Cambange, foi para lá mas parece que não conseguiu. Foi fazer o reconhecimento e veio dar a informação que "já reconheci. Tudo já está OK". Então quando nós saímos de Cassuende, quando chegámos a esse acampamento, com todo o grupo já organizado, quando chegámos ao acampamento...

P - Havia um quartel ali, não é [Vila Gago Coutinho]?

ES - Nós não tínhamos quartel, só tínhamos o nosso acampamento...

P - Mas eles...

ES - Eles tinham um quartel. Nós chegámos ali eram quase 15 horas. Então às 16 horas fugiu aquele senhor, o nosso fotógrafo. Foi para lá. Então, nem levou uns trinta minutos e vêm os aviões. Estavam já a começar a circular lá, a dar voltas para... quer dizer, quase que a fazer um tipo de desdobramento para vir atrás de nós. Então o chefe Lipula, que era o responsável das armas B11 [referidas na doc. colonial como foguetões de 122mm] (era o primeiro tiro para começar a disparar aquelas armas)... então nós percebemos que o nosso colega fugiu, era em 1973, então foi quando recuámos de novo para trás. Foi quando o Mabote se começou a zangar por causa do problema do reconhecimento. Então foi outro grupo, com o mesmo Cambange. Foram e então conseguiram. Saímos às cinco horas da madrugada, fomos lá, chegámos ao acampamento, fizemos o almoço, almoçámos. Então mandámos voltar a população. Só ficou o Destacamento Feminino e os soldados masculinos. Então saímos para nos aproximar da posição. O combate levou quase duas horas de tempo. Duas horas de tempo mas aí "choveu" bala!

P - Com armas pesadas...

ES - Com armas pesadas! B11! O primeiro tiro a começar com elas foi neste dia. O comandante dessas armas pesadas era o João Américo Mfumo, que era o responsável... Então fomos para lá, e eles, quando nós começámos a disparar, eles não responderam logo. Não responderam logo. Parece que foi uns dez minutos depois que eles começaram a responder ao fogo. Eles chegaram a acabar as munições deles, calaram-se (não sei se iam procurar outras munições) enquanto nós estávamos ainda a disparar. Como nós estávamos divididos em grupos, o grupo das armas pesadas e os grupos das outras armas, quando aqueles primeiros acabassem as balas então, em vez de ficarmos assim calados já os outros estavam a responder ao fogo. Para não dar tempo de carregar. Nesse dia houve grande ataque! E nós por acaso não tivemos muitos sacrificados. Houve, mas não eram muitos sacrificados.

P - Mas da primeira vez, apareceram aviões porque alguém "estragou"...

ES - Sim. Foi esse fotógrafo que nós levávamos. Porque como esse era grande combate, devia sair na história. Aquele era para ir filmar.

Filmar tudo, quase toda a história ia sair ali. Duas horas e meia de tempo! Então quando fugiu aquele senhor, foi-se entregar com a máquina e tudo. Quando foi para lá então eles ficaram já alertados. Mesmo se nós fomos da segunda vez é porque a vida de guerrilha é difícil. A posição é que tivemos que afastar um bocadinho da posição onde fugiu o nosso colega. Porque já sabiam. Então tivemos que tomar outra posição para poder conseguir. Mas daí também eles conheceram. Falaram sobre o ataque de Malwera. 1973. Depois desse ataque houve mais esse ataque de Chingozi, já no Segundo Sector.

P - Esse foi em 1973 também?

TM - Não esse foi em 1972. Primeiro o de Chingozi e segundo o de Malwera.

P - E esse de Chingozi ninguém participou aqui?

TM - Participei, como "chefe do caminho". Quando veio o grupo da campanha vieram à minha base, lá no Segundo Sector. Acampar para poder tomar posição. O plano era de atacarmos o aeroporto, Moatize assim como Tete.

ES - Era um grupo muito grande esse!

TM - Com essas armas que falámos...

P - Quantas pessoas?

TM - Umas duzentas e tal. O combate era dirigido pelo próprio general Sebastião Mabote. Ele é que estava a comandar este combate. Mandaram o falecido Dimaka para ir até lá à minha base...

P - A sua base ficava aonde?

TM - Ficava no Condezi, ali com o rio Revubué. Mas quando vi que era grupo grosso, não podíamos ficar na base. Tinhamos que sair da base, deixar, e ir arranjar um acampamento. Acampámos noutra base para receber os nossos companheiros para preparar e ir atacar Tete. Mas as montanhas de Moatize impediram de encontrar a cidade de Moatize. Começámos a atacar só Chingozi assim como Tete.

P - Em Chingozi houve aviões que ficaram destruídos?

MK - Alguns ficaram destruídos.

P - Com morteiros e...

TM - Tínhamos essas armas B11. E morteiros também, 82, 060, mais AKM e bazooka.

P - Eles falavam muito, parece que foi o Mabote que trouxe, esses foguetões de 122mm, chamavam foguetão...

ES - É esse, que chamavam "jacto do povo", é esse mesmo B11! Eles tinham medo porque nunca tinham ouvido. Esse foi o primeiro tiro.

TM - Tinha um som tipo avião a jacto, Mig, quando sair.

ES - Isso, parecia Mig quando o rocket saía...

P - E atingiram mesmo Tete nesse altura?

TM - Nessa altura não. Não conseguimos atingir. Só Chingozi é que foi atingido um pouco.

P - Foi uma surpresa...

MK - Eles até ficaram a tentar reagir. Atingimos um daqueles aviões que caiu. Eles tinham aqueles helicópteros para se poderem defender. Cairam alguns, dois ou três...

P - E depois a retirada? 250 pessoas...

TM - Nós retirámos.

P - Separaram-se?

TM - Não. Quando eles vieram e sentámos lá na base, planeámos. Podermos então andar toda a noite, andar todo o dia, chegarmos lá, começarmos o ataque as 16 horas. Às 18 horas, então, cessámos o fogo e começámos a recuar para podermos aproveitar toda a noite a

andar, sem dormir. Prevenir, porque tínhamos materiais pesados. Tínhamos também o Destacamento Feminino. Então já teríamos uma distância muito longa que eles não podiam nos perseguir. Mesmo se perseguissem havia já uma força pronta para poder defender a situação de trás, enquanto que estes estão a ir com o material.

ES - Os "donos da casa" iam defender aquela zona onde passaram os "hóspedes". Emboscados. Se eles vierem então ficam a lutar com os "donos da casa" enquanto o "hóspede" já foi.

TM - Quando viémos sofremos um pouco porque eu, de noite já não conseguia reconhecer o caminho. A zona pertencia a mim e eu fiquei já descontrolado. Não conhecia para onde ia. Tínhamos que nos dirigir a outra parte. O grupo começou então a dividir-se. Começaram a assobiar: psiu-psiu-psiu. E eu pá!... Já aí o Mabote começou a zangar-se: "Quem está a dirigir este caminho?" Disseram que é o Trinta. "Então esse está para nos vender, como é que é?!" Ficou chateado mesmo! "Vou matar esse! Esse gajo é comprado!" O meu chefe, que era esse Elias Sigauke, disse: "Não, ele está só descontrolado um pouco, ele não tem nada essa coisa de querer vender". Então conseguimos alinhar o caminho. Quando chegámos já o horário estava um pouco estragado porque atrasámos. Então teve que ir outro grupo levar comida e esperarmos todo o dia. Até às 16 horas quando começámos a voltar. Às 17 horas chegámos lá à base. Despediram-se e então o grupo grosso foi. E nós ficámos aí. O inimigo perseguiu mas não chegou até lá.

ES - Quando chegámos aquela base comida logo. Descansar aonde? Nem cinco minutos levámos! O inimigo está a chegar. Tivémos que preparar para sair. Nem deixámos nenhuma arma nossa. Conseguimos tirar e ir outro grupo do comandante Cambeua. Então ele ficou aí. Ordenou o Mabote: "Você fica atrás e venha quem vier você tem que aguentar porque todas as armas têm que chegar a Chadiza hoje!" E tivémos que andar e ele, por acaso, ficou com aquele grupo dele. Conseguiu enfrentar aqueles homens mas não houve grande coisa porque atingiram também um avião que vinha reconhecer. Eles não conseguiram. E nós conseguimos andar a nossa viagem até Chadiza. Chegámos de madrugada.

TM - Aquilo já não havia descanso. Era de noite e de dia. Chegar à fronteira em Chadiza.

ES - Chegar lá já com as pernas inchadas. Não conseguíamos andar.

P - *Depois de uma operação era sair o mais longe possível do local...*

BM - O problema é o seguinte: O grupo que vem atacar, o grosso, vai ao combate. À volta, quando chega à base deste, tem que voltar para a fronteira.

P - *Quer dizer, é o mesmo que numa casa. O "grosso" que entra naquela zona é hóspede. Enquanto está ali é hóspede. Agora, outra coisa de que a gente não tem muita informação é sobre a actuação dos rodesianos. Nessa zona do seu Subsector eles actuaram, não é? Ou era só cá em baixo no Quarto Sector? Ao Zumbo não chegaram esses rodesianos?*

SAC - Quer dizer, os boers [rodesianos] chegaram, começaram a chegar ao distrito de Zumbo, à zona da base sectorial, em 1973. Aquilo devia ter sido no mês de Março. Em que então a intenção dos boers na altura, como não conseguissem matar a Frelimo nem mesmo os comrades [guerrilheiros zimbabweanos], então tinham adoptado um sistema, de querer matar a Frelimo e os comrades só eliminando a alimentação ou a produção que a população fazia. Então tinham que utilizar químicos para poder matar tudo o que houvesse: milho, mangas, não sei o quê, muita coisa. Realmente as árvores secavam. Mas com a nossa táctica de guerrilha, tivemos uma produção que nós teríamos adoptado como uma produção mais válida para nós. Essa produção era de batata-doce, mandioca. Porque mesmo que os químicos caíssem contra as folhas, então debaixo nós tínhamos alimentação. Quando eles começaram a actuar nem sempre vinham de avião. Houve infantarias. A infantaria deles não era composta pelo menos por mais de quinze elementos. Andavam dois a dois. Mas davam que fazer. Dois a dois. Mas mesmo que eles fizessem isso não houve sucessos da parte deles. Eles sofreram baixas porque a zona era nossa e nós tínhamos uma grande segurança. Não passava uma hora sem que fosse uma patrulha ver o que se passa. Mesmo de noite.

P - A tropa portuguesa era pouca ali?

SAC - A tropa portuguesa havia mas não tinha tanto movimento como os boers. A tropa portuguesa limitava-se muitas vezes a manter-se só nos seus quartéis. Então os boers, com aquela coisa de que estavam a perseguir os comrades, então é que estavam mesmo a actuar em relação aos próprios portugueses. Porque também os portugueses para entrar, com esta acção da Frelimo, tiveram também medo porque mesmo que eles saíssem não sabiam onde estava o guerrilheiro. Em qualquer parte onde fossem eram logo atacados. E nós tínhamos informações. Já sabíamos: "o inimigo se sai hoje então é porque há de ir ao lugar x, às tantas horas poderá estar naquele lugar mesmo". Então tínhamos que montar emboscada no lugar x. E dito e feito, aquilo... nós sempre saímos vitoriosos. Para dizer que esses boers actuavam também no Sector. Até alguns aviões deles foram abatidos no Subsector do Primeiro Sector.

P - Era principalmente ali e no Quarto Sector, de Mecumbura para cima, até ao Daque. Isso de 1972 para a frente, é?

SAC - A partir de 1973.

P - E esses comrades eram ZAPU e ZANU ou era separado. Mugabe e Nkomo...

SAC - Esses era separados. Mesmo para entrar na história deles, havia uma divisão. É que os comrades dirigidos pelo Mugabe estavam inteiramente ligados com a Frelimo. Então os comrades que eram dirigidos pelo Joshua Nkomo não estavam ligados com a Frelimo senão com o presidente da Zâmbia, Kaunda. E mesmo neste momento, ainda há aquela coisa... quando chega na Zâmbia, os zambianos apoiam mais os do Joshua Nkomo do que os do Robert Mugabe. Há pequena confusão até aqui. Até agora. E agora, para dentro do nosso país, aqui na nossa província, eles não viviam juntos. Sempre houve contradições entre eles. Agora, quem tinha que fazer grande esforço, um grande trabalho para que não viesse a haver um grande problema agudizado, foi a própria Frelimo. Então a Frelimo o que é que tinha que fazer? Era dividi-los. Os da coisa, de Mugabe, tinham que estar noutra zona, e os de Joshua Nkomo também numa outra zona. E mesmo a maneira de se treinarem entre esses dois

exércitos, havia uma grande diferença. Em que os de Mugabe apareciam mais ou menos disciplinados em relação aos de Joshua Nkomo. E muitas vezes também, como dirigentes durante a luta armada nós tivemos também que entrar contra acções desses de Joshua Nkomo. Neutralizar algumas actividades que eles estavam a fazer. E mesmo eu, em 1975, fui até à base Luângua recolher material sob a ordem da província. Ir recolher material de todos aqueles comrados de Joshua Nkomo. Conseguir recolher todo o material. Então levei para cá para a província. Para dizer que o que eles estavam a fazer não estava também a coordenar nem com a nossa população nem com a Frelimo. O que acontecia, se se encontrassem entre eles, corriam o risco sempre de se poderem matar. Era assim.

P - Mas ambos usavam aquele caminho...

SAC - Usavam. Para nós não havia necessidade de dividir o caminho para poder atravessar o material, uma vez que o objectivo era único, de poder atacar o Zimbabwe. Embora existissem contradições entre eles, nós tivemos sempre que ser conselheiros para que eles não continuassem com as mesmas idéias. Foi desta maneira que conseguimos cuidar dos nossos irmãos do Zimbabwe. A alimentação também, logo que chegasse, se nós não tivéssemos comida na base, como era o nosso costume (sempre lá éramos abastecidos pela população), então mandávamos os nossos mensageiros e também lá na população havia homens que nós chamavamos de economia, "tsuka-chuma". E esse trabalho deles era receber informação e não só receber informação. Tinham que ter qualquer coisa de comer em casa. E nas nossas bases, quando houvesse uma situação de emergência tínhamos que recorrer ao círculo e o círculo, então, aquele chefe mesmo, tinha que levar a comida e vir entregar na base e então conseguímos, portanto, abastecer as nossas forças.

P - Mas mesmo assim houve alturas de mais fome...

SAC - Houve alturas com mais fome, principalmente em 1973. Chegou a ser a gente termos que comer capim porque não havia comida. Nem na povoação. Mesmo a população própria, para contribuir a farinha para as nossas bases tinha que arranjar esse tipo de capim. É um tipo de capim... "mucherere", mas amarga um bocadinho.

P - Cozer bem...

SAC - Não, pilar farinha. Chamado "mphungá". Então tivemos que passar um bocado, porque não houve outra base onde pudéssemos recorrer para a nossa situação.

BM - Eu queria acrescentar um pouco sobre esse assunto. Quando as acções dos boers se intensificam na zona o povo já não tinha tempo de fazer a produção. Porque já não dava nem tempo. Às vezes ficava-se na base duas horas de tempo e já se sofria dois ou três ataques. Esse tipo de confusão... os boers realmente actuaram muito e não permitiam nada. Então a carência de comida para os guerrilheiros estava ainda a aumentar-se. Sobre a questão do ponto do comportamento entre as forças zimbabweanas, realmente houveram. E nós estávamos a distinguir através do próprio comportamento, como estava a dizer. Eu recordo-me que participei numa reunião que foi mesmo dirigida pelo Sebastião Marcos Mabote. Uma reunião conjunta em 1973, que demarcou para muita gente as dificuldades ou contradições que existiam no seio. Os próprios guerrilheiros do Zimbabwe com os nossos, às vezes... basta um exemplo. Nós éramos muitos e eles eram muito poucos. E eles tinham mais acessos de alimentação do que nós lá na fronteira. Bom, a nossa amizade, não é? Quando nós não tivéssemos comida suficiente eles davam para a nossa cozinha e assim sucessivamente.

P - Mas eram separadas as cozinhas?

BM - Cozinhas separadas. Então, o que acontece? Às vezes eles entendiam queremos arrancar a comida deles. Isso acontecia. Até a nossa própria população que nós mandávamos transportar material para o Quarto Sector, aconteceu isto. A população, com o material deles mesmo, acampar num sítio, começar a preparar a comida para comer e às tantas surge na cabeça de um guerrilheiro já tirar a comida do povo. Isto era já um comportamento que estava a demonstrar...

P - Falta de trabalho político...

BM - Sim, sim. Porque eles, essa coisa do Comissariado não era com eles. Era um grupo de guerrilheiros um pouco... não estavam muito bem organizados. As contradições eram muito vastas por acaso.. Nesta

reunião a que assistimos (nós fomos lá transportar material), tinham que mandar formar: a tropa da Frelimo e esses guerrilheiros de Zimbabwe, os de Nkomo mais os outros. Ele criticou muito sobre esse tipo de atitude, muito mesmo. E disse que os rodesianos disseram que "nós estamos a cruzar com a Frelimo mas nós não queremos de vós. Nós queremos esses zimbabweanos que estão lá convosco. Por isso vocês Frelimo, numa certa altura nós podemos cruzar convosco sem fazer nada. Mas agora esses outros nós podemos fazer acção. Portanto fiquem sossegados". Isso era uma propaganda que queriam fazer. Até ele chegou a ler essa carta à frente, para fazer ver a eles que "se nós obedecemos podemos vos largar e vocês não têm outra forma". Era uma forma de... porque realmente eles estavam a proceder muito mal. E porque é que esses boers ocuparam muito tempo na zona do Zumbo. Eu recordo-me uma vez, até estive com aquele chefe, o camarada secretário Mangoba, Domingos Mangoba, estivemos lá numa missão, e fomos encontrar aquela zona mesmo afectada, eles tinham posição principalmente nas zonas onde havia água, poços. Podiam acabar lá uma semana. E nós, para roubar água, chega naquele sítio, se é uma secção... porque eles apontavam as armas deles tiro a tiro contra o corpo da pessoa! Foi logo esse tipo de confusão porque eles estavam a ficar nos lugares mais chaves onde havia água, e nós, os nossos guerrilheiros, quando saísem para umas actividades tínhamos que procurar onde havia água. Na zona havia muitas dificuldades de água. Basta alguém gritar que a água está aqui e ia lá descer para beber, logo era tiro! Outro a descer também e logo era tiro! Essa foi a acção deles. Por acaso foram muito rudes. Mas nós, eles também vieram a nos conhecer. Quando começámos a receber aquelas armas de tiro longo, vieram lá armas contra aviões, que não faltavam também. E aí esses aviões começaram a cair e eles começaram a falecer. Foi assim.

P - Os boers começaram em 1973 e estiveram até a Independência a actuar ali...

DC - Até 1974, posso dizer.

TM - Por exemplo, quando chegou essa arma (chamava-se "estrela")...

P - Anti-aérea, é?

DC - É tipo uma basooka. A arma chegou à nossa zona em Mazeze no dia 14 de Abril. Então logo no dia 15 abateram o primeiro avião. Vinha aí com dois pilotos, um velho que só tinha careca assim, tinha cabelo aqui... em 1974, 15 de Abril. O avião caiu mesmo lá, na base mesmo. E a partir dali, como o avião era de reconhecimento, e não tinham ainda localizado onde é que caiu o avião. Então a partir do dia 16 começaram a reconhecer aquela zona onde caiu o avião. Ficámos muito tempo sempre no mato, nas cavernas, onde se devia cozinar de noite. Então no dia 21 de Abril de 1974, abateram mais um avião naquela mesma zona. Os camaradas estavam numa montanha onde ficava a base sectorial. Na altura o mesmo Mfumo estava naquela zona. Vinham dois aviões de reconhecimento. Então abateram um, e o outro levantou um bocado e veio mais um terceiro. Então abateram mais. Então naquele dia cairam dois aviões. Caiam dois aviões. Então foi aí agora que aparece o bombardeamento na base sectorial, em Capirivuma. Começaram a bombardear e logo a descarregar a tropa. Ficámos... eu vinha da fronteira, tinha ido buscar material para a escola porque o meu centro piloto era a uma hora e trinta minutos da base sectorial. Portanto, eu da fronteira vim parar à sede do distrito em Mazeze, onde estava o Alfredo Maria. Agora, era difícil eu furar aquela zona para ir para o centro piloto. Os alunos estavam lá e eu também ali. E nessa altura ficámos, a partir do dia 21 eles já lá! Descarregaram a tropa e conseguiram cavar aqueles dois corpos dos boers. O miúdo era o Patrick, porque tinha uma licença...

P - Saiu essa notícia na revista...

DC - Sim. Ficámos desde esse dia...

P - Os outros aviões eram também de boers...

DC - Todos eles. Então eles ficaram até dia 23, até dia 25 de Abril. Então quando houve o golpe de estado de Portugal, com a mudança da política, eles naquele dia vieram de noite, porque não esperavam mais vir fazer aquelas incursões porque a política tinha mudado em Portugal. Então vieram de noite, bombardearam de noite e foram-se embora. De vez. Então os aviões foram mas o soldado terrestre ainda estava naquela zona e por fim deixaram uma carta a dizer que "a Frelimo deve deixar de utilizar essa arma. Se deixar de utilizar essa arma nós vamos também deixar de utilizar avião". Portanto foi assim.

Isso quase era a despedida. Foram de vez! Desde o dia 15 até ao dia 25 estavam naquela zona.

P - Falámos um pouco do Subsector do Primeiro Sector. Agora do Segundo Sector... Vimos como foi aquele desvio para o Zumbo. Agora, como é que foi este desvio para a Angónia?

MK - O desvio para a Angónia acho que foi mesmo em 1968. Conforme já falou aqui o major Chimuala, os grupos estavam divididos em dois lados. O primeiro grupo tinha que avançar para o Primeiro Sector. O segundo grupo tinha que avançar para o Segundo Sector. Então antes de entrarem os grupos dentro desse Segundo Sector, então havia uma base na zona de Chipuíne que era dirigida pelo Canhemba. Enquanto o Primeiro Sector estava a entrar pela zona de Chizame. Foram os dois grupos da Província de Tete. E quando entrou esse grupo no Segundo Sector, o primeiro ataque que foram iniciar foi na zona de Mbize, na região de Bene. É aí onde se ouve o primeiro tiro. Destruíram uma ponte. Esse combate foi dirigido pelo Augusto Ernesto Campo Sigaúke, que era o comandante dos primeiros camaradas guerrilheiros que entraram na Província de Tete. Então nessa altura regressaram aqueles camaradas, enquanto o comandante Canhemba estava já na zona de Chipuíne. Então aqueles, que tinham recuado um bocado por causa das forças que não estavam completas, tinham recuado um bocado para a fronteira, para a base central que estava já em Chadiza. A zona chamava-se Cancheua. É onde estavam todos os comandantes provinciais, conforme já falou o meu colega aqui. O António Almeida, que era o comandante provincial. Então destacaram-nos também a nós, mesmo em 1968, para abrir a nova frente na zona de Vila Gamito. O Segundo Sector mesmo. Fomos destacados o primeiro grupo para abrir a nova zona de Vila Gamito. Era dirigido por. Era dirigido pelo Comissário Armando Cande. Então com outro que era o chefe da saúde, o Mungwambe. O comandante era o Juma. Então avançámos para ir abrir a zona de Cussarara, de Vila Gamito. Chegámos aí em 1968. Antes de abriremos fogo tínhamos que organizar as populações. Fazermos compreender e reconhecer o que é a Frelimo, qual o objectivo da Frelimo, o que quer a Frelimo. Ficámos durante três meses até à colheita do milho. Porque foi uma altura em que o milho estava já nas machambas. Porque se abrissemos fogo então a população não podia colher devido às actuações do inimigo. A

população compreendeu-nos e chegou à fase de colher toda aquela alimentação e então nós fomos iniciar o fogo num posto da fronteira entre a Zâmbia e Moçambique [Missalé]. Então iniciámos fogo aí. Começou mesmo aqui, na parte da fronteira. Enquanto que aqui dentro havia também o mesmo grupo do comandante Canhemba a segurar sempre as zonas do avanço, enquanto outra força está assim nas fronteiras. Que era o nosso grupo já. Então daqui simplesmente cresceu-se sucessivamente até atingir a zona de Cussarara. Abrangia até chegar à zona da fronteira com o Malawi. Na fronteira da Migração. Chegámos aí e então logo foi criado o destacamento. O Primeiro Destacamento do Segundo Sector. O Comandante era o Isqueiro Minga, o comandante deste destacamento. Então simplesmente estava a treinar os guerrilheiros para as suas actividades militares até chegar na zona de Vuende. Grupo interior do Comandante Canhemba. Este estava já na zona de Furancungo, onde também se iniciaram um pouco numa ponte que era chamada Mbutzi, na zona de Vuende. Há uma estrada que sai de Furancungo para Chizolomondo. Lá há um riach que era chamado Mbutzi. Então também este grupo iniciou o fogo aí. No mesmo sector. Segundo Sector. Aquilo simplesmente estiveram a dar instrução de actividades do Primeiro Destacamento. Quando se formou o destacamento. Então o Segundo Destacamento era do André Cambuco, já em Furancungo. O Segundo Destacamento, este. Simplesmente aquilo desenvolveu-se e agora havia já a base central dessa altura, para já criar o sector logo, porque aquilo já tinha crescido. E esse sector era dirigido já pelo Rudolfo Mendes. Que fora transferido do Primeiro Sector em Chizame, deixando lá o seu adjunto. Na falta de um quadro tinha que se destacar o Rudolfo Mendes para se responsabilizar pelo Segundo Sector. Ficou como Chefe de Operações do Segundo Sector e veio a ser substituído pelo Augusto Ernesto Campo Sigaúke. Em 1969. Como chefe do Segundo Sector. Então aquilo trabalhou, trabalhou, trabalhou e foi transferido o Campo enquanto o Segundo Sector estava já a receber novas forças de guerrilheiros que tinham que abrir mais outras zonas que já eram do Terceiro Destacamento. De Mange, base Mau-Mau que era dirigida pelo major Salvador Chissale. Era o Terceiro Destacamento, Salvador Secção Chissale. Então ele estava em colaboração também com o quarto destacamento de Chiúta, que era dirigido pelo Rui Caliombe. Então foi assim os primeiros destacamentos que estiveram lá nas zonas da frente do Segundo Sector. Então cresceu-se mais a situação dos guerrilheiros e houve

também a organização do Sexto Destacamento, que já estava no centro de Mbonde, que era dirigido pelo comandante Ricardo. Sexto Destacamento. Ricardo, aquele tipo misto, assim. Estava já no centro...

P - Eu tenho o Sexto Destacamento com o comandante Caminho...

MK - Não, não. Hei-de chegar a esta parte. Então este já era o Sexto Destacamento do Segundo Sector, Mbonde. Tenho umas certas histórias aqui. Então isto já são os sucessos do Segundo Sector. O seu desenvolvimento, as suas actividades na parte dos guerrilheiros. Então cresceu-se mais e houve também a criação do Sétimo Destacamento, que era de Casula e era dirigido pelo Comandante Sambo. Era o comandante Sambo que estava a dirigir este destacamento. Casula. Chamava-se Destacamento Casula. Enquanto eu próprio que estou a falar, que estou a dar esses dados, estava já a comandar a base sectorial como comandante das operações nessa altura. De 1970 a 1971. Já esses destacamentos estiveram a avançar. Então chegámos no avanço até ao Oitavo Destacamento, na zona de... de... de Mogunda, essa coisa de Matenge, zona de Chibaene, onde vivia o Machava, que era o comandante do Oitavo Destacamento...

P - É Tsangano agora...

MK - Sim, zona de Tsangano, sempre sempre no Segundo Sector.

ES - Estava já a abrir para a Angónia...

MK - Estava já a abrir para a Angónia. Enquanto o Primeiro Destacamento já ocupou toda a fronteira da Zâmbia assim como Malawi e estava sempre a avançar para a vila de Ulongué, para já se encontrarem essas forças. Era o Oitavo Destacamento, não é? Então, o Nono Destacamento estava situado aonde? Na própria Angónia já. Para já avançar para o Zóbué. Era dirigido pelo comandante Caminho, o Nono Destacamento. O Adelino Caminho.

P - Eu tinha aqui um comandante Mateus no Nono Destacamento...

MK - Mateus... Mateus... Pode ser, questão de transferências não é? Estes que eu digo são os próprios que estiveram a comandar esses

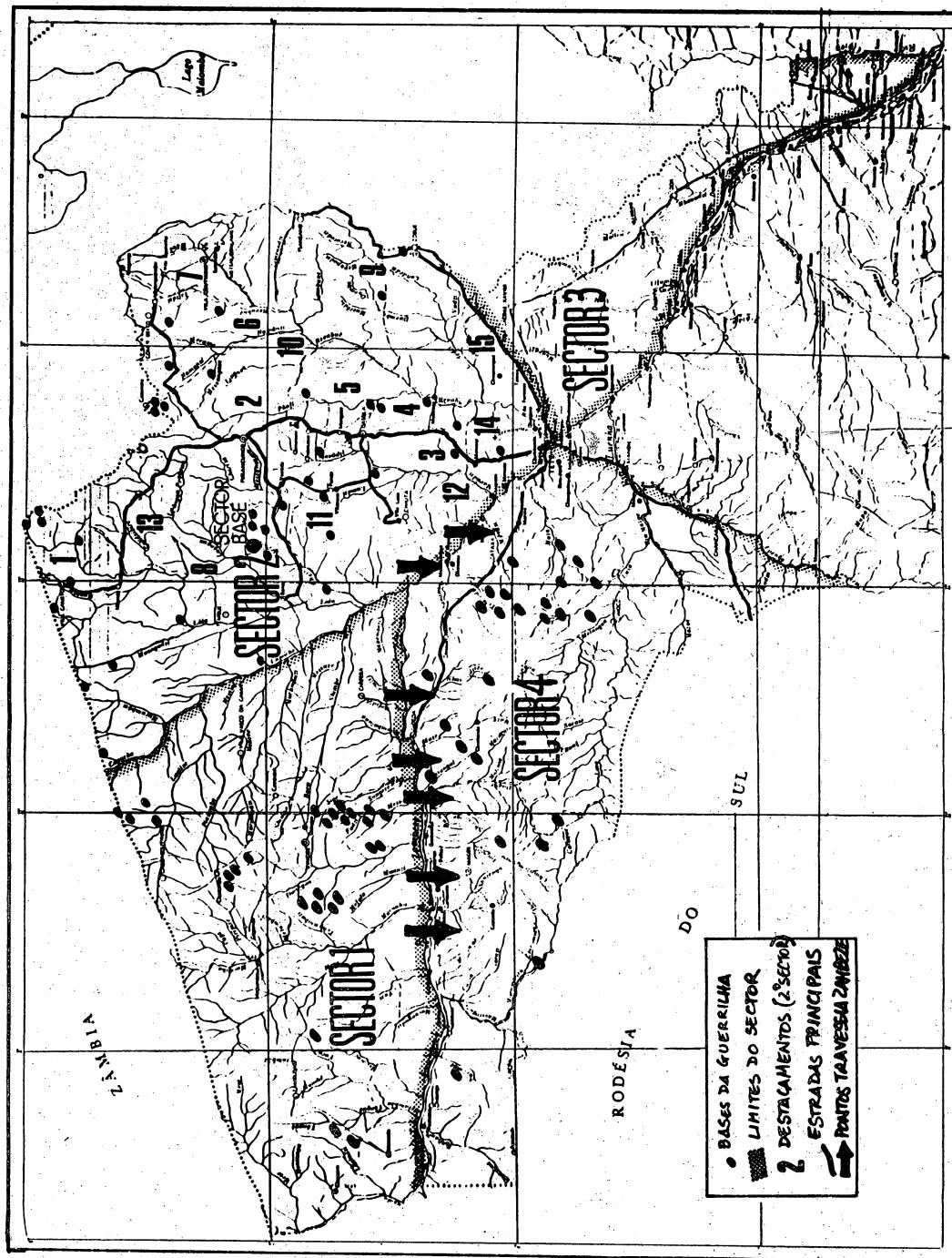
destacamentos. Houve pessoas que substituiram esses comandantes. Os primeiros comandantes que estiveram nas linhas da frente do Segundo Sector são estes. Então sucessivamente aquilo cresceu-se com bom comportamento. Os camaradas estiveram a cumprir as suas tarefas conforme as orientações do comandante sectorial que era na altura o Alfredo Maria. O Alfredo Maria era o chefe do sector. O chefe de sabotagem era o Lucas Lipewa. Enquanto também eu estive como comandante da base sectorial do Segundo Sector.

P - E o Romão Banda era do reconhecimento...

MK - O Romão Banda Júnior Campeni era o chefe do sector de reconhecimento, no mesmo sector. Estivemos a traçar estes planos em conjunto, na nossa mesa, no Segundo Sector. Isto mais ou menos são as biografias que posso dar em pormenor no que respeita à situação do Segundo Sector. O resto, vamos sempre recordar um ao outro com os colegas, onde é que esqueci. Simplesmente, esses destacamentos também tiveram as suas bases. Há certos comandantes que foram transferidos quando eu também fui transferido da fronteira. Cheguei de lá e não conhecia quais são os comandantes que estiveram. Os primeiros são esses. Este é o primeiro grupo. Então, quando já cresceu, quando já houve a abertura do Terceiro Sector, havia também os substitutos que substituiram nesses destacamentos, assim como no Sector. Quando saí do nosso grupo então vieram me substituir e quem foi o comandante do Segundo Sector foi o Juma Mataka, que veio substituir já no lugar do Lipewa. Juma Mataka que foi também o comandante do Segundo Sector das operações. Depois de nós nos termos transferido já para outro sector. Então, depois o Juma Mataka ficou também com os seus comandantes da base sectorial. Companhia major Chizombe, António Seque, também, que era chefe do material. Enquanto que esses companheiros Cambuco de Furancungo, estiveram sempre os mesmos. Sofriam simplesmente transferência para outros destacamentos...

ES - É esse grupo que trouxeram o Makaza, Bussemane, Salvador Dongo...

MK - Sim, é esse grupo.



P - O Bussemane de que falámos ontem?

ES - Sim, veio para aqui.

MK - Ficou assim. Depois de já ter transferido o Juma Mataka, veio já a ser substituído pelo Gabriel Nhamimbo, isto já em 1972 para 1973. Do Segundo Sector são estes os dados e a ordem em si de como é que estava.

ES - O Farinha também, das transmissões...

MK - Sim, sim, sim.

P - Mas o Bussemane foi quando saiu daqui, do Quarto Sector, subiu para o Segundo Sector...

MK - Sim, sim. Até o Secção, o major Chissale, esse foi transferido do Segundo Sector para o Primeiro Sector. Os do segundo para o primeiro, os do primeiro para o segundo, sucessivamente.

P - Não há experiência da entrada em Moatize? Moatize foi a partir da Chiúta e da Angónia, nessa zona de Muchena...

TM - Foi, foi.

MK - O Segundo Sector teve também o seu limite com o Terceiro Sector. Então, enquanto que os guerrilheiros simplesmente tinham coordenação de contactos do Segundo Sector com o abastecimento de material para o Terceiro Sector. Tinham simplesmente contactos.

P - Aqui já tenho um erro. É que estava a fazer a fronteira do Terceiro Sector aqui... Quer dizer, a estrada do Zóbué é que faz a fronteira do sector...

MK - Sim, sim.

TM e ES - Não é a estrada...

TM - É mesmo o rio Condezi...

P - Veja aqui... Este é o rio Revubué e este é o rio Condezi...

TM - Então o Primeiro Destacamento [do Terceiro Sector] estava na margem do Revubué, entre o Revubué e o Condezi. O Terceiro Sector simplesmente estava, podemos dizer que começava nos rios Revubué (uma parte) e Condezi.

P - Zóbué ainda estava no Segundo Sector?

TM - Zóbué estava no Segundo Sector mas nós fámos operar até ao Zóbué. Não havia assim uma fronteira. Até me lembro de uma vez, em 25 de Setembro de 1972, em que convidámos o comandante do Segundo Sector, daquele destacamento, para vir caçar connosco. O inimigo chegou e houve emboscada. Eh! Eh! Eh! Então saíram e voltaram de novo para casa. Tínhamos sempre contactos. O Terceiro Sector era exactamente onde referiu, em Muchena. Casula-Muchena. O material era o Segundo Sector que nos garantia. Quando se começou, exactamente, foi em 1971, o Terceiro Sector, quando avançou o Sigaúke. Primeiro veio o Sigaúke, que era o chefe, junto com o António Canhemba. Vieram aí organizar, política e não política. Apareceu o Benvindo Augusto Guilaze mais alguns.. Fazímos política para então o povo compreender o que era a Frelimo. Chegou o dia em que nós tínhamos que abrir fogo. Foi exactamente no dia... não lembro bem... foi em 1971. Fizémos um plano e dividimos. O de sabotagem tinha que ir destruir a linha férrea num ponto chamado o quê... Minjova... Então o outro tinha que atacar o quartel onde estavam OPVs...

P - Minjova? É perto de N'cungas?

TM - Exactamente. Foi o primeiro dia de abrir o Terceiro Sector. Fizémos o ataque. Saímos enquanto já o inimigo começou a intensificar a sua força e a população do Terceiro Sector, tudo isto aqui a partir de Moatize até Doa, fugiram. Ficámos só simplesmente nós, ficámos a operar.

P - Começaram também a juntar a população...

TM - Ficaram connosco e nós a controlar juntamente com eles. Fazer a sua machamba...

P - Muita gente fugiu para o Malawi, não é?

TM - Muita gente fugiu para o Malawi. Também esta situação da alimentação, não tínhamos apoio nenhum mas como estávamos na fronteira com o Malawi... E aqui no Terceiro Sector há os animais. Nós sempre caçávamos. Nunca passámos falta até comermos capim. Porque nós fazímos caça, mobilizávamos a população, vinhamos na cidade vender, comprar sabão, açúcar, tudo.

P - No Zumbo é que sofreram mais, afinal...

ES - Nós por acaso comímos muita carne aqui [Segundo e Terceiro Sectores]. Comímos carne e aquelas bananas cozinhadas. Depois de cozinhadas fazímos massa. Comímos com carne.

P - No Zumbo não tinham muita caça?

SAC - A caça havia, mas devido à incursão inimiga não permitia que nós organizássemos caçadores. E muito mais a caça que lá existe, ou existia naquela altura, é o elefante. Mas para dispararmos a arma enquanto o inimigo está na zona tornava-se difícil.

P - Então a diferença não era da caça, era dos boers, não é? No Segundo Sector não havia boers...

TM - Por acaso o Segundo Sector não chegou a sofrer a situação dos boers porque estava um pouco afastado. O Primeiro Sector era já facilidade para os boers porque era uma das zonas fronteiriças. Fronteira do Zimbabве. Por isso os nossos colegas tiveram simplesmente um sofrimento devido às actuações dos boers.

P - A importância do Segundo Sector também vinha do Malawi não deixar passar as armas, não é?

MK - O nosso material vinha simplesmente da Zâmbia, para nos abastecer, o Segundo Sector. Simplesmente tínhamos o posto do material, a secção do material. Tínhamos o primeiro posto, que estava na ponta da fronteira do Malawi e Zâmbia. Era o posto de... Missale. Aproximadamente Malawi e Zâmbia e Moçambique. Era aí o nosso último posto da fronteira da Zâmbia. Era já a base de abastecimento

do material, chamada depósito de material. Que permitia a entrada do material para esses destacamentos de Angónia, e sucessivamente até Mutarara. O Terceiro Sector já. Então esse material quando era despachado de Cassuende tinha que passar para Chadiza, via Zâmbia, dentro, directamente deixado neste depósito. Missale. É assim, a partir daqui que o Terceiro Sector era abastecido em material. Mas quem estava responsabilizado era o chefe do Segundo Sector. Que controlava tudo aqui. Tinha que haver uma ligação de informar a população e os camaradas. Organizar a população do Terceiro Sector e "vir directamente à busca dô vosso material que já chegou à fronteira".

P - Eles é que iam buscar...

MK - Sim. Levavam um mês, assim... Do Segundo Sector o depósito de entrada era diferente, era Chadiza. Despachado directamente de Cassuende para Chadiza, Chizindo, directamente até à base central do Segundo Sector. "Já chegou o material!" Então para essa via facilitar, como havia dificuldades, esses impedimentos do inimigo, esses quartéis daqui do meio, esse posto de Caunda, zona de Chiúta, então o material do Terceiro Sector tinha que passar por via Zâmbia.

P - Mas os combatentes para avançar para baixo às vezes vinham pelo Malawi, não é? Sem armas não passavam?

MK - Não: Muito muito, no Malawi não se entrava, nada!

WM - Quando fosse apanhado um guerrilheiro era vendido. Era entregue.

ES - Vinha até chegar a Missale. Como era perto, logo entrava em Moçambique. Como que a base estava no meio: Zâmbia, Malawi e Moçambique. A base estava no meio.

MK - Aqui fronteira de Moçambique e ao nascente fronteira do Malawi. Os que estão a passar a nascente estão na fronteira do Malawi. Os que estão a passar aqui na encosta sul, na estrada, já estão a passar em Moçambique.

P - A estrada é que é a fronteira...

MK - Sim. Aqui é a fronteira. E até hoje em dia está mesmo assim.

P - Já vimos como é que o Terceiro Sector era abastecido. Agora podemos ver como é que foi o avanço ali.

BF - Nós do Terceiro Sector, passávamos no Malawi. Só que havia uma organização... Levávamos sacos de milho, de farinha e levávamos as armas pôr em baixo e sacos para cima. Escondíamos. Então quando chega num controlo eles perguntavam mas viam que era só farinha. Não podiam descobrir onde está o material. Assim é que passávamos até aqui na fronteira.

P - E entravam em qual fronteira? Em baixo, Vila Nova, ou em cima...

TM - Em cima, entre o Zóbuè e uns montes ali, Mpunja ou Chabananga... Desenvolvendo ainda as actividades do Terceiro Sector posso dizer que em 1971, quando se começou a abrir aquela zona, partimos do rio Condezi e um bocadinho do rio Revubué, todo o Moatize até todo o Mutarara. Essa zona era composta por três destacamentos com os seus sub-destacamentos. O Primeiro Destacamento estava mesmo no Condezi. O seu sub-destacamento estive eu a comandar também, como comandante na base de sabotagem. Sabotar a estrada para facilitar chegar até à linha férrea. O Segundo Destacamento estava na fronteira. O Primeiro Destacamento estava comandado por um David Mangue. O Segundo Destacamento estava na fronteira, ao pé da fronteira do Malawi. Onde recebíamos o material. Mas estava no nosso país. Fronteira do Malawi, nesse lado que estávamos a falar. Era comandado pelo Bila, um comandante chamado Bila. O Terceiro Destacamento estava na margem da linha férrea, atravessando a linha férrea que vai para a Mutarara. Era o comandante Agostinho. As operações que nós desempenhávamos eram de controlar a linha férrea de Moatize a Mutarara. Sabotagem como emboscadas. Pontes como não. Mcito, Doa, Sinjal, tudo aquilo. Até Mutarara mesmo. Até Vila Nova. Era sabotar, coínasco. Chegámos lá, um pouco, a organizar

P - Chegou a 1974, já estavam a descer...

TM - Já estivemos a descer. A política já se estava a estender em Vila Nova mesmo...

ES - Grupo de Chaka...

TM - Queríamos já facilitar o caminho para esses companheiros, para a Zambézia.

P - Zambézia e Gorongosa...

TM - Foi esse o trabalho que nós fizemos. Quanto às operações, podemos dizer que a estrada Zóbuè-Moatize, considerada estrada internacional. Aí não queríam que nós conseguíssemos fazer a operação. Eles de 1972 até 1974 fizeram esforço para ver se conseguiam controlar toda a estrada. Não conseguiram. Nós não permitimos.

P - Havia muitas emboscadas ali...

TM - Muitas emboscadas. Não passávamos nenhum dia sem emboscada. Nós, até no tempo seco adoptámos um outro sistema. Naquele tempo seco em que a pessoa não pode ficar com sede, ficámos a ver... Sabotar com uma mina grande aqui, anti-carro, e então na sombra perto, pôr as minas pequenas. Quando a via rebentar ali, então eles vêm aqui pôr os doentes na sombra e começam já a dançar entre eles, eh! eh! eh! A situação já perigava muito. A mesma coisa com a linha férrea, controlávamos. A gente estava sempre a correr a todo o momento.

P - A linha férrea era difícil...

TM - Não era difícil para nós. Destruímos muitos comboios. Muitos comboios destruímos porque ultimamente utilizávamos já uma outra táctica. De princípio estivemos a utilizar o método... aquela coisa de minar. Colocar e depois sair, para então vir o comboio. Mas depois vinha anti-sabotagem, engenharia, e tirava a mina. Era um problema para nós. Nós então recebemos baterias. Então esperar ali. Minávamos e punharmos fio, esperávamos o comboio só. Não podiam escavar já. Rebentávamos. Então o desenvolvimento foi esse. Destruir também pontes, pontes da linha férrea, assim como pontes da estrada

para o Zóbuè.

P - Há uns papéis da tropa colonial sobre essa estrada. Tanto essa estrada como a estrada do Songo. Ficaram muito admirados. Não sei como era mas diziam que havia minas no próprio alcatrão...

TM - Fui eu mesmo...

P - A primeira vez pensaram que só podia haver minas na estrada de areia...

TM - A minha forma de como minar aquilo, não custa. Era só levar... máquina não tinha máquina para cavar. Levava um machado qualquer, aquele grande, comprido, e chegando lá é cortar o alcatrão. Tirar aquela tampa, tirar bem e pôr ao lado. Cavar, levar a mina e meter. No, mato não tínhamos outro instrumento a não ser que levávamos carvão e pilávamos carvão para não se distinguir. Leva aquela tampa e pôr bem, leva o carvão que pilou e põe. Fica só parece alcatrão. Relamente eles estiveram muito admirados. Aqui ao pé de Moatize mesmo. Às vezes minávamos e íamos dar voltas clandestinamente. Tínhamos um senhor que está em Moatize chamado Sine Bassota. Esse senhor trabalhou muito para nós. Conseguia comida, conseguia levar-me, eu com o comandante do subdestacamento de sabotagem, á civil famos ali, chegar a Moatize. Chégar a Moatize e conversar, dizer que a família está boa. E depois então voltar outra vez para o mato. Também fiz isso, duas ou três vezes fiz isso. Conseguímos fazer isso. Continuámos ainda a trabalhar, não houve grande coisa. Combates que fazíamos também... às vezes fazíamos campanhas. Sub-destacamento, assim como destacamentos também. Então organizar que no dia x deve atacar o combóio ou atacar o posto x. Num dia só vir atacar aqui e atacar ali para poder baralhar o inimigo. Nós fazímos isso. Por vezes dividímos. Os da sabotagem iam só minar para impedir a força que viesse acorrer à situação. Então a infantaria vai trabalhar a missão. Então quando o inimigo aqui preparava-se, podia defender a situação mas as minas bloqueavam a situação.

P - Aquela zona de N'cungas tinha GEs, não?

TM - Tinha. N'cungas tinha GE. GE que fazia a ligação N'cungas, M'cito, Chueza, Cambulatsitsi, Tete e Moatize. Sempre tinha ligação. Estes tinham que se encontrar com aqueles aqui. Até postos, havia postos. Ir ali, depois voltar, sempre em movimento na linha.

P - Agora, GE e exército era a mesma coisa? Quer dizer, a maneira de actuar...

TM - A maneira de actuar era diferente. Era diferente, muito diferente...

ES - Mil vezes os portugueses do que os GEs! O GE era muito bruto.

P - Mas era competente? Quer dizer, quando combatia era pior?

ES - Por exemplo, onde nós estivémos, não tínhamos muito medo dos brancos. Mas esses Grupos Especiais, esses GEs, eram muito rudes. Quando chegavam... A tropa colonial quando chegasse na base, mesmo se atacar, se viam outras coisas deixavam, não mexiam nada, só deixavam. Ao passo que quando chegar o GE era desfazer e... desculpem a expressão, até faziam có-có mesmo nas panelas. Estragar tudo! E eles quando vinham eram muito diferentes da tropa normal. Eram muito diferentes. Eles actuavam e regressavam depressa. Ao passo que GE não. Ficava só para fazer confusão, estragar à população que apanhasse. Ao passo que a tropa colonial não. Eles chegavam, procuravam confundir connosco, acabar serviço e ir embora.

P - Mas o GE chegou tarde, não é? 1972, 1973...

TM - Sim, sim. No fim. Portanto, é quase tudo o que eu tinha do terceiro sector. Embora que houve mais combates, quando viémos aqui atacar o Chingozi...

P - Mas a missão principal era a estrada e linha férrea...

TM - Era estrada e linha férrea. E eles abandonaram! Havia só soldados em Zóbuè, Moatize, Cambulatsitsi, Mutarara. O resto era só... no meio do caminho era só esses GEs. Até também não contávamos. Nós aqui no Terceiro Sector éramos um pouco rudes

também. Contávamos como se eles fossem mulheres. Nós só decidíamos: "vamos atacar o posto x" e era só assaltar. O nosso comandante sectorial também era muito duro. Elias Sigaúke (conhece), ele estava a comandar o sector. Era ele, com o seu adjunto Guilaze. Então, Machingira era o técnico de sabotagem. Foi ele que formou a mim.

P - O próprio aldeamento de N'cungas, eu acompanhei nos papéis desde que começou ali. Foram apanhar aquela gente, fazer as machambas no rio Minjova, e depois a Frelimo chegou e eles tiraram outra vez a população. Sofria muito aquela população. Quando estava a colher a primeira vez, em 1970-1971, apanharam toda a gente sem colher as machambas. Depois juntaram no aldeamento. Começaram a dar um bocado de comida mas também eles não tinham comida. Fizeram machambas no rio Minjova. Quando era a altura de colher, com medo da Frelimo que chegou, tornaram a tirar para mais perto. Aquelas machambas foram abandonadas dois anos seguintes. Criou-se muita fome ali naquela zona. Eles falam de muitos ataques mas era esse aldeamento de Capirizange (depois aldeia comunal de Capirizange)...

TM - Capirizange, Cateme, Caldas Xavier, Doa e Inhangoma.

P - Foi nessa altura que começaram a fazer os aldeamentos...

TM - Então abandonaram os aldeamentos. Ninguém ficou. As pessoas de Inhangoma abandonaram mesmo. Ficou Capirizange. Iámos atacar mas não abandonaram. Viemos atacar lá o combate para poder assaltar e voltar. Continuávamos. Assim como Caldas Xavier.

P - Agora, os milícias, esses ficavam ali dentro mesmo...

TM - Esses ficavam dentro. Não tinham que fazer. Saíam mas não conseguiam. Faziam alguma coisa quando viam que o grupo era fraco. Mas se o grupo era forte não faziam nada. Outras vezes emboscávamos. Eles também já tinham habituado. Sabiam que aqui estava mal. Vinham com a coluna muito grossa, reforçada com aquelas armas deles. O Sigaúke uma vez decidiu. Mandou chamar o Terceiro Destacamento, o Segundo Destacamento e o Primeiro Destacamento, juntou quase todos os camaradas. Então ficámos ali e

ele disse que "é só para ficarmos e podermos atacar esta coluna". Então ficámos ali dois dias à espera. Então o inimigo, não sei como é que foi, apercebeu-se que nós estávamos no caminho à espera. Então vieram, carros à frente e carros atrás, coluna grossa, muito grossa mesmo. Mas reforçada mesmo com aqueles tropas. Começámos o ataque, acabámos duas horas de tempo. Só víamos som dos carros militares a recuar para trás para o Zóbué. Faziam fogo sempre mas a recuar para trás. Eh! eh! eh! E conseguimos assaltar. Conseguimos assaltar a coluna, levar tudo o que tinham. Galinhas mais outras coisas, para as bases. Conseguimos. Foi um dos combates maiores.

P - Já vimos os três sectores. Se calhar podíamos entrar no Quarto. Ontem falámos um pouco no Quarto Sector. A grande experiência está ali ao canto...

ES - Sim, o "dono" do Quarto Sector...

AC - O Quarto Sector começou em 1971. Atravessámos o rio Zambeze no dia 13 de Novembro. Começámos a atravessar o rio a partir das 19 e levámos quase até ao amanhecer.

P - Ali o rio Zambeze é largo ou é estreito?

AC - É um pouco estreito.

P - Quanto tempo levava a canoa, mais ou menos?

AC - A canoa, mais ou menos, levava 30 minutos. Depois fomos à serra Manherere e ficámos ali quase duas semanas, sem nenhum movimento. Reconhecer onde há população e água. Depois, quando reconhecemos a zona do Quarto Sector, dividimos em quatro grupos. O primeiro grupo passou para Mágóé. O comandante era Daniel dos Santos Banda. O segundo grupo foi do Nampulula, na zona de Mecumbura, a partir do Daque. O terceiro grupo era de uma base onde estavam todos os chefes dos sectores. Essa base, não tinha bem bem o nome. Cada grupo só tinha seis homens. Éramos muito poucos. O nosso grupo foi destruído quando vinhamos naquela margem, quando vinhamos da base provincial, para atravessar o rio. Os portugueses já tinham conhecimento.

P - O comandante Sigaúke estava aí nessa altura?

AC - O comandante era o Sigaúke e o adjunto era o Zeca Caliate. Atravessámos sem mantas e sem roupas para mudar. Porque na nossa chegada logo fugiu um motorista que tinha sido capturado. Logo foi avisar e vieram dois grupos. O primeiro grupo foi dali. O segundo grupo foi quando o nosso grupo já tinha saído para ver se eles tinham entrado na zona. O grupo saiu para fora sem saber que o inimigo estava perto de nós. Dormiram ali e logo de manhã, quando éramos para sair, houve grande ataque. O primeiro ônibus caiu ali na panela da papa que fomos comer antes de avançarmos. Os portugueses dispararam. É aí onde perdemos dois soldados. Depois de a gente recuar tornámos a regressar mas os portugueses estavam dentro da base. Ali é que ganhámos bem e eles não ganharam quase. O disparo era troca de balas. Conseguimos no mesmo dia entrar na mesma base. Ali houve grandes mortos na parte dos portugueses. Havia uma gruta e eles meteram todos os mortos e depois fecharam. Até conseguimos cavar para contabilizar. Abrimos e ali existiam mortos. A população daquela margem não queria que a gente avançasse para o Quarto Sector. Mas o plano estava definido para a gente estarmos naquela margem. Esta foi uma história do tempo que a gente vinha para o rio Zambeze. Depois, dali dividimos em seis homens cada grupo. O quarto grupo tinha ficado na zona da montanha Manheré para receber o material e outros que haviam de chegar. Ficámos dois meses sem andarmos com sapatos. Cada um tinha que andar sem sapatos. Aquilo era para não descobrirem que estávamos ali. Ficámos sem comida. A comida era só desenrascar nas árvores mais outros frutos do mato. Não podíamos disparar armas também. Quando chegou o tempo houve um plano em que cada grupo tem que disparar no mesmo dia. Fomos lá para apanhar o [régulo] Buxo. Entrou o homem a fugir. Nós não queríamos matar. Queríamos levar o homem para aproveitar. Para dar-nos pequena informação. Mas ele na janela tentou fugir e nós matámos. Houve ataque. Matámos a ele e depois um grupo já estava à espera de vir atrás e quando dispararam contra o Buxo aquilo já foi fogo contra o grupo. Depois recuámos. E aí onde começámos com a sabotagem, cada um tomar a sua posição. Estávamos divididos, cada sabotagem com a sua estrada. Fechámos e num dia houve quase três combates. Era para os portugueses não terem força num lado. Então aquilo foi bem. Então foi quando os portugueses conheciam de que afinal a Frelimo já está na zona.

Começou agora a guerra. Mas custou um pouco para a gente termos soldados nesta margem do rio. A primeira vez sofremos com a guerrilha. Aqui nesta margem era tudo quase zimbabweano. O nosso grupo, a maioria não sabiam falar a língua daqui. Custou um pouco a parte da população. Mas depois perceberam. Tivemos o sucesso na parte dos jovens. Começámos então a organizar uma base para instrução. Então é ali onde nasceu o Quarto Sector. O Quarto sector, quando começou a funcionar, não levámos quase um ano a lutarmos com os portugueses, porque o nosso plano quando vinhamos, quase não acabámos três meses, os zimbabweanos vinham atrás de nós, mesmo para o lugar onde ficámos. O comandante deles estou a esquecer o nome. Os camaradas zimbabweanos. Era o Chimurenga, um baixinho. Eram três deles. Então vinham se não me engano os portugueses juntamente com os boers. Antigamente não sabiam que esse grupo que trazíamos era também tropa zimbabweana junto com os próprios guerrilheiros, quando começou a guerra no mato. Então não levámos tanto dos portugueses. Não houve tanto movimento dos portugueses. Os combates não eram tantos. O trabalho, muito muito, era sabotagem. Fechar as estradas. Depois, em 1971, antes de 1971, nos fins, começou o movimento dos boers. No Quarto Sector sofreu muito com o boer o Primeiro Destacamento, que era no fim da província de Tete. Com a Zâmbia e o Zimbabwe, quase junto daquela margem, neste lado. Essa zona é chamada Macombe. Essa zona de Chipera também, Nhanchenge. Essa zona não tinha portugueses...

P - "zona libertada natural"...

AC - Não havia movimento contra a Frelimo. Nessa zona muito muito sofremos com os boers. Então os portugueses parece que dividiram aquela zona que não podia ser dos portugueses. Entregaram na mão dos boers.

P - Era o Primeiro Destacamento?

AC - Era o Primeiro Destacamento. O comandante era o Nhancumbe. Eu era o da sabotagem, no mesmo destacamento. O Segundo Destacamento estava mesmo em Daque. Em Daque esses sofriam por Mecumbura. Nesse destacamento eu fiquei dois meses. Saí. Nesta zona eu fiz combate três vezes. participei, com tropa portuguesa e com boers. Fiz também ataque do posto duas vezes. Naquela zona

também sofreram muito com os boers porque era o caminho dos comrades. Uma vez vinha um grupo grosso. Eu próprio acompanhei esse grupo com material até àquela margem. Agora eles não tinham tanta segurança. Onde eles vão sempre fazem bárulho, não tinham aquela idéia da guerrilha, de andar com cuidado perto da base. Portanto onde eles vão fazem o caminho, e os boers atrás facilmente descobriam o caminho onde é que passaram. Não chegavam nunca ao sítio onde planearam. Eram sempre atacados no caminho. Andavam sempre para trás por falta do plano e os boers vinham sempre arrancar o material. Quem sofreu muito foi o Primeiro Destacamento e o Segundo Destacamento, no próprio Sector. Nessa zona o boer era diário. Combates no Sector por dia pode ser cinco vezes. Mesmo assim conseguimos chegar na fronteira. E depois, neste sector houve o Terceiro Destacamento. Esse Terceiro Destacamento tinha o trabalho de receber material.

P - Ficava aonde?

AC - O lugar estava perto de... é Daque mesmo, mas o Daque estava um pouco em baixo e ele era em cima...

ES - Manherere?...

AC - É Canhambira, parece.

P - Era perto de Chicoa?

AC - Sim, sim. Era perto de Chicoa. O Terceiro Destacamento. Enquanto que estes destacamentos daqui eram em Estima..., mais um posto aqui... Chiôco, esse foi o Quarto Destacamento...

P - A ameaçar a estrada de...

AC - Exactamente! A ameaçar a estrada de Tete para Changara. Agora, aqui à frente, como eu estive nos fins lá da Província de Tete, só acompanhava por informação que existe o quinto, sexto, sétimo, até ao nono...

ES - Eram quinze destacamentos. Agora, nessas zonas quase não pisei nada. Eu muito muito só conheço, do Quarto Sector, aquilo. O

3. Os critérios de avaliação fixados pelas comissões técnicas, que serão divulgados, levarão em conta os prazos prescricionais legais e o carácter probatório e informativo dos documentos, fazendo recair a eliminação, de preferência, sobre as cópias, duplicados e textos com equivalentes recapitulativos.

4. Em resultado da avaliação, serão estabelecidos, em tabelas de temporalidade, os prazos de retenção aplicáveis, de futuro, a documentos semelhantes.

Artigo 17

1. O acesso público aos documentos depositados em arquivos centrais só poderá ocorrer mediante autorização prévia dos órgãos a que se subordinam.

2. O acesso público dos documentos de valor permanente terá lugar nos termos do artigo 11.

Artigo 18

Decorridos dez anos de permanência nos arquivos centrais, os documentos devem ser encaminhados, para preservação definitiva, ao Arquivo Histórico de Moçambique, sem prejuízo do disposto no artigo 9.

Artigo 19

Os arquivos correntes, responsáveis pelo registo, movimentação e guarda de documentos em curso, subordinam-se tecnicamente, no âmbito do sistema, aos arquivos centrais dos órgãos onde funcionam.

Artigo 20

Caberá aos arquivos correntes, para além das suas actividades de rotina:

- a) fazer o levantamento e a análise da produção documental;
- b) elaborar, em articulação com os arquivos centrais, os planos de encaminhamento de documentos de arquivo, cumprindo o disposto nas tabelas de temporalidade;
- c) integrar as comissões de avaliação de documentos de

arquivos;

d) sistematizar a acumulação de documentos de forma a espelhar as funções e actividades dos serviços de origem.

Artigo 21

1. Os arquivos correntes deverão ser periodicamente avaliados, com vista ao estabelecimento do seu adequado encaminhamento para os arquivos centrais.

2. Os documentos dos arquivos correntes devem ser encaminhados aos arquivos centrais decorridos dez anos sobre a sua produção.

CAPÍTULO III Disposições Finais

Artigo 22

A implantação do Sistema Nacional de Arquivos será feita gradualmente, mediante plano de prioridades e de acordo com as disponibilidades orçamentais e financeiras do Estado.

ACERVO
DOCUMENTAÇÃO INVENTARIADA EM 1992

**1. Fundo da Direcção dos Serviços de Administração Civil / Serie
 Orçamento e Contas**

Títulos	Datas-Limite	Nº de Caixas
Balancetes	1924-1974	6
Concursos e pedidos de cotações	1954-1974	8
Diversos	1934-1975	25
Orçamento Geral da Província	1946-1974	24
*Contas de Responsabilidade	1894-1974	6
Orçamento do Distrito	1956-1974	15
Orçamento das Administrações	1946-1975	155
Orçamento dos Municípios	1954-1975	70

2. Fundo dos Serviços do Comércio e de Indústria

Títulos	Datas-Limite	Nº de Caixas
Comissão Reguladora de Importação	1939-1969	19
Junta de Exportação:		
*Secretaria Geral	1939-1968	8
Junta do Comércio Externo:		
*Secretaria Geral	1952-1970	143
*Património	1956-1970	21
*Diversos	1944-1970	8
Direcção dos Serviços de Economia e Serviços de Estatística Geral:		
*Secretaria	1939-1973	56
*Gabinete de Estudos	1956-1972	4
*Repartição de Estatística Geral	1955-1956	1
*Repartição do Comércio	1962-1969	1
*Inspecção de Economia	1961-1972	17
*Repartição de Indústria	1905-1979	111
*Diversos	1956-1973	6

3. Fundo do Governo do Distrito de Gaza (Secretaria da Administração Civil de Gaza)

Séries	Datas-Limite	Nº de Caixas
Administração	1901-1975	239
Curadoria e Negócios Indígenas/Trabalho e Acção Social	1901-1974	48
Fazenda	1901-1974	94
Fomento	1900-1975	91
Educação e Cultos	1901-1975	16
Justiça	1902-1974	13
Militar	1901-1974	68
Orçamento e contas	1902-1974	49
Tribunais Indígenas	1900-1973	8
Livros de Registo	1944-1962	7
Registros	1901-1975	260
Confidenciais	1902-1974	82

4. Fundo da Administração do Concelho de Chibuto

Séries	Datas-Limite	Nº de Caixas
Administração	1943-1974	97
Curadoria e Negócios Indígenas/Trabalho e Acção Social	1941-1974	124
Fazenda	1948-1974	46
Fomento	1950-1974	52
Educação e Cultos	1950-1974	4
Justiça	1950-1974	12
Militar	1950-1974	19
Orçamento e contas	1950-1974	22
Pessoal	1947-1975	15
Registo Civil	1955-1973	9
Tombo e Carga	1950-1974	4
Tribunais Indígenas	1950-1960	4
Livros de Registo	1908-1973	21
Registros	1918-1974	212
Confidenciais	1908-1974	15

5. Fundo da Câmara Municipal de Chibuto

Séries	Datas-Limite	Nº de Caixas
Administração	1956-1972	31
Trabalho e Acção Social	1957-1962	3
Fazenda	1957-1962	4
Fomento	1957-1973	5
Justiça	1959-1966	1
Militar	1957-1974	4
Orçamento e contas	1951-1973	18
Pessoal	1956-1966	8
Registros	1956-1973	27

MOVIMENTO DE CONSULTAS

1992	Biblioteca		Hemeroteca		Cartoteca		Arquivos	
	Obr.	Leit.	Obr.	Leit.	Obr.	Leit.	Obr.	Leit.
Jan	169	59	42	24	-	-	12	8
Fev	210	70	70	49	-	-	50	10
Mar	100	50	100	70	-	-	80	60
Abr	150	70	200	160	-	-	28	8
Mai	200	80	500	300	-	-	49	4
Jun	220	70	135	52	-	-	26	11
Jul	239	72	94	29	-	-	33	13
Ago	252	51	69	29	-	-	20	6
Set	200	90	160	60	-	-	40	10
Out	600	150	150	90	-	-	90	60
Nov	90	60	80	50	-	-	40	15
Dez	75	40	60	20	-	-	30	10
Tot.	2505	862	1660	933	-	-	498	215

NOTICIÁRIO

Reunião do Conselho de Directores da ESARBICA

A convite do Arquivo Histórico de Moçambique, teve lugar nos dias 11 e 12 de Maio de 1992 mais uma reunião ordinária do Conselho de Directores dos Arquivos Nacionais da África Oriental e Austral (ESARBICA, na sigla em inglês), com a presença das seguintes individualidades:

- Sra.T.M.Lekaukau, presidente e membro (Botswana)
- Sr.C.Malunga, vice-presidente e membro (Malawi)
- Sr.P.C.Mazikana, secretário-geral (Zimbabwe)
- Sra.R.J.Kukubo, tesoureiro (Botswana)
- Sra.M.I.Nogueira da Costa, membro (Moçambique)
- Sr.I.Mwangi, membro (Quénia)
- Sr.J.Dlamini, membro (Suazilândia)
- Sr.S.Njovana, membro (Zimbabwe)
- Sr.E.Kloppers, membro (Namíbia)
- Sr.M.Mbewe, membro (Zâmbia)
- Sra.Rantakua (Lesotho).

XII Congresso Internacional de Arquivos

Uma delegação do AHM, constituída pela Dra.Maria Inês Nogueira da Costa e pelo Dr.Manuel Jorge Correia de Lemos, participou no XII Congresso Internacional de Arquivos, que se realizou em Montréal, Canadá, entre os dias 6 e 11 de Setembro de 1992, subordinado ao tema *A Profissão de Arquivista na Era da Informação*.

A margem desse evento, o AHM tomou igualmente parte na reunião dos Arquivos dos Países de Língua Oficial Portuguesa, representado pela Dra.Maria Inês Nogueira da Costa, e no encontro da ESARBICA, através do Dr.Manuel de Lemos.

FORMAÇÃO

Curso de Monitores de Formação Profissional

Tendo em vista o treino de técnicos para acções de formação do pessoal de níveis inferiores no próprio local de trabalho, tomaram parte no Curso em epígrafe, realizado no Centro de Formação Profissional para o Sector Terciário, de 13 de Abril a 3 de Junho de 1992, os senhores Pedro R. Nguluve, Marcelo M. Aleluia, Bartolomeu P. Rungo e Bernardete V. Manhique.

Quarto Curso Básico de Documentação

No âmbito do Projecto de Formação Profissional, que vinha decorrendo há quase uma década com financiamento da SAREC, realizou-se de 15 de Junho a 14 de Agosto do ano findo o 4º e último Curso Básico de Documentação, que contou com a participação de 38 candidatos, provenientes do AHM, de diversos sectores da UEM e de outros serviços e empresas sediados na capital. Do total de cursantes, foram aprovados 32.

Curso de Informática

De 10 de Junho a 23 de Julho de 1992, frequentaram os cursos de Introdução ao Sistema Operativo MS-DOS, Word Perfect 5.1, Lotus 123 e DBBase III Plus, na Siscoop-Cooperativa de Informática, os senhores Simão Jaime e Ermelinda A. Quilambo.

No quadro da preparação para uma eventual frequência num Curso de Arquivística a ter lugar em Roma, Itália, os senhores Bendito N. Nhaca, Leonor C. Silva, Pedro Bucuane, Laurentino Ernesto e Rute Nhátave, participaram no Curso de Informática (MS-DOS, Word Perfect 5.1 e Lotus 123), levado a efeito no Centro de Informática da UEM, de 27 de Outubro a 10 de Dezembro de 1992.

Curso de Secretariado

A senhora Matilde I.Cumba frequentou o Curso de Secretariado que se realizou no Centro de Formação Industrial, de 8 de Setembro a 20 de Novembro de 1992, com a duração de 170 horas.

Curso de Administração de Documentos e Arquivos

De 30 de Novembro a 11 de Dezembro do ano passado teve lugar em Lisboa, organizado pelos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo e pela Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional, o curso acima referido, que contou com a participação dos senhores Simão Jaime, Aly A.Ussumane, Albino P.Machava e Juvêncio E Inhangumbe. Este curso, patrocinado pelo Conselho Internacional de Arquivos, teve a duração total de 70 horas lectivas.

OFERTAS

- African European Institute (Amsterdão)
- Dra.Eng. Ana Gouveia
- Dr. Eng. António Saraiva de Sousa
- Arquivo Nacional de Cuba - Assembleia da Republica
- Arquivos do Património Cultural (ARPAC)
- Associação para a Conservação da Fauna Bravia
- Biblioteca Central da Marinha (Portugal)
- Biblioteca Nacional - Serviços Porbase (Portugal)
- Centro de Documentação de Relações Internacionais (CEDRI)
- Centro de Estudos Brasileiros
- Dr. Colin Darch
- Comissão Nacional do Plano
- Dr. David Beach
- EBANO Multimedia
- Dra. Elizabeth A. Fulldredge
- Embaixada de França - Serviços Culturais
- Embaixada de Portugal - Serviços Culturais
- Embaixada do Reino dos Países Baixos
- Feira Internacional de Maputo (FACIM)

- Instituto Cultural de Macau
- Instituto de Investigação Científica Tropical - C.Documentação
- Instituto Nacional de Geologia
- Instituto Nacional de Hidrografia e Navegação
- Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (INDE)
- Dra. Jeanne M Penvenne
- Sr. João Cardoso
- Sr. João Manuel Machado da Graça
- Dr. José Soares Martins
- Sr. Júlio Ribeiro
- Dr. Manuel da Costa Gaspar
- Dr. Marcos Cherinda
- Dra. Maria Helena de Sousa Teixeira
- D. Maria José Fornasini
- Movimento Anti-Racista, Anti-Colonialista, Anti-Nacionalista (MAR/Portugal)
- Movimento Nacionalista Moçambicano (MONAMO)
- Museu da Marinha (Portugal)
- Nordiska Afrika Institutet
- Partido Federal de Moçambique (PAFEMO)
- Dr. Paulus Gerdes
- Dr. Rafael Luís G. Nheque
- União Nacional Moçambicana (UNAMO)
- The United States Committee for Refugees (EUA)
- Universidade Estadual Paulista (Brasil)
- University of Zimbabwe

VISITAS

- M. Daniel Jouanneau, Embaixador de França
- M. Hebert, Serviços Culturais da Embaixada de França
- D. Bossard, Serviços Culturais da Embaixada de França
- Ruth Thomas, Biblioteca do Congresso (EUA)
- Dr. Gene Rosenberg
- Representante da UNICEF
- Representante da Fundação do Oriente
- Representante da Fundação Gulbenkian
- Giovanni Ferracuti, Faculdade de Arquitectura

Ana Bozzo
José Alves, Missão Francesa de Cooperação
D.N.Beach, Universidade do Zimbabве
Dr.Franz-Wilhelm Heimer, ISCTE
Dra.Clara Cutini, Arquivo Estatal de Perúgia
Heriberto Fernandez Espino, Embaixada de Cuba
Dionisio Segura Gomez, CIDAF
John R.Guthrie
Jacomina de Regt, Representação do Banco Mundial
Abdul Ilal
Noémia de Sousa
José Craveirinha.

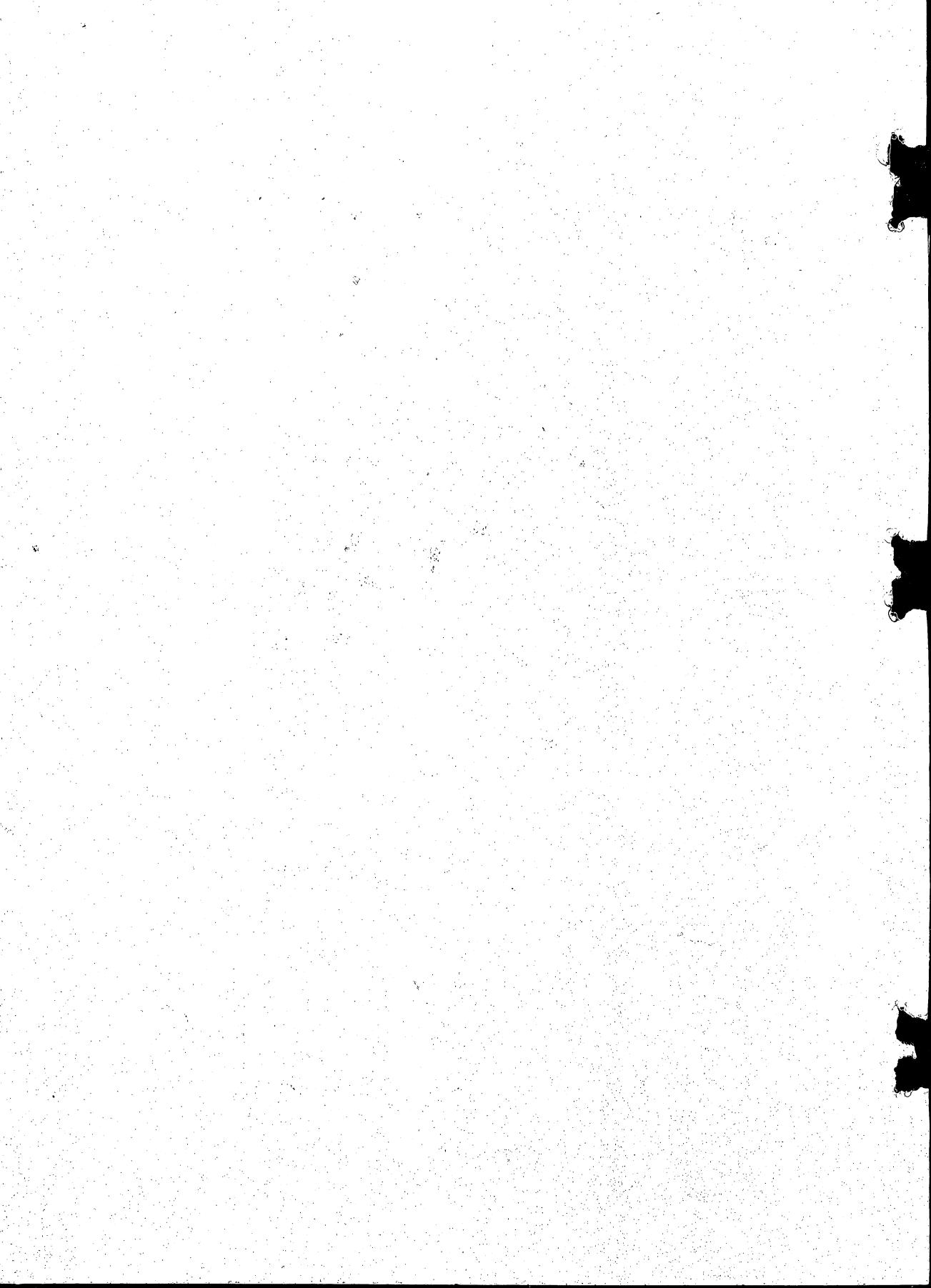
- Instituto Cultural de Macau
- Instituto de Investigação Científica Tropical - C. Documentação
- Instituto Nacional de Geologia
- Instituto Nacional de Hidrografia e Navegação
- Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (INDE)
- Dra. Jeanne M. Penvenne
- Sr. João Cardoso
- Sr. João Manuel Machado da Graça
- Dr. José Soares Martins
- Sr. Júlio Ribeiro
- Dr. Manuel da Costa Gaspar
- Dr. Marcos Cherinda
- Dra. Maria Helena de Sousa Teixeira
- D. Maria José Fornasini
- Movimento Anti-Racista, Anti-Colonialista, Anti-Nacionalista (MAR/Portugal)
- Movimento Nacionalista Moçambicano (MONAMO)
- Museu da Marinha (Portugal)
- Nordiska Afrika Institutet
- Partido Federal de Moçambique (PAFEMO)
- Dr. Paulus Gerdés
- Dr. Rafael Luís G. Nheque
- União Nacional Moçambicana (UNAMO)
- The United States Committee for Refugees (EUA)
- Universidade Estadual Paulista (Brasil)
- University of Zimbabwe

VISITAS

- M. Daniel Jouanneau, Embaixador de França
- M. Hebert, Serviços Culturais da Embaixada de França
- D. Bossard, Serviços Culturais da Embaixada de França
- Ruth Thomas, Biblioteca do Congresso (EUA)
- Dr. Gene Rosenberg
- Representante da UNICEF
- Representante da Fundação do Oriente
- Representante da Fundação Gulbenkian
- Giovanni Ferracuti, Faculdade de Arquitectura

Ana Bozzo
José Alves, Missão Francesa de Cooperação
D.N.Beach, Universidade do Zimbabве
Dr.Franz-Wilhelm Heimer, ISCTE
Dra.Clara Cutini, Arquivo Estatal de Perúgia
Heriberto Fernandez Espino, Embaixada de Cuba
Dionisio Segura Gomez, CIDAF
John R.Guthrie
Jacomina de Regt, Representação do Banco Mundial
Abdul Ilal
Noémia de Sousa
José Craveirinha.

Montado e impresso na Imprensa Universitária



Montado e impresso na Imprensa Universitária

